



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE –
PPGREC



TAILANE SANTOS CRUZ

**ELIANA PATAXÓ: EXPERIÊNCIAS E CAMINHOS ENCRUZILHADOS NA
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA**

JEQUIÉ – BAHIA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE –
PPGREC

TAILANE SANTOS CRUZ

**ELIANA PATAXÓ: EXPERIÊNCIAS E CAMINHOS ENCRUZILHADOS NA
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção de título de mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha 1: Etnicidade, memória e educação

Orientador(a): Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto

Coorientadora: Profa. Dra. Ana Carolina Fialho de Abreu

JEQUIÉ – BAHIA
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB

TAILANE SANTOS CRUZ

**ELIANA PATAXÓ: EXPERIÊNCIAS E CAMINHOS ENCRUZILHADOS NA
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade

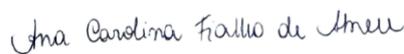
Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e Educação

Aprovado em: 23 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto (UESB)
Presidente da Banca/Orientador



Profa. Dra. Ana Carolina Fialho de Abreu (UESB)
Coorientadora

Documento assinado digitalmente

 **NUBIA REGINA MOREIRA**
Data: 02/04/2024 16:32:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Núbia Regina Moreira (UESB)
Examinadora Interna



Profa. Dra. Neide das Graças de Souza Bortolini (UFOP)
Examinadora Externa

JEQUIÉ – BAHIA
2024

C957e Cruz, Tailane Santos

Eliana Pataxó: experiências e caminhos encruzilhados na retomada da identidade étnica / Tailane Santos Cruz.- Jequié, 2024.

114f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB, sob orientação do Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto e coorientação da Profa. Dra. Ana Carolina Fialho de Abreu)

1.Etnobiografia 2. Identidade étnica 3.Ensino Superior I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

AGRADECIMENTOS

[...] – Eis o meu segredo. É muito simples: só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos.

– O essencial é invisível aos olhos – repetiu o príncipezinho, para não esquecer.

– Foi o tempo que perdeste com tua rosa que a fez tão importante.

– Foi o tempo que eu perdi com a minha rosa... – repetiu ele, para não esquecer.

– Os homens esqueceram essa verdade – disse ainda a raposa. – Mas tu não a deves esquecer. Tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas. Tu és responsável pela tua rosa...

– Eu sou responsável pela minha rosa... – repetiu o príncipezinho, para não esquecer.”

(O Pequeno Príncipe – Antoine de Saint-Exupéry)

Meus agradecimentos às pessoas que me ensinaram na prática o valor e a importância da palavra “cativar” por meio de suas vidas partilhadas comigo, pelo cuidado, companheirismo e dedicação. Parafraseando a frase da Raposa o tempo que “perderam” comigo me fizeram experienciar o que é invisível aos olhos e essencial a vida. Por essa razão, externo a minha gratidão a todos, todas e todes.

Início agradecendo ao Criador, que de forma complexa e assertiva constituiu os fios que tecem a minha vida, permeada de pessoas, experiências, encontros e partidas que foram me construindo enquanto pessoa. Gratidão ao Senhor Deus pela minha existência: complexa, bela, recheada de experiências e sempre marcada pela presença divina.

Meu agradecimento pelo tempo, carinho, ensinamentos, broncas, incentivo e tudo mais (que faltaria folhas para listar) ao meu pai José Francisco, minha mãe Maria e minha mãe biológica Eolina. Vocês são a base que me sustentam, sem vocês nada disso seria possível. Minha vitória é coletiva, sempre. Obrigada por acreditarem nos meus sonhos.

Pelas aventuras e peripécias me ajudando a desbravar o mundo, meu agradecimento a minha irmã Luzinete e minha amiga de infância, Fernanda. Vocês me acompanharam desde miúda, sem a companhia de vocês meus dias seriam cinza.

Não posso deixar de recordar as rosas que continuam a morar no meu coração, mas que partiram deixando apenas a memória do seu cheiro. Minha gratidão a Dulce Maria, minha avó materna pelas bênçãos, pelo dengo. Também faço esse texto em memória da minha avó paterna Antônia, sempre lembro com saudades e muito carinho do seu riso e sua forma doce e forte de enfrentar os desafios da vida. Vocês são os exemplos no qual me espelho.

Recordo a memória e agradeço também ao meu padrinho Joselito, um homem bom, trabalhador e que sempre (junto com meu pai José) me incentivou a buscar e lutar pelos meus objetivos. Poucos dias antes de partir, lembro dele me dizendo “estuda mesmo minha filha,

você vai longe. Os estudos ninguém vai conseguir tirar de você”. Por todo carinho, amor e dedicação, minha gratidão, meu padrinho.

Desejo fazer memória ainda, de uma outra flor que também partiu: Lucas Brandão. Um dia sonhamos juntos entrar no ensino superior. Eu desejava chegar ao mestrado e ele a graduação. A pandemia de Covid19 separou nossos caminhos. O sonho de Lucas findou no mês sete do ano de 2021. Poucos meses depois o meu começava a se materializar, trazendo consigo a saudade do que foi e do que poderia ter sido. Por tudo que vivemos e compartilhamos no curto espaço de tempo em que estivemos juntos, eu te agradeço amigo. Lucas lançou luz sobre o meu caminho, me fez ver a vida sob as lentes que ele via. A passagem dele pela minha vida foi um presente do céu. Gratidão pela nossa amizade e muita saudade.

Meu agradecimento também as rosas que tão bem consigo distinguir entre tantas: Alane (que embora longe continua perto); Ailton; Hiana; Alex. Vocês são luz no meu caminho, agradeço por todo apoio e paciência. Dentre as rosas do meu Jardim, estão também os meus afilhados e afilhadas, que me escolheram como parte essencial de suas vidas e se tornaram essenciais para mim: minha doce e pequena Dulce Maria, Natan Gabriel, Rainara, Valquíria, Lavínia e não menos importante, minha teimosa e corajosa Bruna. Cada um/a de vocês são únicos/as no mundo, sob os meus olhos, e eu sou muito feliz em compartilhar a vida com vocês.

Além desses, carrego comigo da graduação lembranças e pessoas que cativei e me cativaram se tornando especiais e colaboradoras no meu percurso. Nêmera Manuela, Gabriella, Talita e Rafaela. Sem vocês meu caminho seria vazio, sem risos e os lanches não teriam o mesmo sabor. Por todas as nossas aventuras e resenhas acadêmicas e após a graduação, agradeço a vocês meninas por entrarem e continuarem na minha vida.

Meu agradecimento à profa. Dra. Márcia Torres que me acompanhou durante a graduação, sobretudo durante a construção do TCC. Apesar de começarmos a trabalhar juntas num momento em que o trabalho estava pouco consistente, a profa. Márcia, confiou na minha habilidade de escrita como nenhum outro docente. Aprendi muito durante esse percurso e sou muito grata à senhora.

Durante o percurso do mestrado também tive a graça de encontrar pessoas que iluminaram meu caminho e me ajudaram a seguir no processo, como: Paula Silva. Eu sou muito grata a você. E os colegas: Fabrício Diego, Micael, Romeu, David Kaique, Davi, Idália, Eliane, Catiele, Ana Paula e Elenilda. Cada pedacinho do tempo compartilhado com vocês serviu como um bálsamo durante o processo. Eu sou muito grata por ter conhecido cada um/uma, por ter sido acolhida e por cada momento que compartilhamos.

Estendo meus agradecimentos também aos professores/as do programa: Ana Angélica, Marcos Lopes, Natalino Perovano. Cada um de vocês contribuíram com partes fundamentais para a minha formação. Pela paciência, orientação e tempo dedicado sempre lembrarei de cada um com muito carinho. Agradeço também a professora Neide Bartolini e Núbia Moreira pelas contribuições para a pesquisa, vocês demonstraram que é possível orientar e corrigir de forma respeitosa e amistosa. Meus agradecimentos aos orientadores da pesquisa: Danilo e Ana Carolina. A partir da experiência com vocês compreendi a importância de as relações humanas formarem laços ao invés de nós.

Enfim, meus agradecimentos a Eliana, interlocutora da pesquisa. Te conhecer foi sem dúvidas uma experiência incrível! Falar sobre a sua vida, discutir e refletir contigo sobre os atravessamentos que marcaram seu percurso e construir uma pesquisa conjunta conduziu meu olhar para um modo de transitar pelo ambiente acadêmico sem colocar o outro em posição de objeto. Te agradeço pela disponibilidade, pela cumplicidade e pelas aventuras. Espero ter deixado caminhos abertos, para que você siga como autora da própria história. Gratidão.

Meus agradecimentos à CAPES, por ter concedido a bolsa que subsidiou e possibilitou minha permanência no mestrado. Sem esse auxílio, seria inviável manter o estudo, visto que além de estar desempregada manter trabalho e curso seria uma arte complexa e completamente exaustiva. Gratidão CAPES, meu desejo é que esse recurso se estenda a tantos outros pós-graduandos que necessitam. Estendo meus agradecimentos também à UESB. Espaço onde desenvolvi este trabalho, meus votos para que continue a ser palco para o reconhecimento e valorização das diferenças e também enquanto formadora de profissionais de excelência.

Concluindo a fase do mestrado continuo tomando por base a fala da raposa “só se vê bem com o coração. O essencial é invisível aos olhos”. Pois, para tocar a realidade alheia seja enquanto discente, docente, ou, apenas como ser humano, é fundamental lançar um olhar empático e sincero, para não correr o risco de diminuir, excluir e colonizar o outro. Creio que a partir do contato humano dado de forma cordial e recíproca seja possível experimentar “o essencial” da vida e o “invisível aos olhos” e por fim contemplar a beleza do viver.

DEDICATÓRIA

Essa pesquisa é dedicada e consagrada a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira do Brasil.

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.*

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.*

Conceição Evaristo

RESUMO

Nossa pesquisa traz o percurso de vida de Eliana, mulher indígena pertencente a etnia Pataxó e egressa do curso de Teatro da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. O objetivo da pesquisa é analisar o entrecruzamento entre o percurso de vida e a experiência no ensino superior de Eliana Pataxó, para compreender como a partir dessa interrelação a interlocutora ressignifica a vida e retoma a identidade étnica. Os objetivos e a metodologia que sustentam nosso trabalho formam a base que nos leva a compreensão sobre como os entrecruzamentos de experiências contribuem para ressignificação da vida e a retomada da identidade étnica de Eliana Pataxó. O cerne da nossa pesquisa está em evocar a narrativa de uma mulher indígena como oportunidade de trazer ao centro falas historicamente silenciadas ao mesmo tempo em que criamos um espaço para destacar o percurso atravessado pela interlocutora rumo a retomada da identidade tendo como palco o ensino superior. Por isso, durante a construção do texto nos baseamos nos estudos de autores/as que foram indispensáveis ao desenvolvimento da pesquisa, como: Grada Kilomba (2019); Cida Bento (2022); Silvio Almeida (2021); Kaká Werá Jacupé (2020); Povo Pataxó (2011); Ailton Krenak (1999); Lux Vidal (1985); Valter Robério Silvério (2003); João Feres Junior *et al.* (2018); dentre outros. Nossa pesquisa é de natureza qualitativa e tem como método a etnobiografia. O instrumento empregado para coleta de dados foi a entrevista narrativa realizada após aprovação do projeto pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP e assinatura dos termos de consentimento. Como resultado da pesquisa, Eliana Pataxó afirma que retoma a identidade étnica a partir de atravessamentos, sendo o ensino superior o espaço protagônico para que esse processo se concretize. Com isto, inferimos a validade e importância do ensino superior enquanto palco das relações interétnicas e também enquanto possível via que leva ao autorreconhecimento, à ressignificação de experiências e à retomada da identidade étnica.

Palavras-chave: Etnobiografia. Identidade étnica. Ensino Superior.

ABSTRACT

Our research focuses on the life journey of Eliana, an indigenous woman from the Pataxó ethnic group and a graduate of the Theatre course at the Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. The aim of the research is to analyse the intersection between Eliana Pataxó life journey and her experience of higher education, in order to understand how this relationship allows the interlocutor to refigure her life and recover her ethnic identity. The objectives and methodology that underpin our work form the basis for understanding how the intertwining of experiences contributes to the resignification of Eliana Pataxó life and the recovery of her ethnic identity. The validity of our research lies in the evocation of an indigenous woman's narrative as an opportunity to bring to the fore historically silenced voices, while at the same time creating a space to highlight the interlocutor's journey towards recovering her identity through higher education. For this reason, during the construction of the text, we drew on the studies of authors who were indispensable to the development of the research, such as: Grada Kilomba (2019); Cida Bento (2022); Silvio Almeida (2021); Kaká Werá Jacupé (2020); Povo Pataxó (2011); Ailton Krenak (1999); Lux Vidal (1985); Valter Robério Silvério (2003); João Feres Junior *et al.* (2018); among others. Our research is qualitative in nature, using ethnobiography as a method. The instrument used for data collection was a narrative interview, which was conducted after the project was approved by the Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) and the consent form was signed. As a result of the research, Eliana Pataxó says that she is recovering her ethnic identity through crossings, with higher education being the space and actor that allows this process to take place. With this, we infer the validity and importance of higher education as a stage for interethnic relations and also as a possible path that leads to self-recognition, the reframing of experiences and the resumption of ethnic identity.

Keywords: Ethnobiography. Ethnic identity. Higher education.

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Integrantes da família em Itaju do Colônia	36
Figura 2: Cena Amesca	86
Figura 3: Eliana como Amesca	92

LISTA DE SIGLAS

- ABA** Associação Brasileira de Antropologia
- AAPA** Assessoria de Acesso, Permanência Estudantil e Ações Afirmativas
- CEP** Comitê de Ética em Pesquisa
- CIEE** Centro de Integração Empresa-Escola
- ENEM** Exame Nacional do Ensino Médio
- FUNAI** Fundação Nacional dos Povos Indígenas
- IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IES** Instituições de Ensino Superior
- ITJ** Instituto Tribos Jovens
- ODEERE** Órgão de Educação e Relações Étnicas
- PCD** Pessoas com Deficiência
- PETI** Programa de Educação Tutorial Institucional da UESB
- PIBID** Programa Institucional de Iniciação à Docência
- PNMP** Parque Nacional Monte Pascoal
- PRAE** Programa de Assistência Estudantil
- PRAES** Pró-Reitoria de Assistência Estudantil da UNEB
- PPG** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- PPGREC** Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade
- SPI** Serviço de Proteção aos Índios
- TCLE** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TI** Terra Indígena
- UESB** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
- UNEB** Universidade do Estado da Bahia
- UESC** Universidade Estadual de Santa Cruz
- UEFS** Universidade Estadual de Feira de Santana
- UPT** Universidade Para Todos
- MI** Movimento Indígena
- ME** Movimentos Étnicos
- MN** Movimento Negro
- MM** Movimento de Mulheres

PRÓLOGO

Estimada/o/e acompanhante de leitura, este pré-texto tem o intuito de separar os caminhos que outrora se encontrarão. Neste espaço está a apresentação da pesquisadora. Escrever para nós pessoas negras e indígenas é fazer ciência a partir da nossa forma de conceber o mundo e também é um ato político. Pela escrita conquistamos um espaço de voz individual e coletiva. No caso desta pesquisa é um espaço compartilhado, já que utilizo meu espaço para dialogar com uma mulher indígena.

Segundo a filósofa Djamila Ribeiro (2017) é fundamental que as mulheres negras se autodefinam. Quando definimos a essência de quem somos a partir de nós mesmas, dos nossos valores e crenças, realizamos o movimento de sair do espaço do não ser, construindo a nossa pertença a partir da autodefinição. Por isso começo afirmando que sou o resultado da luta e da resistência de mulheres e homens, que vindo antes de mim não pude pessoalmente conhecer. Sou fruto do trabalho braçal de pessoas que lutaram bravamente pela sobrevivência. Entre essas pessoas os meus avôs e avós que ensinaram aos meus pais o valor do ser, o valor da honestidade, mas sobretudo, o valor da liberdade. E me deixaram um legado, um desejo, um pedido que passado dos meus avós aos meus pais não foi realizado, mas em mim, ou neste ciclo foi iniciado, o de ter acesso ao conhecimento.

Ao me definir, resumo-me pelo nome que me deram: Tailane. A neta, a filha. Negra. Socialmente, mais uma mulher negra. Que ao sair do lugar socialmente predefinido para mim, convido outros a também chegar os saberes que tive acesso. Enquanto sujeito em formação, sou baiana de nascimento, nasci, cresci e me formei na Bahia. Sou oriunda do sistema de ensino público, uma entre centenas de crianças/adolescentes que começam a vida estudantil em escolas que carecem de melhorias constantes (na área profissional, material e física); além disso, sou resultado de uma educação que prima pela memória dos brancos enquanto salvadores do Brasil.

Do ensino básico ao superior, acessei o Programa Universidade Para Todos – UPT. O UPT é um curso pré-vestibular, gratuito, ofertado pelas Instituições de Ensino Superior - uma forma de preparar o vestibulando para acessar a faculdade. Mas, para além disso, percebo a necessidade do UPT como uma forma de tentar corrigir as faltas que existem no sistema de ensino público e que dificultam a entrada de muitos jovens pobres (na maioria negros/as) ao ensino superior, ao contrário daqueles que possuem ensino de melhor qualidade (frequentado na maioria por pessoas brancos/as) nas redes privadas, que, por consequência, acessam de forma mais acertada o ensino superior.

Passada a fase do UPT, ingressei por cotas (para estudantes autodeclarados negros/as oriundos de escola pública) na Universidade do Estado da Bahia, ano de 2013, curso de Letras, *campus XXI*. Foram quatro anos e meio de curso. Fui bolsista do PIBID e tive acesso ao CIEE. Esses instrumentos ajudaram na minha permanência ao mesmo tempo que construíram a base da minha experiência profissional. E para além disso, deixou registrado na minha memória a validade desse mecanismo (cotas aliadas as bolsas de permanência), para que pessoas como eu pudessem acessar e permanecer nesse espaço.

Naturalmente, somente as cotas e as bolsas não garantem a permanência de uma pessoa na graduação. Existe nesse caminho milhares de entraves e dificuldades, lutas que diariamente discentes enfrentam ou simplesmente desistem do ensino superior. Até mesmo para acessar esses direitos, o caminho não se faz de forma linear. É um percurso complexo, solitário e por vezes, humilhante. Algumas vezes não conseguimos acessar nosso direito por mais que tenhamos tentado. É a persistência que nos faz avançar, lutar e conquistar e assim permanecer. O coletivo, ou a turma, às vezes o apoio de alguns docentes, faz essa luta se tornar mais equilibrada e desse modo é possível vencer. Possível, não fácil.

Cinco anos após ter encerrado o ciclo da graduação, em 2021, tomei por base essas memórias para criar o projeto base que me permitiu chegar ao Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade – PPGREC. Embora, atualmente o foco da pesquisa tenha se distanciado em certa medida do ponto central que me permitiu chegar aqui, o sistema de ação afirmativa ainda funciona como pivô, que irá promover um outro tipo de afirmação: a identidade étnica. O ciclo da pós-graduação fez com que eu confirmasse a validade e a importância de continuar nesse caminho. Inclusive, de pensar meios de discutir a experiência de acessar e permanecer também a pós-graduação.

Estimada/o/e acompanhante de leitura, espero ter conseguido nessas linhas traçar de forma evidente quem sou e como cheguei ao mestrado. De agora em diante, o texto se volta para o percurso de vida da interlocutora da pesquisa, Eliana Pataxó. Nosso diálogo se dará de modo que traçaremos um elo entre a fala de Eliana, a discussão e o suporte teórico para que possamos acompanhar/discutir/teorizar seu percurso de vida até a retomada da identidade étnica.

Boa leitura.

SUMÁRIO

<i>Caminhos Entrecruzados</i>	15
1. Caminhos entrecruzados	16
1.1 Caminho metodológico.....	17
1.2 Pontos de parada durante o caminho	18
1.3 Apresentação da interlocutora da pesquisa	19
Revirando o baú da memória: “Tu é indígena Pataxó, parente de Bahetá”	21
2. Pataxó: o som que vem das águas	22
2.1 Itaju do Colônia: terra indígena	33
3. “A felicidade na simplicidade da vida”: a infância de Eliana Silva Santos	36
3.1 A experiência na escola.....	45
3.2 “Tu é indígena Pataxó, parente de Bahetá”	49
3.3 “Vocês são indígenas e vocês precisam assumir que são”: chegada em Coroa Vermelha	57
3.4 A arte como via de aproximação da identidade	61
Entrada por cota: via de encontro com a Amesca e o nascimento de Eliana Pataxó	68
4. Entre caminhos: a liberdade da escolha	69
4.1 Saindo do lugar: chegando ao ensino superior	70
4.2 O “boo!” da identidade.....	78
4.3 O entrelaçamento entre saber ancestral e ensino superior: o mito da Amesca.....	86
Ressignificar é a arte de dar novo sentido à própria vida	95
5. O ponto de chegada é a abertura de um novo ciclo	96
6. REFERÊNCIAS	99
7. ANEXOS	104
a) Parecer Consubstanciado do CEP.....	104
b) Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE	107
c) Termo de autorização para utilização de imagens e depoimentos	111

Primeira Parte

Caminhos Entrecruzados



*E quando nós falamos
Temos medo que nossas palavras nunca serão ouvidas
Nem bem-vindas
Mas quando estamos em silêncio
Nós ainda temos medo.
Então é melhor falar
tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos
Audre Lorde*

1. *Caminhos entrecruzados*¹

Estimada/o/e acompanhante de leitura, este espaço de escrita, diálogo e construção do conhecimento é também um texto científico, uma dissertação de mestrado. Propomos a quem lê, embarcar conosco no percurso da vida da interlocutora da pesquisa, Eliana Pataxó², para vislumbrar como ela se constrói, ressignifica, afirma a identidade étnica e reflete como situações externas contribuem para que esse processo se realize.

Neste espaço introdutório deixaremos à pessoa que nos acompanha as coordenadas do caminho da leitura. Inicialmente, vamos começar compreendendo como a pesquisa chegou a Eliana Pataxó. A princípio buscávamos compreender como as políticas de ação afirmativa contribuem na entrada e permanência do/da/de estudante indígena na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Estando a pesquisadora inserida no grupo de estudos, chamado Programa de Educação Tutorial Institucional da UESB com foco em Direitos Humanos, tomamos conhecimento da presença de um recém chegado estudante indígena³ no *campus* da mesma instituição na cidade de Itapetinga. Ele recentemente tinha começado o curso de graduação.

O discente foi o ponto de arremate para começarmos os trabalhos da pesquisa. O trabalho aconteceria a partir do acompanhamento da sua experiência durante a graduação, com o foco em perceber como o conjunto de ações afirmativas funcionam na prática. Discutiríamos o resultado do trabalho a partir da etnobiografia do graduando. Ao passar de alguns meses, o estudante indígena desistiu do curso e retornou a sua vida na aldeia. Não tivemos acesso a ele, portanto, não saberíamos afirmar corretamente o real motivo da sua desistência. Referente as informações que tivemos acesso, via pessoas que tiveram algum nível de contato com esse estariam interrelacionadas questões emocionais e financeiras que inviabilizaram a sua permanência.

Diante da impossibilidade de continuar o trabalho a partir da experiência do estudante indígena em Itapetinga, traçamos novo caminho para a pesquisa. Ainda via intermédio do PETI

¹ O grafismo que aparece nas aberturas dos capítulos pertence a etnia Pataxó. É um grafismo feminino, que significa força, união e proteção. O grafismo é uma forma de afirmação da identidade étnica (Predes, 2011).

² Pataxó aqui foi redigido com inicial maiúscula por entendermos como um componente do nome que Eliana se autorreconhece. Durante o texto também optamos por essa forma de grafia por ser a mesma utilizada no Inventário Cultural Pataxó (2011). Contudo utilizaremos, para as demais etnias, como forma de padronização, o que está posto no Manual de Comunicação da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, por entender que está mais sintonizado como uma forma contemporânea de se referir aos indígenas. Como se faz com adjetivos pátrios, as etnias serão aportuguesadas e grafadas em minúsculo, assim como o termo índio só será usado quando em citação direta, posto que o correto é indígena. Não se utilizará a expressão tribo, mas aldeia, terra, território, etnia ou povo.

³ Trouxemos essa experiência como uma forma de não deixar esquecer a existência de situações e questões diversas sobre a dificuldade do cotista em entrar e permanecer no ensino superior. Reforçando que existem barreiras postas e impostas, que podem levar (e as vezes levam) uma pessoa a desistir de um sonho, tornando seu esforço inútil com o tempo.

– Direitos Humanos chegamos a Eliana Pataxó, egressa do curso de teatro da UESB que ao seu tempo foi a percursora e razão para a construção do dito grupo de pesquisa. Foi por esse intermédio que Eliana Pataxó veio a se tornar parte da pesquisa. Dessa forma, nosso foco mudou, as ações afirmativas e o ensino superior passaram a ser fatores que atravessam e contribuem no percurso de vida da interlocutora.

Evocar uma pesquisa a partir da narrativa de uma mulher indígena é uma oportunidade de trazer ao centro falas historicamente silenciadas. Nesse caso tanto por parte de quem escreve como de quem narra a experiência de vida. Estamos construindo um caminho de quebra com o pacto da branquitude (Bento, 2022), internalizado nos espaços de poder. Espaços esses, os quais não foram pensados para negros/as e indígenas e nos quais dificilmente conseguimos ser ouvidos e a duras penas permanecemos. Propomos assim, um caminho que traga das margens ao centro (a universidade) o saber do silêncio, do dito subjetivo e do menosprezado conhecimento ancestral.

Dessa forma, propor a narrativa de pessoas que compõem grupos nomeados pela elite como minoritários, compõe um campo fértil para perceber e discutir fenômenos como o preconceito, a discriminação e o racismo, tudo isso transposto na forma como o poder se reproduz em relação a participante da pesquisa a partir do seu percurso de vida. Porém, não é somente esses fenômenos que buscamos evidenciar, mas principalmente o agir e o perpassar essas barreiras para fazer valer o seu lugar enquanto sujeito social (bell hooks, 2019).

É por isso que utilizamos a ideia de caminho, pois, no decorrer da pesquisa seguiremos por vias de discussão que nos permitirão algumas paradas teóricas e dialógicas para compreender e refletir o resultado dos atravessamentos cotidianos na vida da interlocutora. Nosso ponto de parada será a retomada da identidade, até à linha de chegada nossa caminhada transitará por muitos caminhos. Sendo um deles de parada obrigatória antes de continuarmos: os caminhos metodológicos.

1.1 Caminho metodológico

Em nossa caminhada científica, não poderíamos deixar de apresentar as bases que formam as nossas coordenadas. Nosso estudo é uma proposta etnobiográfica, cujo objetivo é analisar o entrecruzamento entre o percurso de vida e a experiência no ensino superior de Eliana Pataxó. Para compreender essa interrelação, traçamos pontos que servirão como bússolas no caminho: discutiremos como se interrelaciona o percurso de vida e o acadêmico e investigaremos como, a partir do percurso acadêmico, a egressa ressignifica sua experiência de vida e retoma a identidade étnica. Tomando por base os objetivos e a metodologia que nos darão

suporte, construiremos um caminho que nos leve a compreensão sobre como o entrecruzamento entre as experiências/atravesamentos levam Eliana Pataxó a ressignificar seu percurso de vida e retomar a identidade étnica.

A próxima parada no caminho metodológico está na eleição da abordagem qualitativa, pois, pretendemos adentrar no campo das relações humanas, ou seja, em espaços subjetivos da experiência do sujeito. De acordo com Minayo (1994) trabalhar as relações entre pessoas exige do pesquisador um olhar perspicaz para perceber inclusive o que não é dito em palavras. Sabendo que os dados aos quais teremos acesso são de natureza subjetiva e de alta complexidade na compreensão, não poderíamos ser melhor subsidiados do que pelos princípios qualitativos.

Somada a abordagem qualitativa, parada obrigatória para o método escolhido: a etnobiografia. Ela atende a necessidade de ouvir para então compreender os processos passados pela interlocutora da pesquisa e de que forma esta passa a ressignificar sua historicidade e vivência no contexto acadêmico, mas, também como se compreende a partir das relações de alteridade, como definido por Gonçalves (2012). Junto a este arcabouço, adicionamos como técnica de coleta de dados a entrevista narrativa, cujo intuito, de acordo com Muylaert *et al.* (2014) é favorecer que haja entre entrevistadora e entrevistada uma relação dialógica da qual possa emergir a narração de histórias de vidas, que serão os dados sobre o quais a pesquisa se subsidia.

Durante o percurso científico, precisamos estar atentos também as placas que indicam os procedimentos éticos que resguardam os direitos dos envolvidos neste processo. Portanto, anterior a escrita da dissertação, construímos um projeto que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, para garantir o comprometimento em seguir os princípios éticos na pesquisa e também o cuidado com a integridade da participante. Construímos assim, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, que após aprovação do comitê foi assinado, por livre escolha, pela interlocutora e pela pesquisadora. A pesquisa ocorreu de modo virtual. As entrevistas foram gravadas e delas utilizaremos apenas a transcrição da fala. Entretanto, durante o texto aparecerão algumas imagens referentes a vida de Eliana.

1.2 Pontos de parada durante o caminho

Tendo percorrido conosco os caminhos do encontro e perpassando pelos passos metodológicos, apresentaremos agora como se divide esta pesquisa. Nossa dissertação está organizada por partes, neste momento estamos na parte inicial da pesquisa, este capítulo chamado *Caminhos entrecruzados* compreende a nossa introdução.

A segunda parte da pesquisa chamaremos de *Revirando o baú da memória: “tu é indígena Pataxó parente de Bahetá”* durante o capítulo localizaremos e dialogaremos de forma direta com Eliana, nossa interlocutora; percebendo como os atravessamentos sociais interferem na formação da sua identidade. A terceira parte da pesquisa será chamada *Entrada por cota: via de encontro com a Amesca e o nascimento de Eliana Pataxó*, neste capítulo o foco será a experiência no ensino superior e como o contato com as diferenças fazem com que a vida se ressignifique e a identidade seja retomada.

A quarta parte é o encerramento da nossa escrita a quem chamaremos *Ressignificar é a arte de dar novo sentido à própria vida*, trata-se das considerações finais, onde unindo as peças do quebra cabeça findaremos a produção da dissertação da qual nascerão outras escritas. Seguido a isto, estarão as referências, local onde estão os nomes que foram nossos acompanhantes e ajudantes durante o processo e os anexos, espaço destinado aos documentos que nos permitiram desenvolver a pesquisar, trabalhar com a narrativa de Eliana e com as imagens cedidas para compor o trabalho.

Estimada/o/e acompanhante de leitura, destacamos, antes de passar adiante que os dados da pesquisa não estarão presos ou analisados em um capítulo específico, mas distribuídos pelo corpo do texto, pois, por se tratar de uma etnobiografia acreditamos que a melhor forma de fazer chegar a quem lê a profundidade, a validade e a importância dos entrecruzamentos no percurso de uma vida é permitir que dentro do texto os dados caminhem livremente, dialogando com a teoria e nos levando a reflexão. Por isso, desde a introdução damos espaço de voz autônoma a quem nos auxilia na pesquisa.

É importante destacar, entretanto, que todas as vezes que a narrativa de Eliana aparecer durante o texto estará grafada em *itálico* e tamanho onze. Utilizamos esse recurso como uma forma de marcar a diferença entre narrativa e citações. É válido informar também que em seguida estará a apresentação da interlocutora. A narrativa a seguir é fruto das entrevistas e autoria de Eliana, como estamos ainda na introdução deixaremos sem recuo, apenas em *itálico* e no tamanho doze.

1.3 Apresentação da interlocutora da pesquisa

Sou Eliana Santos Pataxó, nasci em Itaju do Colônia, sou filha de Severina Silva Santos e Almir Silva Santos. A descendência indígena vem das duas partes da família, a minha vó materna e meu avô paterno eram indígenas, não sei dizer a qual etnia pertenciam, se eram Pataxó ou tupinambá. Hoje nos declaramos Pataxó por conta do parentesco da parte paterna que vivem na aldeia Pataxó em Coroa Vermelha. Atualmente moro na Espanha, numa cidade

chamada Benicasim, província de Castellón. Sou graduada em Licenciatura em Teatro pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié – UESB. Adentrei na universidade em 2011, terminei a graduação em 2016. Houve um atraso no término do curso devido as greves que ocorreram neste período. Devido a descendência indígena, afirmo que sou indígena. Nasci em terras indígenas, em Itaju do Colônia – Bahia. Pertença a aldeia de Coroa Vermelha - Santa Cruz Cabralia, onde fica o suposto cenário do achamento do Brasil.

Hoje em dia uma parte dos territórios indígenas de Coroa Vermelha, onde vivem os indígenas Pataxó tornou-se terra turística, devido ao seu grande teor histórico cultural. Com todo esse processo de transformações a aldeia indígena de Coroa Vermelha, onde vivem os indígenas Pataxó, se transformou em uma aldeia urbanizada devido as grandes mudanças contemporâneas. Mesmo com tantas mudanças envolvendo a Aldeia Pataxó de Coroa Vermelha, nós, Pataxó; resistimos a todas essas transformações turísticas, econômicas e territoriais, buscando nos reinventar, resistindo e preservando nossa cultura e nossos costumes. Somos resistentes na contemporaneidade.

Penso que os povos indígenas já estavam aqui nessas terras antes dos colonizadores, portanto, a cidade desenvolveu-se em volta da aldeia, não foram os Pataxó que surgiram depois, por resistência e muita luta nos tornamos uma aldeia urbanizada, para não perder o nosso território e manter nossa cultura.

Eu sinceramente digo que pra mim foi uma surpresa muito grande conseguir entrar na universidade depois de 14 anos sem estar estudando. Quando você sai do ensino médio direto pra faculdade é outra coisa, você já sai preparado e eu fui com a cara e a coragem, estudei muito... A entrevista também foi um momento muito importante, porque o relato dos professores ao dizer que eu era a primeira indígena a entrar no curso de Teatro, não sei se fui a primeira da UESB, mas do curso sei que sim. Eles afirmavam que era uma honra muito grande da minha presença no curso e na universidade. Para mim tudo foi muito impactante, porque eu não esperava essa reação por ter entrado por cota indígena.

***Revirando o baú da memória:
“Tu é indígena Pataxó, parente de Bahetá”***



Por isso que os nosso mais velhos dizem: “você não pode se esquecer de onde você é de onde você veio, porque assim você sabe quem você é e pra onde você vai”. Isso não é importante só para a pessoa do indivíduo, é importante para o coletivo, é importante para uma comunidade humana saber quem ela é, saber para onde ela está indo...

Ailton Krenak

2. *Pataxó: o som que vem das águas*

Estimada/o/e acompanhante de leitura, o intuito deste tópico inicial é nos aproximar da história de vida de Eliana. Aqui temos como foco uma aproximação da história do povo autodenominado Pataxó. É importante destacar que os elementos que apresentamos nestes textos não tem o intuito, nem conseguiriam, abarcar toda a história desta etnia. Atemo-nos aos estudos e falas que tivemos acesso, portanto, salientamos a limitação deste texto, sabendo que a história deste povo vem de tempos imemoriais (Jacupé, 2020).

Como meio de aproximação da história Pataxó, recorremos ao escritor e ambientalista indígena Kaká Werá Jacupé (2020)⁴ para deixar registrado que anterior a “descoberta” a faixa territorial que compreende o país que atualmente é o Brasil, já estava habitado. Todo o território da Terra do Pindorama⁵, como os tupinambás a chamavam, era ocupado por uma diversidade de etnias, a quem Jacupé (2020) denomina pela unicidade de “raça vermelha”.

A obra de Kaká Werá Jacupé (2020)⁶, traz os frutos dos estudos arqueológicos unidos aos conhecimentos ancestrais indígenas. De acordo com o autor, a raiz da tradição cultural dos povos indígenas nasce a partir dos ciclos do tempo que criam os povos, entre eles, a raça vermelha. Ou seja, os mais velhos da nação indígena, os ancestrais. Constituindo uma matriz una que à medida que os ciclos acontecem crescem, se tornam povos, se separam em famílias com costumes, línguas e identidades distintas e se autodenominam de acordo com a tradição⁷ que escolheram seguir.

No decorrer dos ciclos, os homens da raça vermelha vão aprendendo a viver, conviver e respeitar os elementos sagrados (a natureza). Desenvolvendo sua forma de vida, apreendem coisas boas e ruins. Sendo corajosos, enfrentam desafios, aprendem a lutar pela liberdade e também são abençoados com o conhecimento. Segundo a obra de Jacupé, do conhecimento provém o poder de criar e de destruir. Da benção que é o conhecimento, Jacupé (2020) registra que por volta de mil anos atrás, diversos povos passaram a desenvolver técnicas agrícolas. Neste momento o homem indígena desenvolve meios de trabalhar o solo e controlar a produção de alimentos “corantes, plantas medicinais, mandiocas” (Jacupé, 2020, p. 52) são as marcas

⁴ Jacupé é um indígena que foi criado fora da aldeia, na fase adulta reencontrou sua identidade. Ele se reconhece como tapuia e se autodenomina um “guerreiro sem armas”. O trabalho que tomamos por base, “A terra dos mil povos” não fala de um grupo indígena específico, trata-se de um apanhado sobre a cosmovisão indígena geral aliada a ciência do branco.

⁵ “Terra das Palmeiras” expressão utilizada pelo povo do tronco tupi para chamar a terra que após a chegada dos portugueses passou a ser chamada Brasil.

⁶ O tronco linguístico macro-jê é o mesmo da língua natural do povo Pataxó, atualmente denominada, Patxohã.

⁷ Jacupé denomina e separa a tradição enquanto: filhos do sol; filhos da lua e filhos da terra. Cada etnia indígena de acordo com sua identidade e costumes adotam e seguem um seguimento da tradição. (Jacupé, 2020, p.16).

principais da produção indígena enquanto agricultores. Além disso, o uso da cerâmica é ampliado tanto na produção como na utilização para o cozimento de alimentos. Neste cenário um grupo em especial ganha destaque, o povo tupinambá que neste contexto era predominante na área amazônica.

O povo tupinambá a partir do domínio da arte da agricultura, navegação e guerra passa a nutrir um desejo expansionista, influenciando diversos grupos como: o povo bumerangue, o povo flecha, o povo sambaqui. Atualmente tais grupos se reconhecem e são reconhecidos por outros nomes, tais como: goitacaz, aymoré, xavante, krahô, bororo, etc. (Jacupé, 2020). A expansão tupinambá abrangeu a Terra do Pindorama de norte a sul. Desse movimento resultou uma grande influência da língua e costumes tupi sobre os demais grupos⁸, gerando uma reorganização nos seguimentos da tradição comuns a raça vermelha, sendo divididos em “filhos do sol e filhos da lua”.

De acordo com Jacupé (2020) são conhecidos como filhos do sol, o povo tupinambá e todos os seus grupos aliados. Compreendem um povo diverso entre si, porém recebem influência direta dos costumes e da língua tupi. Os filhos da lua não aceitam abdicar de seus costumes e identidades, portanto, seguem o próprio caminho baseados na tradição do sonho e na vida voltada para o contato com a terra, visando a sobrevivência do grupo sem fins expansivos e fora do domínio tupinambá.

Segundo a memória cultural, os antepassados se dividiram entre os filhos do sol e os filhos da lua. Os Tupinambá seguiram um caminho guerreiro expansionista. Doutrinaram muitos povos, que se tornaram Tupy-Guarani, e escravizaram outros tantos, os quais denominavam “Tapuia” por acharem-nos muito atrasados em relação a cultura Tupi.

Os Tapuia eram o povo das conchas, habitavam cavernas, moravam em beira de rio e se negavam a aceitar o Tupy como língua oficial. (Jacupé, 2020, p.58)

A expansão tupinambá traz uma realidade que nos permite compreender e pensar a convivência e dificuldades em lidar com as diferenças. Embora com a mesma raiz histórica, os indígenas, falando de modo geral, possuem diferenças e enfrentam conflitos entre si. Segundo Jacupé (2020) para os povos do tronco linguístico tupi, os demais seriam inferiores, por não desenvolverem as mesmas técnicas ou buscarem a mesma expansão. Por isso foram

⁸ Durante os primeiros anos de colonização o tupi era utilizado e reconhecido como a Língua Geral da colônia. Entretanto, em 1758 o Marquês de Pombal proibiu seu uso por meio de um decreto, tornando obrigatório o uso do português de Portugal em todo território brasileiro. Entretanto, a língua portuguesa utilizada no Brasil comporta fortes contribuições tanto da língua indígena como de línguas africanas, constituindo uma língua, que apesar de ter elementos, não é o mesmo português de Portugal.

denominados por eles (o povo do tronco tupi) como “tapuia” que equivale ao termo “atrasado” por serem considerados lentos em termos de desenvolvimento.

Isso ocorreu pelo fato de os povos dessa época terem acumulado em seu sangue as más sementes dos ciclos passados: os espíritos do medo, do sono, a ilusão, da escravidão, do sonho nublaram o ser do esquecimento, o que gerou no ciclo de Tupã a posse, a disputa e o apego, ampliados pela consciência de poder. (Jacupé p. 32, 2020)

Imbuídos de consciência expansiva o povo do tronco tupi empreende um ciclo de busca pelo poder e desenvolve um sentimento de superioridade em relação aos chamados tapuias. Durante esse processo de movimentação expansiva e conflituosa entre etnias que já habitavam a Terra do Pindorama, um reencontro acontece: chegam os portugueses (Jacupé, 2020). Um encontro esperado pelos indígenas. De acordo com a narrativa do ambientalista e filósofo indígena Ailton Krenak (1999), há relatos muito antigos entre os grupos indígenas de que em algum momento haveria o reencontro com “esse outro irmão”, o homem branco.

Da chegada dos “irmãos brancos” dá-se início o processo de colonização (Almeida, 2021). De acordo com Silvio Almeida (2021) o ideal da colonização é levar aos povos incivilizados, à civilidade, à modernidade e à liberdade. Há dentro desta ideologia alguns pontos conflitantes que não perpassam pelos ideais libertários, ao contrário, demonstram uma ideologia baseada na astúcia, jogo de interesses e na luta pelo poder de liderar, expandir e lucrar. Vinculando os dados percebemos que o povo do tronco tupi⁹ detinham interesses expansivos semelhantes aos portugueses, talvez por isso, conseguem manter aliança até certo ponto. Ocorre que os ideais do homem branco envolviam interesses e saberes que os povos nativos não conheciam. Daí o homem branco consegue tomar a Terra do Pindorama, instalar-se de forma certa e definitiva neste território.

É a partir da história da colonização da terra brasileira que podemos situar a história do povo Pataxó. Embora já existissem antes do homem branco chegar, ainda não se autodeclaravam pelo nome “Pataxó”, viviam nas matas e eram conhecidos como tapuia, tal qual o povo do tronco linguístico tupi os denominavam. É importante destacar que o povo que apresentamos a história, na perspectiva dos colonizadores, seriam aqueles chamados “selvagens, primitivos”. Eram denominados desta maneira por defenderem seus costumes e direito de existir.

⁹ O povo do tronco tupi que em dado momento da história foram “aliados” dos brancos no processo de colonização, tornaram-se após certo tempo vítimas desse processo. Precisaram ser resistentes e persistente para preservar a sobrevivência.

O povo Pataxó habita a região de mata do local que atualmente é conhecido pelo nome de Porto Seguro. Próximo a essa cidade existe uma área de preservação ambiental conhecida como Monte Pascoal, por volta do ano de mil e quinhentos, período da invasão portuguesa a Terra do Pindorama, vivia na mata o povo Pataxó e, próximo a praia, o povo tupinambá, tupiniquim, etc. (Jacupé, 2020). Os povos que viviam na região litorânea foram os primeiros a ter contato com os portugueses, sendo os primeiros a experimentar os efeitos da colonização, como podemos comprovar no discurso da liderança tupinambá proferido no Maranhão:

Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência [...] Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e cidades, para morarem conosco [...] Mais tarde afirmaram que nem eles nem os pai [padres] podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação [...] Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que viestes aqui, vós o fizeste somente para traficar [...] Nessa época não faláveis em aqui vos fixar; apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano [...] Regressáveis então a vosso país, levando nossos gêneros para trocá-los com aquilo de que carecíamos. Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construídes fortalezas para defender-nos contra os nossos inimigos. Para isso, trouxestes um Morubixaba e vários Paí. Em verdade, estamos satisfeitos, mas os peró fizeram o mesmo [...] Como estes, vós não quereis escravos, a princípio; agora os pedis e os quereis como eles no fim [...] (d'Abbeville, trad. Sérgio Milliet, [1614] 1975: 115-6 apud Cunha, p. 16, 1992)

O discurso do líder indígena, ao qual não tivemos acesso ao nome, permite traçar algumas reflexões. No período desta fala, o povo tupinambá, já havia sofrido todo o processo da colonização, migrando de um espaço de terra a outro onde tem contatos com os franceses. Desse discurso compreende-se como se constrói o processo da invasão/colonização. Inicia-se pelas primeiras visitas via escambo, uma primeira aproximação para perceber como seriam recepcionados e buscar alianças.

Segue-se o processo com a demarcação do território; aproximando-se pelo diálogo, oferecendo cooperação, por isso, propõem a construção de fortalezas. Em seguida estabelecem residências onde estarão alguns brancos. Tendo se estabelecido, montado o que desejavam, incitam as guerras. Primeiro dos aliados (povo do tronco tupi) contra os “inimigos” (tapuia). Quando os portugueses não são atendidos ou são questionados, promovem guerras gerais; quebram a “aliança” e escravizam os grupos que outrora eram aliados.

Outro tipo de aproximação que é marca do processo de colonização é a imposição da língua portuguesa e da religião (católica). A liderança indígena, demonstra no discurso a presença dos “pai” (padres), figuras importantes na aproximação entre portugueses e indígenas. Com a

contribuição da Igreja, tanto alianças entre brancos e indígenas foram feitas, como a língua dos colonizadores foram entrando nas comunidades indígenas.

O avanço da conquista colonial é marcado por guerras externas (brancos e indígenas) e internas (indígenas contra indígenas¹⁰) (Monteiro, 1994). Daí constroem-se a história da sociedade brasileira, um período composto pela constante locomoção de diversas etnias em busca do direito de viver fora do alcance dos domínios do branco. Segundo Monteiro (1994), o quadro sociopolítico do período seria de indígenas escravizados, um contingente incalculável de pessoas indígenas assassinadas tanto pelas guerras, quanto pelos trabalhos forçados, ou ainda por doenças para as quais não tinham defesa imunológicas. Restando aqueles grupos que resistiam e migravam; ou ainda aqueles que viviam no interior da mata, estando ao seu modo distante do polo de expansão do branco (Povo Pataxó, 2011).

Dentre os grupos que lutam pelo direito de existir, está o povo Pataxó que continuava a residir nas imediações do Monte Pascoal. Eliana discorreu, durante a sua narrativa sobre a historicidade da etnia a qual pertence. Para a nossa pesquisa este dado é fundamental e por isso trouxemos na íntegra a fala da interlocutora. Cabe destacar que este dado não tem como origem a própria interlocutora, trata-se de um dado que ela aprendeu com um mais velho da comunidade Pataxó, o senhor Amintas, também conhecido pelo nome indígena Capimbará. O senhor Amintas ou Capimbará é o responsável pelo reflorestamento da Aldeia Pataxó em Coroa Vermelha. Segundo Eliana:

Outro dia eu fui na casa de seu Amintas, na loja dele na verdade, e eu perguntei a ele como surgiu o nome do povo Pataxó. Seu Amintas é um indígena aqui da aldeia, o nome indígena dele é Capimbará e ele me falou o seguinte:

O Pataxó existia em 1500 dentro da selva. O povo Pataxó já estava na selva há centenas de anos, vivendo dentro da selva recantado na floresta, que eles não tinha necessidade de tá na beira da praia.

O povo Pataxó só surgiu na beira da praia depois que os europeus chegou no Brasil ; que invadiu o Brasil; que mexeu com o povo que tava ali que era os tupiniquins, os tupinambás, os botocudos, os aimorés, esse povo que tava vivendo nessa orla de Bel Monte a Espirito Santo.

Depois que esse povo foi mexido, atacado e abordado pelos europeus; que ele queria que escravizasse os índios pra poder carregar madeira nas costas e não conseguiu. E o povo pra acabar de sobreviver fugiram pro sertão, né, que foi... Subiram pra cima. Há muitos anos depois o Pataxó voltou pra beira da praia, né? Que já não tinha mais ninguém daquele povo que foi encontrado pelos europeus naquela época de 1500.

¹⁰ Segundo Jacupé (2020), os conflitos entre etnias acontecem por inúmeras razões, houveram conflitos orquestrados pelos portugueses em busca de mão de obra indígena, também houveram conflitos por terras; guerras entre etnias inimigas para fins rituais, etc.

E o Pataxó não tinha nome. Era um povo a modo de um bicho, não tinha nome o Pataxó. Foi durante essa volta deles pra praia, que durante os velhos pescava, né, outros brincava na praia... os adolescentes brincava na praia e os velhos pescava. Sem nome eles tinham e tinha que procurar um nome dado pela própria natureza. Que durante eles pescava e observava o que a natureza tinha de oferecer pra eles.

O impacto do mar com a pedra, foi o que surgiu esse nome de Pataxó. Que durante a onda do mar vinha e batia na pedra e voltava e chiava na praia e voltava fazendo “xó”. E foi do impacto da água com a pedra foi que se deu o nome do Pataxó. Que durante eles observava que a onda batia na pedra e voltava na areia chiando pra trás e fazendo “xó” né? E foi daí que nasceu o nome do Pataxó. Eles voltaram pra tribo, pra selva. E lá reuniu seu povo e falou: olha gente, hoje em dia nossa tribo vai ter nome, que durante nós pescava na praia, a natureza ofereceu um nome pro nosso povo, pra nossa tribo, que foi dado pela própria natureza, a onda do mar com a pedra, né? Ela bate. Ela batia na pedra e voltava, chiando na praia fazendo “xó” e o nome da nossa tribo vai se chamar povo Pataxó. Então, essa história foi que eu ouvi dos meus mais velhos, que já morreram aí com 126 anos, né? e eu tenho com 63 anos nas costas, vivi e aprendi muita coisa com eles, entendeu Eliana? (Eliana Pataxó, 11 de dez. de 2023)

A história indígena reside nas bibliotecas vivas que são os mais velhos da aldeia. A tradição e a cultura indígena são repassadas utilizando a memória, a narrativa, o canto, a dança, a pintura, etc. o que compreende o que chamamos de memória coletiva (Halbwachs, 1990). Porém, aliado a essa memória, têm-se registro também pelos brancos da presença dos indígenas Pataxós nas imediações do Monte Pascoal (Povo Pataxó, 2011). Com isto, queremos aliar dois saberes para cruzar informações: a memória dos mais velhos pela narrativa da interlocutora e os documentos reconhecidos como oficiais para o meio acadêmico.

Residentes na região do Monte Pascoal, o povo Pataxó que a princípio não atendia por esse nome, viveu um período de relativa tranquilidade até a área em que habitavam se tornar espaço de interesses dos brancos. Dessa forma, o processo de colonização sofrido pelo povo Pataxó não ocorreu ao mesmo tempo em que para o povo tupinambá, por exemplo. Por habitarem áreas conhecidas como sertões¹¹ da capitania de Porto Seguro (Povo Pataxó, 2011) estiveram fora do alcance português até certo momento da história.

É importante destacar como o povo Pataxó constrói a própria história e se autodefinem (Ribeiro, 2017). Um dado de destaque na narrativa de Eliana é a origem do nome da etnia, que até se autodefinirem eram conhecidos por nomes que os demais grupos ou os brancos o chamavam. O povo Pataxó, vive em contato com a terra, são coletores, pescadores, guerreiros (Povo Pataxó, 2011). Da relação ancestral com a natureza compreendem que é dela que provem

¹¹ De acordo com Inventário Cultural Pataxó (2011) o termo sertão foi utilizado durante o período colonial para designar áreas distantes do litoral compreendia, para os brancos, uma área ainda indomada onde habitavam os “índios hostis” (Inventário Cultural Pataxó, 2011, p. 20).

toda sabedoria. Num movimento de escuta atenta criam o nome da etnia observando o som emitido do movimento das ondas quebrando nas pedras, encontrando a inspiração que dá origem ao nome “Pataxó” que significa “som que vem das águas”.

Se autodefinir, como nos diz Ribeiro (2017), é fundamental tanto no âmbito coletivo quanto individual, pois marca como um grupo se reconhece. Marca seu lugar social e político, embora no contexto em que o nosso texto se encontra, essa autodenominação não tivesse o peso que hoje academicamente, socialmente e politicamente reconhecemos. Ainda assim, a autodefinição realizada pelo povo Pataxó traça um elo fundamental para que continuem em unidade apesar dos atravessamentos colonizatórios.

Organizados em pequenos grupos semi-nômades, os índios Pataxó foram descritos nos documentos como guerreiros e inimigos dos colonos. Em geral, eram considerados barreiras para o avanço da colonização no interior da Capitania de Porto Seguro e responsáveis por inúmeros ataques aos habitantes das povoações coloniais, principalmente nas intermediações do Monte Pascoal. Em 1808, o desembargador Luis Tomás de Navarro, que percorria o litoral de Salvador ao Rio de Janeiro para analisar a possibilidade de instalar uma estrada real dos correios, registrava em suas anotações que o Pataxó era “gentio muito atrevido e valente, que não tem domicílio certo, anda errante, vivendo da pesca, caça e frutos”. (Povo Pataxó, 2011, p. 22)

O Inventário Cultural Pataxó (2011) traz elementos que podemos vincular a narrativa de Eliana. Na narrativa da interlocutora podemos inferir que a moradia do povo Pataxó é a mata, não se determina um lugar específico, levando em consideração os costumes indígenas, não é incomum serem considerados nômades, visto que se em um espaço não encontrassem condições de habitação favorável, buscariam novos espaços. Ocorre que a área dos sertões de Porto Seguro é extensa, logo poderiam mover-se tranquilamente por aquele espaço mudando o local de residência, ou ainda, separando-se em famílias.

Outro ponto que fala sobre a característica do grupo Pataxó é ser considerado inimigo dos colonos. Recordando o estudo de Jacupé (2021) sobre a divisão entre tradições das etnias indígenas e aliando a isso os dados da entrevista com o fragmento do Inventário Cultural Pataxó (2011), perceberemos que tal etnia não fazia parte dos grupos aliados a tronco tupi. Ao contrário tem hábitos similares aos chamados “filhos da lua”, falavam uma língua que os colonos não reconheciam, pois partiam de outro tronco linguístico, o macro-jê. Além disso, por meio da narrativa percebemos que o povo Pataxó tinha conhecimento da ação dos brancos e tinha o intuito de manter preservado seu povo e sua tradição. Por isso, ao se encontrarem com os

colonos, costumavam ser arredios passando a serem conhecidos como “gentio, muito atrevido e valente¹²”.

De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), os séculos XV ao XVII foram de relativa tranquilidade para o povo Pataxó, e outras etnias que viviam naquelas áreas. Nesse contexto o foco da colonização estava na extração de materiais preciosos e justamente dado valor dos materiais, não detinham interesses em abrir caminhos via mata fechada que pudessem favorecer ao descaminho do ouro ou pedras preciosas.

Entretanto, durante o percurso colonizatório no século XVIII, o interesse da Coroa estende-se também para a produção agrícola e criação bovina. Nesse contexto, dá-se início a construção de vilas próximas a regiões de rios e matas. Tais construções vão ao seu tempo expandindo a área de ocupação, ocasionando conflitos entre colonos e etnias indígenas que habitavam tais localidades. Além disso, as vilas também serviam como meio para a execução de outro plano da branquitude: civilizar e catequizar o “gentio bárbaro”, que habitava a área dos sertões de Porto Seguro.

O estabelecimento de novas vilas se transformou num dos principais objetivos dos agentes coloniais. Essas povoações deveriam ser criadas por meio do aproveitamento dos índios mansos dispersos e dos colonos pobres vadios, formando núcleos coloniais que funcionariam como ponto de defesa do território, como espaço para a civilização dos indígenas e como lugar de arregimentação de mão-de-obra. Como resultado da ação da Ouvidoria, foram criadas seis novas vilas de índios na Capitania de Porto Seguro: São Mateus (1764), Prado (1764), Belmonte (1765), Viçosa (1768), Porto Alegre (1769) e Alcobaça (1772). (Povo Pataxó, 2011, p. 24 – 25)

As vilas na capitania de Porto Seguro, funcionam como mais um dos mecanismos coloniais empregados pela Coroa. Sendo um meio de manter sob controle aqueles considerados “índios mansos” e ao mesmo tempo dar ocupação aos chamados “pobres vadios”. É válido notar que o olhar do colonizador não se prende ao momento presente, mas se estende a uma visão futura, pois, essas vilas serão os locais para onde irão os indígenas que fugiam dos ataques dos brancos, buscando meios de sobreviver.

A dispersão das famílias indígenas que se refugiam nas vilas, criadas justamente para esse fim, buscando o direito de poder viver, irão se deparar com mais uma forma de violência. Refugiar-se nestes espaços é abdicar da sua identidade, cultura e língua. De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), nestas vilas até mesmo a madeira das casas deveria ser de

¹² De acordo com Bechara (2011) o termo “gentio” é usado para se referir a um indivíduo pagão, incivilizado ou selvagem. No contexto colonial essa expressão era utilizada pelos jesuítas para se referir aos indígenas não convertidos ao catolicismo. Segundo o pensamento dos jesuítas, aqueles que eram chamados gentios seriam “governados pelo demônio”.

origem europeia. Sendo terminantemente proibido qualquer tipo de manifestação da cultura indígena.

Apesar do plano da Coroa ser bem fundamentado, regido por leis e armas; os grupos indígenas também possuem destrezas e organização de defesa, que permitiram enfrentar invasões e resistir continuando a habitar o interior dos sertões de Porto Seguro. A resistência fez com que os homens brancos continuem a desenvolver novas formas de erradicar os indígenas, que passam a ser empecilhos para o avanço civilizatório. A violência continua sendo a principal via de contato entre colonos e indígenas.

Em 1845 o poder monárquico estabelece diretrizes que primam o relacionamento entre “sociedade nacional e índios mansos”. Em 1850 é publicado o estatuto jurídico conhecido como Lei de Terras. A partir dessa construção legislativa do poder monárquico, inferimos que, embora os indígenas, mesmo que vivendo nas “vilas de índios” (Povo Pataxó, 2011), não fariam parte da sociedade nacional. Pois, a publicação da lei deixava a parte aqueles indígenas que viviam, por exemplo, aos arredores do Monte Pascoal. Tal grupo, naturalmente, não detinha nenhum tipo de documento que pudessem utilizar como título de posse, portanto, legalmente estariam ocupando o espaço de “modo ilegal”.

Para resolver a questão da ocupação ilegal de terra, o poder monárquico permite que cada estado resolva de acordo com a sua realidade. Em 1861 o estado da Bahia cria o aldeamento de Barra Velha¹³, que atualmente é reconhecido pelos Pataxó como Aldeia Mãe. Este aldeamento reuniu várias etnias em um espaço distante dos produtores de terra e criadores de gado. Um ponto estratégico para “esconder” os empecilhos para o ideal de civilização do homem branco.

Ainda que isolados e abandonados pelo poder público, os caboclos descendentes dos índios misturados, cuja etnia dominante era a Pataxó e não a Tupiniquim, entraram nas primeiras décadas do século XX mantendo o domínio sob o território concedido a eles na criação da aldeia em 1861. Com relativa autonomia, os índios de Barra Velha conseguiam pescar, caçar, plantar e reproduzir suas tradições. As décadas de 1940 e 1950 mudariam drasticamente o rumo dessa história [...]. (Povo Pataxó, 2011, p. 36)

¹³ A princípio a reserva que fica localizada nas proximidades da barra do Rio Corumbau, recebeu o nome de Bom Jardim. De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), os mais velhos da comunidade afirmam que esse nome foi uma criação dos padres capuchinhos, que se encantaram com os jasmims que cresciam próximos a lagoa nas imediações da aldeia. Entretanto, com a mudança da barra do Rio Corumbau (deslocado para o sul, cerca de seis quilômetros) a aldeia foi renomeada como Barra Velha.

Após a criação da reserva de Barra Velha no século XIX, os indígenas sobreviventes conseguiram viver de modo relativamente tranquilo¹⁴. De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), mesmo fora dos limites do que se chama pelo branco de civilização, as etnias que compunham o aldeamento de Barra Velha conseguiram sobreviver e manter parte de suas tradições¹⁵. Barra Velha, também era um ponto de encontro para outros grupos indígenas que ainda viviam no interior dos sertões de Porto Seguro. Desse modo, a vida na aldeia continuava ao seu modo preservada.

No século XX, período do governo ditatorial de Getúlio Vargas, mais especificamente no ano de 1943, foi criado por meio do Decreto 12.729, o Parque Nacional Monte Pascoal – PNMP. A intenção governamental era demarcar as áreas ao entorno do parque, desapropriando propriedades, sob o argumento que aquela área deveria ser mantida com a sua paisagem original. Dessa forma, pensavam estar conservando a memória histórica do episódio do descobrimento do Brasil pelos portugueses. Entretanto, nos documentos governamentais não havia nenhuma referência a aldeia de Barra Velha que há naquela área (Povo Pataxó, 2011).

Foi enviado a região onde seria demarcada a área do parque o doutor Barros (Rego, 2012; Povo Pataxó, 2011), responsável por medir e delimitar toda a área do parque. Para esse feito, o profissional contratou os indígenas que viviam na aldeia de Barra Velha. Os Pataxós ajudaram o dr. Barros, carregando equipamentos, com a alimentação e também no conhecimento da área. Ao final dos trabalhos, o homem branco comunicou que deveriam deixar aquela região, pois, “essa era a ordem do governo” (Povo Pataxó, 2011). Vale recordar que essa foi a ordem do mesmo sistema de poder que manteve esquecido durante quase um século a aldeia de Barra Velha.

Os indígenas não concordaram com a expropriação. Daí começa um novo movimento de resistência pelo grupo. Dessa vez, os indígenas se organizaram para lutar de acordo com as leis do branco, buscando o reconhecimento do direito pela demarcação das terras em que estava a aldeia. Segundo Rego (2012) o Cacique Honório se dirigiu ao Rio de Janeiro¹⁶ para solicitar a demarcação das terras de Barra Velha ao Serviço de Proteção ao Índio – SPI.¹⁷ No dia primeiro

¹⁴ Utilizamos o termo relativo/relativamente para marca que a tranquilidade é no sentido da redução de ataques, a possibilidade de poder minimamente viver. Mas, não pretendemos de nenhuma maneira extinguir a possibilidade de conflitos que possam ter acontecido.

¹⁵ De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), os moradores de Barra Velha continuavam a tradição das pinturas, danças, o cultivo da terra, etc.

¹⁶ Do ano de 1763 a 1960 a capital do Brasil estava sediada na cidade do Rio de Janeiro.

¹⁷ O Serviço de Proteção ao Índio foi criado em 1910; em 1967foi substituído pela Fundação nacional dos Povos Indígenas – FUNAI que continua a atuar até os dias atuais.

de setembro de 1949 o Cacique Honório conseguiu registrar seu pedido de reivindicação junto ao SPI.

Somente no ano de 1951 chegaram à reserva de Barra Velha dois homens sob alegação de serem “tenente” e “engenheiro”, supostamente enviados pelo SPI¹⁸. Os supostos agentes do SPI, foram os causadores do estopim que resultou no conhecido “Fogo de 1951” (Povo Pataxó, 2011; Fernandes [et al.], 2023; Rego, 2012).

Segundo Rego (2012), os homens brancos que os Pataxós pensavam ser enviados pelo SPI, organizaram uma reunião com a comunidade de Barra Velha, sob o discurso de que eles seriam os “donos de tudo” (Rego, 2012, p. 49) e procurando chegar ao comércio mais próximo em busca de “apoio”. Deste modo convenceram alguns indígenas para os acompanhar. Chegando ao povoado, os homens renderam e feriram o proprietário do comércio e fizeram com que os indígenas saqueassem a mercadoria.

Os indígenas envolvidos na ação promovida pelos “agentes” foram orientados a se aquartelarem na igreja da aldeia de Barra Velha (Povo Pataxó, 2011). Quanto a mercadoria saqueada, os homens repartiram entre os moradores da aldeia e ameaçaram de morte aqueles que quisessem sair da reserva indígena. Três dias após esse feito, tendo os homens brancos alegado terem de retornar ao Rio de Janeiro (Fernandes [et al.], 2023); a aldeia foi invadida por forças policiais vindas de Prado e Porto Seguro (Povo Pataxó, 2011).

Lembrados apenas como “tenente” e “engenheiro”, estes homens chegaram a Barra Velha em maio de 1951. Após organizarem uma reunião onde falaram aos moradores que estes eram “os primeiros brasileiros”, “donos de tudo”, e que o “governo” iria “garantir a terra” e “fazer a demarcação”, quiseram saber onde ficava o comércio mais próximo a fim de obter “ajuda”. Na chegada ao local, porém, os mesmos começaram um tiroteio ferindo o proprietário do comércio e rendendo-o. Em seguida, ordenaram aos índios que tudo fosse levado para ser distribuído. Já no caminho de volta, cortaram a linha telegráfica. Na aldeia, alguns moradores condenaram estas ações e se negaram a receber o produto do assalto. Outros, no entanto, criam que eles “só estavam cumprindo ordens do governo”, cabendo apenas “obedecer e não ficar discutindo”. Os forasteiros, por sua vez, teriam ameaçado matar os que tentassem deixar a aldeia. A repercussão do assalto ao comerciante mobilizou as polícias de Porto Seguro e Prado que, na terceira noite após o incidente e mediante muita tensão, chegaram à aldeia. Desorganizadas, estas polícias passaram a atirar entre si supondo tratar-se de um revide indígena. Em meio ao fogo cruzado, os índios fugiram para as matas. Na manhã do dia seguinte, a aldeia já se encontrava tomada, o que deu início à “caça aos caboclos”. Nisto ocorreram mortes, violência física, abuso de mulheres, humilhações, pilhagem, finalizando com a destruição da aldeia. A perseguição, por sua vez, só foi encerrada com ordem vinda de Salvador “para soltar todos os índios”, tendo sido

¹⁸ Segundo Rego (2012), na viagem, o cacique Honório teve contato com o SPI e deixou registrada sua demanda, ao que o órgão garantiu tomar providências. Elencado a isso, Grünwald (2001, p. 94) afirma que de fato um agente foi enviado, mas não chegou à aldeia de Barra Velha, devido ao difícil acesso. Portanto, os homens que se apresentaram como tenente e engenheiro não aparecem em nenhum texto consultado como agentes do SPI. Carvalho (2009, p. 513-514) sugere que estes homens poderiam estar envolvidos em um “movimento de caráter social” agindo junto a proprietários rurais.

apurado que “os dois culpados já tinham sido mortos”. (Rego, 2012, p. 47-48, aspas do autor)

Desse episódio que marcou a história Pataxó, resultou em diversos indígenas que por medo não conseguiram retornar à aldeia passando também a esconder a identidade étnica. Silenciaram o pertencimento devido ao atentado sofrido e as marcas que resultaram do tratamento desumano. Outros, foram aos poucos retornando a Barra Velha. O indígena Epifânio é destacado no Inventário Cultural Pataxó (2011) como o responsável por tentar reagrupar o povo Pataxó em Barra Velha, buscando/procurando os parentes nas fazendas próximas. Aos poucos, após a dispersão promovida pela violência sofrida, a aldeia foi sendo reconstruída.

Ao nosso ver, o Massacre de 1951 é o resultado catastrófico da ação colonizadora empregada pela branquitude como meio de conquistar o objetivo de erradicar a identidade alheia e se apossar do direito do povo indígena da Aldeia de Barra Velha. Entretanto, o povo Pataxó, resistiu e resiste; ainda que tenham passado a viver uma diáspora forçada pela violência. Aos poucos alguns retornam a Barra Velha e continuam a lutar pelo território, reconstroem a vida e continuam a afirmar a identidade. Aqueles que não retornaram a Aldeia Mãe, ao seu modo também continuaram a manifestar elementos identitários onde quer que estivessem.

Ao fechar o tópico, continuaremos o caminho em direção a conhecer um exemplo da resignificação da diáspora operacionalizado por alguns membros do povo Pataxó, que migraram para a região próxima ao atual município de Itaju do Colônia junto a outras etnias. Durante o caminho, também conheceremos a família de Eliana Pataxó, seu nascimento, crescimento até a sua ida para Coroa Vermelha.

2.1 Itaju do Colônia: terra indígena

Era por volta do século XX, época da expansão da colonização pelo sul da Bahia. A região que compreende a área nas imediações do Rio Cachoeira/Colônia passando pelo Rio Gongogi até a Serra do Novo Mundo era ocupada por grupos indígenas. Entre eles, aqueles que foram dispersados pela ação dos brancos em busca da expansão de terra e também, alguns remanescentes do povo Pataxó, especialmente, após o Massacre de 1951. De acordo com Cunha (1992), entre os séculos XIX e XX, os olhos do Estado passam a se interessar pelas terras que os indígenas ocupam no sul da Bahia, promovendo meios de expulsá-los.

Como visto no tópico anterior, a alternativa para lidar com a situação dos “índios bravos” (Silva, 1823) pelo estado da Bahia é aldeamento, como o de Barra Velha. O intuito é o mesmo, agrupar em um só lugar diversas etnias indígenas para tirá-los do caminho do desenvolvimento e das tomadas de terra. Como dito por Cunha (1992), os nativos passaram a

ser vistos como empecilhos para expansão dos produtores e, por consequência, para o desenvolvimento nacional.

Para operacionalizar a ação em 1897 o Estado da Bahia promulga uma lei que extingue várias aldeias (Souza, 2007). Em 1926 por meio do SPI ocorre a medição de um espaço de terra na qual será implantada uma reserva com cerca de 50 léguas quadradas (Paraiso, 1976) onde é inaugurada a Reserva chamada Caramuru Catarina Paraguaçu, localizada entre os municípios de Itaju do Colônia, Pau-Brasil e Camacan¹⁹ (Pedreira, 2017). No aldeamento foram reunidas diversas etnias, o SPI foi o órgão responsável tanto pela criação (demarcação da área), como pela busca dos indígenas que residiriam no aldeamento. Neste período a expansão ocorria de forma ativa em diversas partes do sul da Bahia, povoados, distritos e cidades estavam em construção e processo de expansão do território. É também o período inicial da construção do município de Itaju do Colônia.

De acordo com dados retirados da página virtual do IBGE, o município tem sua origem da iniciativa de Antônio Cordeiro no ano de 1939. O Sr. Antônio Cordeiro foi o responsável pela construção de um barracão com o objetivo de extrair o Ouricuri²⁰. Com o tempo o número de trabalhadores na extração Ouricuri aumentou; do barracão o espaço passou a ser um povoado. Com a prosperidade do negócio, o sr. Antônio Cordeiro iniciou a derrubada da mata para expansão das terras, comprou 20 hectares de terra desmembrados da Fazenda Santa Rita para começar a desenvolver também a criação de gado. Por conta do crescimento de moradores, em 1959, o povoado ascende ao nível de distrito, alguns anos após, mais especificamente em 19 de julho de 1962 o distrito foi desmembrado do município de Itabuna e emancipado, recebendo, por fim, o nome de Itaju do Colônia.

Concomitante a criação do município acontece a invasão da reserva indígena, da qual o SPI foi cúmplice, arrendando terras e assim facilitando a entrada dos invasores e a dispersão das famílias que ali habitavam. Os indígenas, que decidiram permanecer, passaram a trabalhar para os fazendeiros; outros passaram a viver a beira da miséria. Segundo Souza (2017), entre os anos de 1978 e 1980, durante o mandato de Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães, o governo do estado da Bahia conferiu, ilegalmente, “título de posse” aos invasores, sob a alegação que não existiam indígenas residindo na área da reserva.

Em 1982 alguns dos indígenas dispersos retornaram a reserva; dessa vez sob a tutela da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, responsável por entrar com processo para a nulidade

¹⁹ No momento da inauguração da reserva esses municípios estavam em processo de expansão.

²⁰ Ouricuri é o fruto da palmeira *Syagrus*, é um coco pequeno comestível e do qual pode ser extraído um óleo vegetal com propriedades antibacterianas, antiparasitária, antioxidante, antifúngica e hidratante.

dos títulos concedidos pelo estado da Bahia. O resultado do julgamento foi postergado por muitos anos, entretanto, a FUNAI seguiu negociando e retomando aos poucos as terras da reserva em favor dos indígenas. Até a Constituição de 1988, as políticas indigenistas detinham um teor completamente anti-indígena, o objetivo final continuava mesquinho, ganancioso e expansionista.

3. “A felicidade na simplicidade da vida”: a infância de Eliana Silva Santos

Estimada/o/e acompanhante de leitura, deste tópico em diante nossa interlocutora irá dialogar conosco com maior frequência, em sua narrativa aparecerão os nomes de seus familiares, portanto, para melhor situar quem lê, apresentamos um quadro com integrantes que compõem a família de Eliana enquanto moravam no município de Itaju do Colônia:



Figura 1: Integrantes da família em Itaju do Colônia

Eliana Silva Santos nasceu em Itaju do Colônia no dia 03 de janeiro de 1973, veio ao mundo pelas mãos de uma parteira, sendo a quinta de nove irmãos. A interlocutora da pesquisa passou a infância em Itaju, junto com os irmãos e a mãe dona Severina que é costureira; seu pai, senhor Almir, trabalhava em outras cidades como construtor, então a maior parte da infância contou com o cuidado e a proteção materna.

Minha mãe tem nove filhos e crescemos nesta cidade de Itaju do Colônia, todos. Em casa simples. Eu recordo que uma das casas em que eu vivi era casa de chão batido, uma casa bem humildezinha mesmo de taipa e... era muito simples, a simplicidade existia ali. [...] ... tínhamos uma vida muito simples, muito humilde. Meu pai trabalhava fora, como era construtor trabalhava muito em outras cidades, vinha em casa uma vez por mês, trazer compras e depois ia novamente. [...] Mas vivíamos mais com a minha mãe costurando e nós fazíamos sempre a atividade de casa, lavar roupa no rio; e... limpar a casa. O maior cuidar do menor enquanto a mãe costurava e assim era nossa vida. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

De acordo com Basioli-Alves (1997), a família é a primeira instituição na qual o sujeito é inserido, sendo neste âmbito que apreende os afazeres e os valores ensinados pelos mais velhos (pais, avós, tios, etc.). Tais ensinamentos exercem uma espécie de proteção contra o “mundo” a partir da experiência perpassada pelas gerações. Neste espaço também são propagados os ensinamentos que moldam o sujeito e levam a aceitação social, a exemplo do modo de vestir, agir, falar, etc.

Em relação a experiência familiar passada durante a infância da interlocutora, percebemos uma dupla dimensão nos ensinamentos, ou seja, ao mesmo tempo em que atendem ao padrão social passam também saberes ancestrais. Dessa forma são construídas as bases subjetivas da interlocutora, de modo que futuramente Eliana saiba lidar e sair de situações adversas. Os ensinamentos que prezam pelos papéis sociais: lavar, passar, cuidar; são os valores naturalizados no meio social vinculados à figura da mulher. Por fim, existem os conhecimentos ancestrais que aparecem durante a narrativa, de modo quase imperceptível, ligado ao contato com a natureza e a forma como desenvolvem as atividades.

No decorrer da narrativa percebemos nas memórias ligadas a essa fase da vida da interlocutora elementos que levam a separação, ou para melhor dizer, a rejeição da proximidade com pessoas indígenas. Quando Eliana narra o início de sua vida, enfatiza certa apartação e desconhecimento sobre as suas raízes étnicas, que não vem simplesmente de si, mas de uma cadeia de relações familiares que em dado momento da história, o qual não conseguiremos delimitar, foi silenciada/negada, por isso, em certo momento da narrativa, ela irá pontuar:

Só que essas questões de indígena, nós sempre soubemos que existia povos indígenas acerca, mas nós nunca sabíamos se éramos indígenas ou não. Porque se falava pouco de índio na cidade, não se podia falar muito de indígena, porque eram taxados como bêbados né? pessoas que viviam pedindo e tal, então não se falava muito. Então, muitos negavam a sua identidade. Muitos negavam. Negavam mesmo. E... meu pai nunca²¹ se assumiu como indígena, talvez porque ele não quisesse levar esses xingamentos e tal. A minha mãe não tinha muito conhecimento sobre indígena, porque ela só sabia que a mãe dela era indígena, mas não sabia qual identidade, qual etnia e tal... (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A narrativa de Eliana está situada a um espaço-tempo da memória que data a sua primeira infância. Nesse contexto a situação dos indígenas no interior da Bahia era diferente de

²¹ Atualmente o pai de Eliana se reconhece e é reconhecido como indígena, convive ativamente com a comunidade Pataxó em Coroa Vermelha.

outras realidades do país. No local onde cresceu nossa colaboradora, o município de Itaju do Colônia, os indígenas viviam o período após a expulsão da reserva (Pedreira, 2017) o que gerou a dispersão e da comunidade indígena, como nos diz Souza (2017). Como resultado de tal movimento, muitas famílias passaram a se adequar à sociedade padrão como meio de garantir a sobrevivência.

Levando em consideração os sucessivos massacres contra os povos originários, a exemplo do Massacre de 1951 (Povo Pataxó, 2011; Rego 2012) e a invasão da Reserva Caramuru Catarina Paraguaçu (Pedreira, 2017), muitos indígenas se viram obrigados a silenciar a pertença étnica como recurso de sobrevivência. O que não impede, entretanto, que os saberes ancestrais continuem a existir, passando a se manifestar de forma silenciosa, mesclada a ideia de total aceitação e submissão aos dos padrões sociais. Dessa forma garantem a continuidade dos saberes ancestrais como também os torna naturais a realidade das pessoas, como Eliana, que durante a infância não sabia da sua pertença étnica.

Em movimento contrário à manutenção das práticas ancestrais atua a estrutura social colonial que também atravessa a família de Eliana. A interlocutora aponta um silenciamento relacionado as questões indígenas ao mesmo tempo afirma que pessoas pertencentes a esse grupo seriam chamadas/reconhecidas por “pedintes” ou “bêbadas”. O que nos recorda o fenômeno pontuado por Cunha (1992): o indígena que em dado momento foi parceiro comercial do colonizador, passa na evolução social do Brasil de instrumento de serviço a empecilho ao desenvolvimento (o que gera a expulsão). Após, passa a ser visto como perigo nacional (promotor de guerras, perigoso) e por fim, já nos baseando no estudo de Kilomba (2019, p. 78), passa a ocupar na sociedade o lugar do “outro”, isto é, aquele que é o contrário dos valores da branquitude.

As crenças historicamente construídas e propagadas desconstruem os valores do grupo indígena para eleger apenas uma forma de ser e estar ligado à sociedade civilizada. Como resultado das crenças que resultam de experiências baseadas nas relações de poder ocorre uma negação a nível social e pessoal em relação a qualquer manifestação identitária e/ou cultural que vá de encontro à normatividade branca. Em posse dessa afirmação e retornando a fala de Eliana buscamos compreender qual seria a origem do medo da interlocutora em se aproximar de pessoas indígenas e por qual razão ela também os identificava como pedintes e bêbados. Percebemos que do contato durante a infância com alguns indígenas que moravam na Reserva Caramuru Catarina Paraguaçu, obteve-se tal experiência, pois, segundo a interlocutora sempre

exalavam “cheiro de bebida” e saiam pelas ruas pedindo “myiang e mangút”²². A experiência reforça o que o social propaga tornando verdade inalterável a premissa de que todos os indígenas se enquadram em um padrão negativo, por isso, Eliana durante a infância, afirma que chegava a sentir “medo” de se aproximar.

Porém, essas experiências não restringem por completo o contato com outros saberes e ensinamentos dos mais velhos. Visitaremos, pela narrativa de Eliana, saberes ancestrais que fazem com que exista em sua infância dois espaços: o pertencer ao mundo padronizado e a prática de atividades e costumes ancestrais que são, como os padrões sociais, naturalizados e executados de forma inconsciente. Vejamos:

Mas tinha o período de diversão, o que que era? Ir pra rua. Ir pra rua brincar de pega-pega, de pique-esconde e tomar banho de rio. Era nossa melhor diversão, porque todos nós corremos para o Rio Colônia para tomar banho, aprender... pescar. Pescávamos muito. Eu recordo que meu irmão Carlinhos, ele sempre fazia aquele bolinho de farinha, o anzolzinho, nas costas e vamos pro rio pescar [risos]. Quando as coisas começavam a faltar em casa. Porque meu pai as vezes passava mais de um mês pra vir, a gente ia pro rio pescar para comer um peixinho frito. Os meninos, eu lembro muito bem do Jeivaldo, do Carlinhos também e do João ir caçar. Caçavam aquelas rolinhas. Aquele pássaro rolinha e tinha uma outra... aí como se chama? Lambu? Langu?²³... [pensando] não recordo o nome. Caçavam e traziam os pássaros. Eu e Edileusa a gente sempre limpava, depois assava e a gente comia, porque as vezes faltava o alimento, mas graças a Deus que tínhamos que tirar da natureza, do rio o peixe, realmente caçávamos. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Os conhecimentos ancestrais ditos por Jacupé (2020) comuns aos povos da floresta, “caçar, pescar e coletar” aparecem na fala de Eliana como uma marca da infância, faziam porque era divertido pescar, mas por uma razão ainda mais importante, a necessidade de alimento. Há nesta narrativa pontos importantes da ancestralidade indígena, todos trabalham pelo bem comum da família e dessa forma, mesmo que ainda na infância, os irmãos se unem para buscar o sustento tirado da natureza. Vemos nesta narrativa também sinais de divisão de tarefa, enquanto os meninos caçavam passarinhos as meninas limpavam e assavam o alimento.

[...] tinha o leite também, que eu tenho um tio que trabalhava em uma fazenda e sempre, toda sexta-feira, levava cinco litros de leite para a gente. Isso ajudou muito a matar a fome da família. Porque nem sempre se tinha todos os alimentos, porque com nove filhos, minha mãe costurando e nem sempre

²² Água e comida. Os indígenas Baheté e Mohak, que irão aparecer novamente nos tópicos seguintes, usavam na maioria das vezes a língua materna para se comunicar.

²³ Perdiz ou inhambu-chororó, dependendo da região pode ser conhecido por outros nomes.

dava conta. Então a gente também se virava, os meninos faziam geladinho pra vender. Carlinhos vivia na rua vendendo geladinho, Carleoni também. Carlos Leoni, o China, sempre nos viramos. Sempre fomos muito... tivemos muita força de vontade de trabalhar. A Edileusa quando não estava fazendo as coisas de casa, sempre pintava uma faxina alguma coisa pra fazer... e era assim a nossa vida, a nossa batalha de vida. E mãe sempre na costura... pai sempre vinha deixava as coisas, algum dinheiro e ia embora de novo... era um pai que não era muito presente em questão de educação familiar. Digo assim, minha mãe que estava sempre ali, 24h por dia. E contava sempre com a ajuda dos filhos maiores para cuidar dos menores. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Temos aqui uma marca da ressignificação que marca a infância de Eliana e seus irmãos, A família de Eliana transita entre os dois universos: o universo branco e o universo indígena. Notamos isso quando a interlocutora afirma que utilizam a natureza para suprir a alimentação, por meio da caça e pesca. E ao mesmo tempo trabalham, com a venda de geladinho, outros com faxina. Funciona com uma mediação e ao mesmo tempo uma ressignificação entre formas de garantir a subsistência familiar unindo os saberes ancestrais aos saberes do mundo branco, levando em consideração que para sobreviver nesse ambiente ocupavam um lugar de informalidade/subalternidade.

Ainda nesta fase da narrativa é importante destacar que quando a interlocutora afirma “*tivemos muita força de vontade pra trabalhar*” fica implícito uma autorreflexão como se estivesse reconhecendo um contraponto em relação aos estereótipos negativos dirigidos ao indígena. A forma como a interlocutora aponta a luta pela subsistência da família demarca o lugar de quem lutava cotidianamente pelo direito de existir.

A sobrevivência se dá pelo esforço do trabalho da família: mãe, pai, filhos. Todos buscando o direito de existir, sem ser enquadrados dentro dos estereótipos sociais negativos. Portanto, trabalhavam, moravam na cidade, tinham religião, uma casa, uma família, estudavam, etc. Essas pontuações não falam sobre o malefício ou benefício de todos esses elementos identitários, mas a forma como são formados a partir de um ideal societário branco.

Era o tempo da inocência de viver sem maldade. Eu digo que a melhor fase foi essa fase da juventude e da liberdade de ser criança sem maldade... E enquanto a mãe lavava roupa, os filhos tomavam banho de rio. Isso era muito bom... e eu recordo também que em Itaju do Colônia as vezes faltava água e ia aquele carro pipa. Quando o carro pipa não ia, a gente rezava pra chover para as águas cair da bica. E a gente fazia fila na bica pra encher as latas. Ia a gente, cada um com a sua lata na cabeça e pegando água da bica, entrando dentro de casa, subindo a escaleira pra jogar água no tanque; pra ter um pouco de água. Era divertido, mas ao mesmo tempo que a gente trabalhava, que a gente ajudava, a gente estava se divertindo e aí ia: eu, o Carlinhos, a

Edileusa, Val e João, cada um com a latinha na cabeça na bica e corria pra casa e voltava pra encher novamente [risos]. Era um tempo duro, mas era um tempo que a gente era mais feliz. Eu digo pra você que existia uma felicidade na simplicidade da vida e isso é o que fica de bom. Fica na saudade. Era muito bom. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A infância de Eliana aconteceu no período em que a reserva estava tomada pelos fazendeiros sendo marcada pela vida na simplicidade. Ao olharmos a partir dos critérios de classe, podemos inferir que a família da interlocutora viveu numa condição de vulnerabilidade social. É importante frisar, entretanto, a idealização da infância pela entrevistada: se por um lado é uma memória feliz de brincadeiras, solidariedade e liberdade, por outro há falta de comida e água, elementos básicos a subsistência. Demonstrando tanto a luta e persistência familiar, quanto uma questão de ordem pública consequência da construção desigual do Brasil.

Apesar de deixar saudade, existe nesse percurso lembranças que remontam a outros fenômenos sociais que atravessam o cotidiano da família de Eliana e estão diretamente ligados a reprodução de falas coloniais de forma natural:

Mas, em questão em casa com os meus irmãos a gente sempre se deu muito bem. Não éramos muito de desobedecer ou de brigar um com o outro, não. E eu digo que... uma das melhores fases da minha vida foi a minha infância quando eu vivi em Itaju do Colônia. É porque era uma época de inocência, era uma época que não tinha maldade, todos os meus amigos da vizinhança, os meus irmãos, a gente ia tomar banho no rio: as meninas de calcinha, os meninos de cueca, as vezes até tirava e pulava, não tinha maldade. Era uma fase muito boa da inocência e não existia aquela coisa do bullying, no? [risos] não existia o bullying. “aí, sua cabelo de pixaim, aí” e essas coisas assim era só um apelido engraçado que se colocava né? (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Pela narrativa da interlocutora podemos perceber as construções coloniais perpassando de forma natural. De antemão salientamos que o nosso intuito é destacar enquanto sujeitos sociais atravessados pelo colonialismo e suas artimanhas reproduzimos falas preconceituosas/discriminatórias de forma natural compreendendo que ao realizar tal ação, estamos repetindo o que historicamente fomos condicionados a acreditar. Portanto, nossa ação se volta a desvendar pelas falas de Eliana as fantasias coloniais (Kilomba, 2019) que perpassam cotidianamente nosso ser social/pessoal sendo que de tão natural não as percebemos.

Para compreender esse movimento é preciso evidenciar a branquitude como detentora do poder, capaz de construir crenças validadas e naturalizadas no meio social. Essas crenças são meios de propagar o preconceito, a discriminação e também o racismo. Dos espaços naturais

ao branco, tais crenças passam a ser dissipadas sem ser questionadas. Então, em um movimento contínuo sem depender energia significativa, naturalizamos ideais de inferioridade, menosprezando o fenótipo: a cor da pele, o cabelo, o tipo físico e tantas outras formas.

Notemos na narrativa de Eliana a naturalidade com que tanto a colega chama a outra por “*cabelo pixaim*”, como a reação dos que estão em volta. Em especial a interlocutora relata ser um “*apelido engraçado*”. Ocorre que isso não se trata de um apelido, mas do resultado de uma construção social onde o cabelo crespo é incomum (Kilomba, 2019) pois é diferente do cabelo do liso da branquitude e por isso não pode ser aceito no meio social. Esse evento, portanto, é mais uma passagem que demonstra como os ideais coloniais em toda a sua operacionalidade se move em meio as relações sociais no percurso de Eliana.

Entretanto, no contexto da infância de Eliana não era comum a nomeação deste tipo de violência. Em realidade existia a sua naturalização e por isso tornou-se comum que negros, indígenas e brancos coexistissem propagando frases de cunho racista e sexista, por exemplo. A naturalização desta prática, consequência e brecha da democracia racial faz com que a interlocutora perceba esse fenômeno como algo engraçado e não como *bullying*, ou ainda, como uma fala absolutamente racista, daí vem a necessidade de nomear estes fenômenos.

Tomando por base os estudos de Kilomba (2019) vamos nomear estes atravessamentos, aqui entendidos como as formas estereotipadas e os preconceitos advindos da cruel colonização. Dentro das relações hierárquicas sociais perpassa um fenômeno que veremos se repetir diversas vezes, o racismo. No contexto da infância da interlocutora não se falava sobre esses termos, uma prática conveniente para se constituir barreiras invisíveis, que delimitassem até onde negros e indígenas poderiam ir no âmbito social.

Kilomba (2019, p. 75) aponta três características constitutivas do racismo: “a construção da diferença”, baseada na origem racial ou pertença religiosa da pessoa. O diferente é aquele que assume uma vida fora das normas brancas, sendo a branquitude o ponto de referência para delimitar o “eu” (branco) e o “outro”. O segundo ponto são os “valores hierárquicos”, esses valores, segundo Kilomba (2019, p.75), estão diretamente relacionados a construção da diferença, neste contexto, entretanto, algumas marcas ligadas aos grupos são articuladas “o estigma, a desonra e a inferioridade”.

Observando a narrativa de Eliana perceberemos que havia um silenciamento em relação as questões indígenas, ninguém na cidade, inclusive a família de Eliana, gostaria de estar vinculado ao grupo, frutos da naturalização desta estrutura, como meio de consolidar nossa discussão, vejamos esta parte da narrativa antes de apresentar o terceiro ponto:

E na época que eu estudava junto com os meus irmãos era escola normal, todos juntos brancos e índios, não se identificava quem eram índios, quem era branco, só o negro. E essa coisa do... e que talvez... a partir do momento em que se divide aí vem o preconceito. Já existia um pouco sim, de preconceito. Recordo que minha irmã Edileusa era chamada de Juruna. Sim, de Juruna... porque nossos arquétipos, nossos traços, não negava, não nega. E Edileusa, nossa... era cópia da minha tia Edna, porque era a indígena que andava na cidade e todo mundo a reconhecia. E via a Edileusa muito parecida, então chamavam Leu de Juruna. E ela não gostava, aí já vem os apelidos, o preconceito, quer queira ou não, por mais que a gente fale que não se importa, mas ofende sim. Porque naquela época o índio era imundo, era sujo, era bicho do mato. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

A junção da ideia de diferença a partir do ideal branco somado aos valores hierárquicos baseados nos marcadores “preguiçoso”, “exótico” “colorido”, “incomum”, “animalesco”, formam o preconceito que pode ser perpassado de diversas formas. Porém, para consolidar a estrutura que forma o racismo, somam-se a todos os elementos o poder “histórico, político, social e econômico” (Kilomba, 2019, p.76). O resultado da operação desses fatores produz as relações sociais baseadas nos ideais da branquitude onde o natural é repelir todos os elementos (fenótipos, raciais, culturais, identitários, etc.) que porventura não atendam ao padrão social.

De acordo com Kilomba (2019), podemos compreender o racismo dividido nos âmbitos: estrutural, institucional e cotidiano. Na esfera estrutural, o racismo funciona como uma parede invisível, como consequência dele raramente encontramos pessoas negras e/ou indígenas ocupando lugares de poder sejam nas instâncias políticas ou sociais. É válido destacar que atualmente essa realidade tem sofrido alterações, houve um relativo aumento em relação a representatividade (negra e indígena) nas instâncias que antes era naturalmente de predominância branca.

O racismo institucional faz com que as desigualdades operem nas causas ligadas a pessoas pertencentes aos grupos minoritários. Dentro do sistema de operação do racismo institucional estão as dificuldades em acessar a vaga de empregos, as desigualdades no ensino, dentre outros impasses. Disto, resulta a naturalização da meritocracia²⁴, quando, em realidade, existem e persistem no caminho das pessoas subalternizadas uma infinidade de percalços que leva uma maioria a viver geração após geração na informalidade.

Já o racismo cotidiano se abre em um leque de fenômenos que põe tanto indígenas como negros em um campo de violência simbólica e, (às vezes), física. Dentro deste movimento

²⁴ De acordo com Cida Bento (2022) a meritocracia faz parte de um discurso perigoso, pois, para negros e indígenas saírem de determinados lugares sociais é preciso mais do que apenas força de vontade e/ou lutar pelo ideal, é imprescindível levar em consideração as barreiras invisíveis operacionalizadas pelo racismo.

destinado a criar e fortalecer o complexo de inferioridade, o “outro” (negro/indígena) é constantemente medido pela régua da branquitude (Kilomba, 2019; Bento 2022). Nesse sentido olhar pela perspectiva das diferenças ganham um tom negativo, pois, a branquitude enxerga o “outro” a partir de uma construção sócio-histórica na qual o branco se elegeu superior, enquanto o “outro” ocupa um não lugar de inferioridade.

Retornando a fala de Eliana, munidos desta conceituação, perceberemos que ao narrar, a interlocutora também entra em reflexão. Eliana começa dizendo que todos eram tratados “iguais” na escola; em seguida pontua que os negros eram facilmente identificáveis. Aqui podemos elencar a narrativa a um dos elementos pontuados por Kilomba (2019): o estigma. A cor da pele é uma marca que não passa despercebida no meio social, mesmo quando a interlocutora afirma não notar as diferenças. Perceber isso, é também notar a naturalização de que não é comum ser negro, é normal que todos tenham determinada cor, o branco.

Novamente Eliana traça uma reflexão, em que ela mesma não consegue perceber quando aconteceu, mas nota que de fato havia preconceito, sua irmã era chamada de Juruna²⁵ por conta dos traços físicos, que lembravam as pessoas, como a sua tia, que moravam na Reserva. Isso gera um alarme moral. A criança não quer se parecer com aquele grupo, mas com o padronizado. Perceba, que a negação dos traços acontece no subjetivo, a interlocutora assim como sua irmã vão aprendendo de forma inconsciente a negar tudo que diverge dos padrões brancos.

e... eu recordo que a minha mãe [rindo] cortava os cabelos dos meninos... incrível como é que as coisas funcionavam. Não nos identificávamos como indígenas, mas tudo vinha para isso, porque a minha mãe cortava os cabelos dos meninos... raspava aqui [sinalizando o meio da cabeça] e deixava só aquela parte, [sinalizando a franja] sabe aquele tuin aquela coisa lisa aqui?

T: só aqui na frente... [sinalizando]

E: [rindo] sim... era assim... Carlinhos cortava tudo e deixava só aquela franjinha, e eu pensava “pra quê isso?” e eu recordava que minha mãe pegava uma cuia, colocava na cabeça das meninas e cortava o cabelo assim... Gente... Isso é cabelo típico indígena mesmo. Meu cabelo quando não era curtinho, era cuia, aquele cabelo escorridinho, cuia. E o dos meninos a moita. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

Afirmamos anteriormente que a família de Eliana vive em trânsito, no sentido de que está incluída na sociedade padrão, busca atender esses critérios, mas ao mesmo tempo não deixa

²⁵ Juruna, neste caso, é uma forma depreciativa de chamar uma pessoa que tem características físicas que lembrem os indígenas.

de viver elementos de sua ancestralidade. Nesta fala, a interlocutora narra um fato interessante, a forma como d. Severina (sua mãe) cortava o cabelo das crianças, uma maneira que recorda o pertencimento, um conhecimento que certamente aprendeu na rede de ciclos familiares e deixa marcado na memória de Eliana, como sempre houve influência indígena em sua construção social.

Eu hoje tô branca, vou dizer, tô uma morena desbotada. Aqui é inverno, mas quando o sol aponta minha cor aparece e a gente era bem, bem moreno mesmo porque... os pés de pato... porque a gente sempre andou descalço, meu pé é aberto porquê? Pé de índio. [rindo] chinelo havaiana? Difícilmente. Era mais descalço. Os meninos iam vender o geladinho com aquele isopor do lado, só de shortinho, sem a camiseta e com os pés descalços. A cor prevalecia. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

As indicações referentes ao fenótipo que aparecem durante a narrativa, demonstram ao mesmo tempo o pertencimento étnico e o distanciamento de Eliana e a família do padrão da branquitude. A cor da pele, os traços dos olhos, o andar descalço, a ideia do “pé de pato”, a forma de cortar o cabelo; constituem elementos que não os permite acessar determinados meios como brancos, ao mesmo tempo, não os enquadra enquanto negros. Em contrapartida, remete-os ao ser indígena tanto nos costumes rotineiros, como nos enfrentamentos em relação ao preconceito.

3.1 A experiência na escola

Eliana e seus irmãos frequentaram em Itaju do Colônia a Escola Cordeiro de Miranda. experimentaram o modelo de ensino tradicional. Neste período a educação escolar utilizava penas físicas e emocionais como meios de desenvolver a inteligência, a obediência e subserviência. As características do modelo pedagógico vigente naquele período continham resquícios de influencias coloniais e da ditadura militar, de acordo com Eliana:

Minha mãe sempre costurando para pagar os estudos dos filhos, porque naquela época de 80 se pagava um carnê para estudar. Os filhos se quisessem mesmo de escola pública, tinha que pagar uma taxa para estudar, tínhamos que ir sempre de uniforme, estudávamos em escola não indígena, porque na época não existia, todos juntos. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

O ensino enquanto reproduzidor das desigualdades primando pelos ideais de civilização (Santana, 2014) é a experiência vivida por Eliana. A educação mecanicista, funciona como ferramenta de manipulação para formar uma massa populacional alfabetizada, subserviente, e

sem bases críticas. Isso é importante para evitar levantes pelos subalternos e para manter funcionando ativamente os meios de produção com mão de obra qualificada. Desse modo, mantém-se assegurados os lugares sociais e o objetivo capitalista.

e... na escola eu recordo que minha primeira escola, foi a escola Cordeiro de Miranda, primário. Eu tinha dificuldade com matemática e eu tinha uma professora chamada Perpétua que... a gente era da época da palmatória, se errava:

- Quanto é dois mais dois?

- Cinco. Palmatória. Cinco palmatórias.

E assim era né... eu recordo que pra entrar na escola a gente ficava em fila, todos. Um atrás do outro, quem chegava primeiro ficava na frente, mas tinha aquela questão daqueles coleguinhas que não queria que tu ficasses na frente e ia te empurrando pra trás. Quando eu via, eu estava lá no final da fila... [risos]. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

De acordo com Santana (2014), o modelo educacional de ensino onde a disciplina é feita por meio de castigos físicos, entrou em vigor ainda no período imperial. Tratamos, portanto, de mais uma herança colonial, cujo intuito seria internalizar na mente do indivíduo a forma como deveria se portar na escola e por consequência no meio social. Durante a narrativa notam-se os elementos que nos permitem perceber uma educação tradicional e uma pedagogia que ensina de forma eficaz os padrões sociais: o uso do uniforme, palmatória, fila, etc. Esses elementos são ferramentas que naturalizam no subjetivo e no corpo do sujeito uma ideia de submissão, de obediência baseada no medo. Por isso afirma:

As escolas de ensino primário tinham antes o aspecto de casas penitenciárias do que de casas de educação. O método da palmatória e da vara era geralmente adotado como o melhor incentivo para o desenvolvimento da inteligência! Não era raro ver-se nessas escolas o bárbaro uso de estender o menino, que não havia bem cumprido os seus deveres escolares, em um banco, e aplicarem-lhe o vergonhoso castigo do açoite! (Floresta 1989, p. 57)

O modelo de ensino tradicional, como afirma Floresta lembra a penitenciária e recorda também a relação senhor/escravizado (Santana, 2014). Diante disso, poderíamos entender o estudante como o escravizado que deve se manter mudo e comportado. Caso cometesse algum erro seria castigado publicamente. A punição, nesse sentido, atinge não somente o físico, mas também a moral. Daí inferimos que os meios de coerção utilizados nos sistemas de ensino serviam como base para que todos (indígenas e negros) se tornassem civilizados e dóceis. Outro ponto importante:

e assim... e outra coisa que eu recordo que eu tive dificuldade na escola, era que eu sou canhota né? E eu escrevia de traz pra frente, não corretamente do começo do caderno pra cá [mostrando no caderno a direção da direita para a esquerda]. Eu escrevia daqui pra cá [mostrando a direção oposta], e isso também pra mim foi muito difícil na escola, porque a professora forçava que eu escrevesse com a outra mão e eu não sabia. Eu só sabia escrever com a esquerda. Então foi um trabalho muito psicológico né? Vamos dizer assim, que travou na minha cabeça também, né? Na questão da escrita; de escrever como eles queriam e eu só tinha como escrever com a mão esquerda, isso pra mim também, houve um pouquinho de trauma aí. (Eliana Pataxó, 02 de fev. 2023)

Diante das dificuldades apontadas por Eliana, duas em especial travam seu processo de ensino-aprendizagem. O primeiro seria a dificuldade em compreender a disciplina “matemática”. A interlocutora aponta que cada vez que errava a lição era castigada via palmatória, orelha de burro²⁶, ou ajoelhada no milho/arroz. Em outro momento da entrevista, a interlocutora aponta que muitas vezes era a última a terminar a lição e sair da sala devido à dificuldade na disciplina.

O segundo entrave era escrever com a mão esquerda. A professora a obrigava a usar a mão direita como todos, porém, Eliana aponta a dificuldade em seguir a ordem e um trauma por não alcançar tal objetivo embora tentasse. Por tudo isso, é notório que perpassa no ensino tradicional da década de 70/80 um ideal civilizatório tendo como premissa “fazer valer as regras institucionais” (Sposito apud Marra, 2007. p. 56). É uma forma de ou naturalizar e internalizar o padrão social da branquitude, por isto os castigos físicos e morais: palmatória, ajoelhar no milho, chapéu de burro. Além dos castigos mencionados por Eliana, ainda havia em algumas escolas o uso da vara. De acordo com Rosa (2008), esses castigos detinham as funções de resguardar a autoridade do professor e internalizar o conhecimento. A partir desta educação autoritária e permitida pelas famílias se geraria cidadãos brasileiros moldados aos padrões sociais.

Além dos castigos como meio de doutrinação, os padrões idealizados aparecem como meio de construir um aluno ideal de modo que aquele que escreve de forma diferente precisa se adaptar ao contexto geral. No contexto em que está a narrativa aquele que escreve com a mão esquerda, conhecido como canhoto compreende um sujeito desajeitado. A forma de tratar essa

²⁶ Orelha de burro compreende um castigo moral e físico. De acordo com a narrativa de Eliana era posto no aluno um chapéu de burro (um cone com formato pontiagudo) enquanto a turma cantarolava: não sabe, não sabe, mas tem que aprender, orelha de burro, cabeça de ET.

diferença é negando a sua existência como se fosse algo que pudesse ser corrigido a partir das reclamações vindas da escola.

Voltando pra escola. Eu era muito tímida. Sim, eu tinha muita dificuldade, era muito tímida. O tratamento dos professores era igual para todos. Porque não tinha essa diferença, como eu falei era uma época que não tinha muita maldade. Não tinha muita divisão. Eram todos estudavam juntos, no? Eu acho que essa questão do preconceito mais veio quando a gente começa a assumir quem somos, a buscar os nossos direitos. Aí vem mais o preconceito. Sabe, vem firme. Vem..., mas, apesar do “ah, sua Juruna”, “ah, sua isso”, “ah, sua pacapim”. A gente não se importava muito com isso e... estudei até a sétima série... os meus irmãos, a Edileusa, o Carlinhos fizeram magistério em Itaju do Colônia. Eu estudei até a sétima/ oitava série também o ensino médio em Itaju do Colônia, foi quando aí já não se pagava mais aquela parte do carnê. E... éramos bons alunos, sempre tirávamos notas boas, minha pior matéria era química e física, a minha melhor matéria era educação artística, que eu gostava muito e até hoje gosto. Mas era, no... nós não sentimos muita dificuldade, eu não recordo assim de nenhum momento de sofrer preconceito dentro das escolas. A questão da minha irmã ser chamada de Juruna, nem sempre foi na escola, mas os colegas mesmo do dia a dia... “sua Juruna e tal”, ela não se importava, apesar de não gostar, mas... não ligava muito. E depois de um tempo a gente começa a descobrir porque vem esses apelidos. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Um fenômeno comum na narrativa de Eliana é narrar situações de violência sem as notar. Esse fenômeno é uma consequência da naturalização e da não nomeação de tais violências. Os castigos mencionados e as repreensões, devido ao fato de ser canhota, ora são apontados como empecilhos na aprendizagem, ora são silenciados e visto como se tivessem ajudado em seu processo constitutivo. Assim como aprender via castigos remete a relação servo/senhor, o silenciamento e até o agradecimento a tais situações, demonstram resquícios do sistema colonial naturalizado nas práticas institucionais, educacionais, sociais, que se fixam na subjetividade daqueles que as sofrem.

Em realidade, essa forma de ensino valida a ideia de igualdade, neutralizando as diferenças sociais/raciais. Por consequência, cria-se um véu sobre as desigualdades que atingem tais famílias, em especial as que residem no interior da Bahia. Famílias que cotidianamente lutam pela sobrevivência e dentro de um movimento contínuo sofrem e reproduzem, inconscientemente, padrões coloniais; como: a naturalização (dos castigos físicos e morais; da dificuldade em ter acesso a escola; a saúde; a segurança, etc.). Enfim, a ideia de que a dificuldade é natural e por isso é normal os direitos serem desrespeitados são resultados dos

padrões coloniais, regido pelo pacto da branquitude, onde para os pobres²⁷ o pouco é conquistado com muito esforço; em contrapartida para os brancos estão reservados os privilégios.

Por fim, os apelidos, que a interlocutora considera naquele contexto engraçados, são comprovações de que o preconceito, o *bullying*, os estereótipos e especialmente o racismo, sempre estiveram presentes. O fato de Eliana não os notar, reforça o nosso argumento de que as sequelas do colonialismo estiveram e estão naturalizadas/internalizadas no cotidiano da interlocutora (como de toda sociedade brasileira) de modo que sofremos e reproduzimos violências sem perceber.

3.2 “Tu é indígena Pataxó, parente de Baheté”²⁸

Estamos chegando à promulgação da Carta Magna de 1988. Eliana já está mais crescida, estudando e aproveitando a infância em Itaju do Colônia. Nesse contexto a reserva indígena Caramuru Catarina Paraguaçu está em fase de retomada, a FUNAI é a responsável por agir legalmente contra o estado da Bahia, buscando a anulação dos títulos de terra dos fazendeiros e promovendo acordo para o retorno dos indígenas.

A gente morava em Itaju do Colônia na década de 80. Eu recordo que houve... foi quando mudou a Constituição Nacional pra dar direito aos povos indígenas a viver em suas terras. E nessa época houve uma formação de aldeamento, uma reserva, chamada Catarina Paraguaçu na região do Pau Brasil. Foram formando... fazendo um aldeamento de vários indígenas que viviam naquelas regiões, nas cidades vizinhas: Itaju do Colônia, Palmeiras, Itabuna. Existiam vários indígenas morando na cidade e quando houve esse aldeamento, houve uma pesquisa do governo para saber quem era indígena ou não, para viver dentro dessa reserva indígena. E eu recordo, eu era menina, mas recordo que foram em busca da minha família; do meu pai. (Eliana Pataxó, 15 de set. 2022)

O que a interlocutora narra são dois movimentos complementares, o primeiro está referido à retomada das terras indígenas. Como abordamos no início do capítulo, a reserva foi criada anterior ao nascimento de Eliana e invadida pelos fazendeiros com participação do extinto SPI (Souza, 2017). Neste momento da narrativa, Eliana começa perceber a presença indígena na região sob novas lentes além dos estereótipos, notando também o movimento de luta pelas terras da reserva.

²⁷ Utilizamos o termo “pobres” levando em consideração que a maioria dos que compõem essa classe são pessoas negras e indígenas. Apesar de existirem brancos pobres para essas pessoas sempre haverá oportunidades diferenciadas.

²⁸ Fragmento do cordel criado por Eliana Pataxó durante a graduação.

Por volta de 1982, dá-se início a retomada da reserva (Pedreira, 2017), são ações que somam uma aliança entre indígenas e FUNAI. Enquanto os indígenas retornam aos poucos à Reserva Caramuru Catarina Paraguaçu, a FUNAI formula ações jurídicas para a anulação dos títulos dados aos invasores pelo estado da Bahia e promove acordos retomando aos poucos a terra e a devolvendo aos donos originais. A narrativa anterior demonstra um contato inicial de busca pelos indígenas para reocupação da reserva, a seguinte nos permitirá ver um quadro mais amplo:

E naquela época, a gente não sabia que éramos indígenas até chegar à década de 80. Já estávamos todos estudando, todos maiores um pouco assim... e quando houve uma mudança na Constituição em que dava direito aos povos indígenas a viver em seu território, viver sua cultura [...] e quando houve na década de 80 esse aldeamento da área ali em Pau Brasil, da aldeia, da reserva Catarina Paraguaçu. Foi uma época em que estavam buscando os indígenas que moravam nas cidades e uma das cidades foi Itaju do Colônia. E saiu perguntando quem era indígena ou não. Quem era indígena pra ir para o aldeamento e minha madrinha e seu esposo, o seu Davi, se assumiram como indígena e foi até em casa. Eu recordei que foi até em casa falar com pai - Vocês também são indígenas, vocês deveriam ir com a gente para o aldeamento. Mas, pai bateu a frente dizendo que não queria ir. Que não ia! Houve a negação de ser indígena. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Chegamos a um ponto de convergência acerca do que os atravessamentos podem ocasionar, neste caso as marcas sociais que definem o que é ser indígena perpassam a família e geram um fenômeno que a interlocutora aponta como “*negação da identidade*”. Tal recurso é acionado pelo pai de Eliana. Para melhor compreender o que ocorre é importante voltar um pouco o olhar para o processo de vida na reserva desde a invasão. De acordo com Pedreira (2017), as condições de vida naquele espaço não foram fáceis. Além dos indígenas serem expulsos de suas terras, aqueles que permaneceram, passaram a trabalhar ou mendigar por falta de recursos na reserva. Junto a isso vem uma série de estereótipos na instância comunitária, além de uma educação civilizadora e o próprio contato com o universo societário branco, que exclui outras formas de organizações sociais e culturais.

Olhando a “negação” do pai de Eliana a partir desta armação social, poderemos perceber traços de uma manipulação da identidade (Cardoso de Oliveira, 1976) marcada por razões que envolvem a subsistência familiar. Quando Eliana pontua razões como, “*meu pai nunca se assumiu como indígena, talvez porque ele não quisesse levar esses xingamentos*”, ou, “*quem iria dar trabalho para um índio ?*”, percebemos que os atravessamentos dos estereótipos vão além de uma questão de características atribuídas, eles têm o poder de interferir na vida

social, no trabalho, na subsistência dos grupos, sendo a manipulação²⁹ um caminho de saída para existir.

Aí começa uma parte da história que nós não entendíamos. Nós filhos não sabíamos o que era ser indígena mesmo... Por que pai nega ser indígena, né? Bom, mas como diz que índio é bicho do mato... ninguém queria ser bicho do mato, ninguém queria ser açoitado... e... ele como pai de família de nove filhos trabalhava sempre fora. Ele não ia realmente ir pro aldeamento. Como ele ia sobreviver? Como ele ia dar o alimento em casa se ele fosse pra uma aldeia?

Ele trabalhava fora, muitas vezes em outras cidades, então eu penso também que ele negou até por questão de... uma questão de... de proteção. Eu digo de proteção, porque muitas pessoas não davam trabalho para um indígena. Porque tinha a questão de chamar o índio de preguiçoso, de bêbado, no? E assim foi. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Juntando os fragmentos do que já foi discutido, estamos perpassando ainda neste tópico os fenômenos do preconceito e do racismo. Ora, quando uma pessoa é classificada como competente para determinada função a partir de sua origem está sendo discriminada, sofrendo preconceito. Para além disso, quando se nega ao indivíduo o acesso ao trabalho que lhe garantirá a sobrevivência, isto é, antes de tudo racismo (Sodré, 2023). Portanto, quando Eliana reflete “*quem daria trabalho a um índio?*” como argumento para a negação da identidade, o que se mostra é a tentativa do pai em se adequar para garantir as necessidades básicas da família.

Aparece durante a narrativa da interlocutora o seu avô paterno a quem chama por Vô Nenzinho. Ela se recorda dele com saudade, apresenta-o como um senhor cheio de histórias, ensinando sobre a ancestralidade indígena, mas, talvez sem saber sobre esse pertencimento. De acordo com Eliana, seu avô apesar de viver e compartilhar conhecimentos ancestrais, não sabia ou omitia sua identidade assim como seu pai.

E o meu vô... Meu vô Nenzinho. Também cito ele no meu cordel³⁰, porque ele é um personagem muito importante na minha vida também. Que sempre foi indígena, mas também foi um... não sei se uma identidade negada ou talvez uma identidade não reconhecida nem por ele, nem pelos outros... porque a sociedade fez muita gente omitir, omitir de si mesmo. Omitir a sua identidade. Quem omitiu a sua identidade não por maldade, não por não querer, mas a sociedade fez isso com muita gente. Então, o meu vôzinho também era indígena.

²⁹ Entendemos como manipulação e não uma negação, pois, ao chegar em Coroa Vermelha o pai de Eliana irá assumir a sua identidade (depois de anos) e vai chamar os filhos a também assumirem.

³⁰ Trata-se de uma produção de Eliana durante a graduação enquanto participava como bolsista voluntária no grupo “ciganas, cigarras e cirandas” na UESB. Utilizamos fragmentos do cordel de Eliana durante o texto, como no título de abertura da parte dois da pesquisa e duas estrofes estão como epígrafe na abertura da parte quatro.

Talvez ele morreu sem ter esse conhecimento, mas ele era e ele vivia em terra indígena. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A interlocutora faz uma reflexão interessante apontando a sociedade como causadora da omissão e da negação da identidade étnica. Concordamos com Eliana, porém, percebemos que a sociedade reproduz padrões que vem de uma estrutura regida pelo pacto da branquitude³¹ (Bento, 2022). Como resultado do processo, podemos apontar o distanciamento entre a família de Eliana e aqueles que assumem a identidade indígena. Também percebemos o afastamento, a negação ou o desconhecimento em relação a elementos constitutivos da identidade étnica, fruto da separação da comunidade indígena no decorrer da história familiar.

Entretanto, existe na historicidade da família diversos elementos comuns a cultura indígena. Tais elementos identitários continuam perpassando pela vida de Eliana, interferindo na sua forma de ver e viver no mundo. Portanto, não há uma negação de ser indígena na história de vida familiar de Eliana. O que percebemos é o resultado de um desmantelamento histórico orquestrado pela branquitude, regido pela violência, que ocasiona a dispersão e morte de milhares de indígenas que se veem obrigados a viver clandestinamente nas matas, sempre reféns do medo, ou, se misturando a sociedade e por consequência manipulando a identidade.

A década de oitenta relatada por Eliana como período de mudança é o contexto no qual o Movimento Indígena começa a obter resultados legais e maior visibilidade. A luta empreendida pelo Movimento Indígena buscava respeito e o direito das diversas etnias de viver e possuir legalmente suas terras. Também lutavam por tantos outros direitos ainda mais básicos, como educação, saúde, segurança. Durante esse percurso, em 1982 é eleito o primeiro deputado indígena Mario Juruna. Em âmbito nacional, os indígenas passam a ser minimamente ouvidos. As retomadas como a que tratamos neste tópico são reflexos deste contexto histórico.

Neste embate que envolvem as ações dos grupos minoritários organizados em movimentos, como: Movimento Popular, Movimento Indígena e Movimento Negro, somando o clamor geral por uma sociedade democrática, nasce a Constituição Cidadã. Em 1988, é promulgada a Constituição Cidadã que conta pela primeira vez na história brasileira com contribuição dos movimentos negros e indígenas em sua construção. Desta vez o texto base das leis brasileiras leva em consideração as diferenças, primando pela promoção da igualdade e dando base para construção de políticas que atendam as demandas diversas dos grupos historicamente excluídos.

³¹ De acordo com Cida Bento (2022), são os mecanismos de exclusão e manutenção do privilégio de um grupo (branco) em detrimento de outros (indígenas, negros, mulheres, etc.)

Sobre os indígenas a Constituição de 1988 afirma:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (Brasil, 1988)

A Constituição de 1988 garante o direito à terra e à vida segundo os costumes indígenas salvaguardando o direito de defesa em poder exercê-los livremente; o artigo 232 garante também outro ponto fundamental, que é o reconhecimento de que os indígenas podem e devem exercer a luta por seus direitos e interesses. Ainda durante a infância de Eliana, eventos começam a aguçar a curiosidade sobre a identidade étnica.

e... recordo que a minha madrinha, madrinha Maura Rosa Titiah que é uma das... eu digo lideranças, uma das mulheres que tomou a frente de lutar pelos pataxós hãhãhãe. Ela é moradora da aldeia Catarina Paraguaçu – Rio Vermelho em Pau Brasil. e... ela tem sete filhos. E esses meninos cresceram junto com a gente. Eram nossos melhores amigos, Paulo Rosa Titiah Vieira era um dos... é o que tem deficiência por paralisia infantil, né? Ele tem deficiência nas pernas. Paulo Titiah é uma grande pessoa, um grande indígena, um grande potencial também dentro dessa questão de indígenas especiais. Eram os nossos amigos mais próximos, a minha madrinha Maura Titiah pra mim é uma referência muito grande, como mulher indígena, como mulher guerreira, sabe? Ela pra mim é uma grande mulher e os filhos dela eram todos nossos amigos. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Dona Maura Rosa Titiah é madrinha de batismo de Eliana, é também a pessoa que vai à casa da interlocutora chamar a família para ir para a reserva no contexto de retomada descrito. Dona Maura Titiah desempenha um papel importante na vida de Eliana é ela quem deixa plantada na mente das crianças questionamentos sobre quem são, suas origens e motivo pelo qual o pai ‘negava’ a identidade indígena. Sob a ótica de Eliana do ponto de vista atual, dona Maura Titiah é uma liderança indígena.

Os estudos de Pedreira (2017) irão corroborar com a ótica de Eliana, pois, segundo o pesquisador, a família Titiah compreende figuras importantes na história da retomada da terra indígena Caramuru Catarina Paraguaçu. O processo de retomada começa por volta de 1982, quando dona Maura Titiah se muda para a reserva. O primeiro movimento feito pela família

Titiah é se mudar para a terra indígena e passar a viver na aldeia Bahetá³², desta ação tomam conhecimento de que os Kariri-Sapuyá (Pedreira, 2017, p. 16) estavam se organizando para retomar o posto Caramuru³³, neste contexto chamado por fazenda São Lucas. Unindo-se a indígenas de outras etnias constroem um movimento, mais fortificado, de retomada da terra.

Dona Maura Titiah se reconhece e é reconhecida atualmente como pertencente aos pataxós hãhãhães, entretanto, segundo Pedreira (2017), sua ancestralidade remete aos mais velhos que habitaram o território antes e após a constituição da reserva. Ou seja, dona Maura é conhecida como “nativa” pois seus pais são das etnias baenã e Pataxó, os primeiros moradores destas terras que do contato no aldeamento se uniram, dentre tantos modos, pelo casamento.

A partir da retomada da reserva e o retorno de sua madrinha para o aldeamento, Eliana passa a ter cada vez mais contato com elementos da identidade indígena, a cada passo abrigando novos elementos. Como se estivesse montando um quebra cabeça, desmontado pela construção sócio-histórica da sociedade brasileira.

Eu lembro de uma das cenas que me chamava muito atenção: era quando a minha tia Edna chegava com o esposo dela Dario. Com o corpo pintado, o cocar na cabeça, com seus trajes indígenas e minha tia entrava como aquele... Como aquele ser histórico que a gente via...

“Deus do céu, um índio na nossa casa” [risos]

E ele carregava uma lança grande de madeira que tinha as palavras pataxó hãhãhãe, e a gente ia lá quando ele estava dormindo e olhava a lança dele. Aquele olhar curioso de saber quem era essa pessoa e porque ele se veste assim. Foi quando a gente passa pelo conhecimento... poxa... e a minha tia Edna falava:

- Mas vocês são indígenas também, vocês deveriam estar na aldeia. Vocês são índios. Esse é Dario e tal...

Falava dele pra gente. E... e aquilo chamava a atenção da gente, porque a gente era indígena, mas não era indígena que viveu dentro da cultura, que assumia isso, porque a gente estava tendo o conhecimento agora, né? (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

O contato com os parentes que retomam a identidade indígena em toda a sua potência e consequência é um passo importante para que nossa interlocutora mantenha na memória informações que servirão de base para a reconstrução de si. O encontro com a tia Edna, moradora do aldeamento e pataxó hãhãhãe, compõe na narrativa um segundo momento em que

³² Bahetá é o nome da uma indígena Pataxó que habitou a reserva entre os primeiros indígenas que foram trazidos forçosamente pelo SPI. Bahetá também é a indígena que Eliana se refere em sua narrativa, aquela que transitava pelas ruas de Itaju do Colônia. No contexto que estamos agora, Bahetá já havia falecido e seu nome foi dado a reserva em forma de homenagem.

³³A terra indígena da reserva é dividida por postos, Dona Maura junto aos seus parentes faz um movimento ascendente; sai da Aldeia Bahetá em busca da retomada do antigo posto Caramuru (Pedreira, 2017).

os pedacinhos da identidade vão retornando a família, como se os chamassem de volta a suas raízes, mas ainda há outros colaboradores desse processo:

A partir desta década de 80 as coisas começaram a mudar. Começa a mudar quando o pai vai pra Porto Seguro. Começa a mudar quando a gente tem essa visita da minha tia Edna dentro de casa e... Eu recordo também que na cidade tinha um casal que chamava Baheté e Mohak que sempre iam nas casas pedir "myiang e mangút" e a gente já sabia: água e comida. Eu era pequenininha, mãe disse que ela falava mais em Patxohã e pedia sempre myiang e mangút. E a gente dava. Eram personagens que transitavam pela cidade porque a aldeia era acerca, era perto. Então ela sempre ia, como não tinha muita coisa na aldeia, não tinha alimentos, então eles iam pedir mesmo. Foi muita, muita coisa que passaram sabe? E são personagens da minha infância, que eu guardo na memória: Baheté, Mohak, minha tia e seu Dário entrando dentro de casa com os trajes indígenas. Isso são memórias muito fortes... (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Como já dito, a indígena Baheté é a mesma senhora que dá nome a parte da reserva na qual reside a madrinha de Eliana, Maura Titiah. No período narrado, Baheté, de acordo com a narrativa, saía da reserva para a cidade de Itaju do Colônia, distante cerca de 1km e durante sua passagem pedia água e comida pelas casas. Neste período, a família de Eliana, pelo menos os filhos, não sabiam do parentesco. Baheté faleceu em 1992, vítima de cólera (Pedreira, 2017), mas deixou uma memória importante para o povo pataxó hãhãhãe. Ela legou escrita algumas expressões de sua língua materna e enquanto viveu, falava mais em sua língua natural. Baheté foi uma das primeiras moradoras da reserva.

A construção de si leva seu tempo, uma vida, já que somos seres humanos em constante construção. Até aqui percebemos que os indígenas foram tratados de forma desigual no processo de formação brasileira, mas os resultados desse tratamento não se prendem apenas na dificuldade de viver enquanto costumes tradicionais, mas estão diretamente ligados a forma subjetiva como cada qual vai vivenciar este processo em sua vida e em meio aos mais próximos.

Não conseguiremos abarcar nesta pesquisa quando, onde ou porquê a família de Eliana, seus pais e por consequência ela e os irmãos, deixaram de viver na aldeia e passam a viver na cidade. Conseguiremos, no entanto, perceber como a interlocutora compreende esse processo e como o ressignifica. Acompanhamos até aqui Eliana tendo os primeiros contatos com os seus parentes e despertando certa curiosidade pela identidade étnica, seguimos notando como a negativa do pai em ir para a reserva atravessa a interlocutora.

Só que eu penso que Deus na sua sabedoria divina e meus ancestrs trabalha algo de especial quando a história tem que acontecer. Porque eu penso que, por incrível que pareça, pai trabalhou em tantos lugares e um dos lugares onde ele foi parar foi Porto Seguro. A gente... a família ficou em Itaju do Colônia e pai foi pra onde? Foi trabalhar construindo casa onde? Onde tudo começou, onde começou o Brasil. Começou a história dos povos brasileiros, vamos dizer... onde começou... onde tudo começou. Na Terra do Pindorama, na terra de Vera Cruz, Porto Seguro. E lá quem ele encontra? Os irmãos, as irmãs. As irmãs que se assumiram indígenas e que estavam em Coroa Vermelha, isso pra ele... eu creio que foi um... não sei se uma surpresa ou um chamamento mesmo; eu digo que sim, um chamamento. Quando ele se descobre, a família já estava em uma situação melhor, as irmãs já tinham... viviam numa comunidade indígena já em assentamento, sem tanta rejeição. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A narrativa de Eliana irá seguir marcada por momentos de reflexão e ressignificação e, ao longo do texto, deixaremos propositalmente marcadas, pois, são exatamente os elementos que procuramos para perceber como a interlocutora perpassa os fenômenos sociais, em sua maioria, negativos, que atravessaram e continuam a afetar sua vida. Neste momento, Eliana aponta para um novo ciclo da sua vida, estamos encerrando a fase da sua infância em Itaju do Colônia, esse encerramento é marcado pela mudança de cidade.

Quando veio o caminhão... Aquele caminhão, pau de arara mesmo; que a gente joga os móveis tudo em cima. Pega nossos móveis nossas coisinhas e joga... Foi muito doloroso deixar Itaju do Colônia... Foi muito triste [inquieta] [o olhar mudou] nossa... Eu recordo que a gente saiu em cima daquele caminhão chorando. Por quê? Ali estava toda nossa história. História da minha mãe, a nossa infância [olhar distante] de todos os filhos... E... Subimos nesse caminhão, achando que ia pra Eunápolis. Eu lembro que foi uma vizinha junto com a gente, dona Erotides pra conhecer Porto Seguro pela primeira vez. Aquele sol foi, em pleno verão, foi em fevereiro. [...] Eu creio que foi em 98 quando a gente mudou para Porto Seguro. Eu creio que sim. E... em vez da gente ir pra Eunápolis, a gente foi pra Porto Seguro. Em cima daquele pau de arara, aquele carro de mudança, aquele caminhão aberto, não era um caminhão fechado. Nós todos dentro daquele caminhão em cima e deixando Itaju do Colônia para trás [olhar distante]. Foi um momento muito triste para todos, porque deixamos o nosso melhor... uma das melhores fases da vida que era a infância. A infância sem maldade, o perambular por aquelas ruas, o pique esconde, os banhos de rio...e... as melhores amizades, ficou pra trás. Para começar uma nova vida em Porto Seguro. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Finalizando a parte da infância, Eliana é chamada a se despedir da vida em Itaju do Colônia. Era o ano de 1990 quando aconteceu essa mudança - após a entrevista a interlocutora especificou a informação. Durante a narrativa, Eliana demonstra um semblante triste com se

estivesse revivendo as memórias e, do mesmo modo que se alegrava ao falar das aventuras com os irmãos, agora fecha este ciclo cheia de saudade.

Por hora juntamos algumas peças que mais tarde servirão para complementar um quebra cabeça que outrora nos permitirá a vista da retomada de identidade da nossa interlocutora, por hora é importante destacar alguns pontos abordados até então: o não conhecimento sobre ser indígena, a negação/ manipulação da identidade por parte dos pais e o contato com os parentes indígenas que chamam ao retorno as raízes.

3.3 “*Vocês são indígenas e vocês precisam assumir que são*”³⁴: chegada em Coroa Vermelha

Era por volta da década de 1990 quando o sr. Almir recebe uma proposta de emprego em Coroa Vermelha. O pai da nossa interlocutora trabalhava na Fazenda Estrela Dalva para a família de dona Vera Miranda em Pau-Brasil, próximo ao município de Itaju do Colônia. Aceitando o serviço de construção em Porto Seguro, percebe que a melhor forma de conciliar trabalho e família seria levar todos, por isso:

Pai foi pra Porto Seguro e começou construir a casa de dona Vera Miranda que era pra quem ele trabalhava em Pau-Brasil, era a fazenda... Acho que é Estrela Dalva e ele recebeu esse convite e foi pra lá construir em Coroa Vermelha. E como ia ficar muito longe pra ele ficar vindo, ele veio em casa e falou que ia levar a gente. Que a gente ia mudar de Itaju do Colônia. Simplesmente chegava e:

- Nós vamo embora. Vamo mudar. Vamo pra Porto Seguro.

Não... primeiro ele falou que não era pra Porto Seguro não, era pra Eunápolis...

- Vamo pra Eunápolis, bora lá.

Como a minha mãe não tinha muita voz o que ele falasse tava certo, e já está; e a gente também, filhos, acompanhava. E ficou nessa, né? Nossa, [...]. Vamos pra Eunápolis e tal, vamos mudar da cidade e assim foi. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A partir da ordem do chefe da família, todos se mobilizaram em relação a mudança e saíram de Itaju do Colônia sobre um pau de arara, com os bens e as lembranças. Em primeiro momento pensaram que a nova cidade para qual estariam indo seria Eunápolis. Durante a viagem descobrem que o real destino seria Porto Seguro. Neste contexto não havia divisão entre os territórios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Coroa Vermelha.

Porto Seguro estava começando a se desenvolver, no? A ficar famoso mais... porque eu pra falar a verdade quando falou assim: vocês vão morar em

³⁴ Fala do pai de Eliana ao chegarem em Coroa Vermelha.

Porto Seguro. Eu falei: mas, Porto Seguro existe? Porque eu via Porto Seguro nos livros de história do descobrimento do Brasil, no? Coroa Vermelha existe? Então... puxa! A gente vai morar num lugar que é histórico porque tá nos livros de história, né? Onde o Brasil foi descoberto. Porto Seguro, 22 de abril e tal... terra de Vera Cruz.

Mas... na minha cabeça achava que ali era só uma história. Aquele lugar nunca imaginei que pudesse existir, né? Que a gente pudesse morar num lugar desse. Então foi quando ele recebeu uma proposta de trabalho[...] não se falava Coroa Vermelha, nem Cabrália era tudo Porto Seguro, coloca Cora Vermelha e Santa Cruz Cabrália em Porto Seguro. Não tá desmembrado antigamente. Hoje em dia não. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Morar em um local histórico é um fato empolgante para nossa interlocutora, mas o que Eliana viu nos livros de história sobre Porto Seguro fala sobre a chegada dos lusitanos, a descoberta do Brasil, o contato com os índios tupiniquins. Porto Seguro pelo viés histórico da narrativa épica do descobrimento é ponto de chegada dos salvadores brancos, ocultando uma parte da história, que envolve a luta e a resistência dos povos que habitavam o Monte Pascoal, por exemplo (Rego, 2012).

Entretanto, não é papel desta discussão perpetuar a versão dos brancos somente. De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011), neste mesmo local, que de fato existe além dos livros de história, havia a presença de diversas etnias que transitavam pelas áreas de mata e os Pataxós, que vivenciaram toda experiência da colonização neste espaço. Assim como os indígenas em Itaju do Colônia, as aldeias em volta de Porto Seguro enfrentaram um vasto processo de exploração, extermínio, expulsão e retomada das terras.

Pai não levou a gente para Eunápolis. A gente foi direto pra Coroa Vermelha, porque ele não falava Coroa Vermelha ele falava Porto Seguro. [...] Como eu disse pra ti, era como se Porto Seguro fosse Cabrália e Coroa Vermelha junto e... quando chegamos lá, Coroa Vermelha ainda estava se desenvolvendo... vamos dizer: turisticamente. Porque era uma aldeia, algumas casas grandes era como se os hoteleiros comessem a descobrir aquele lugar e começou a fazer suas casas grandes, comprava terreno barato, as vezes não comprava, ia lá e pegava aquele pedaço de terra né? Não tem dono... “não tem dono” [sinalizando as aspás com as mãos] porque já tinha dono aquilo ali. Tudo ali já tinha dono. Mas, os donos eram ignorados, né? As terras indígenas, Coroa Vermelha. Terra indígena, sempre foi. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

De fato, os donos da terra foram ignorados por bastante tempo por todo território brasileiro. Em Coroa Vermelha, região entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, a resistência Pataxó em permanecer em seu território resultou no crescimento da cidade em volta da aldeia. Um evento diferente do que geralmente acontece, pois, a Reserva Caramuru Catarina

Paraguaçu, por exemplo, está fora dos limites dos municípios que a cercam, formando o que Miranda (2009) chama de “aldeia urbana” termo utilizado também pela nossa interlocutora:

Coroa Vermelha é uma aldeia urbanizada: a cidade cresceu dentro da aldeia, não a aldeia que cresceu dentro da cidade. Então, hoje a aldeia existe; muitas pessoas duvidam que ali é uma aldeia, mas, existe. A Aldeia Pataxó em Coroa Vermelha [...] (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023).

Da chegada da família de Eliana o território de Coroa Vermelha estava em processo de ocupação e resistência dos Pataxós e invasão das redes hoteleiras interessadas no turismo que se expandia na região. Essa prática econômica configurava um interesse tanto dos donos de hotéis quanto por parte dos poderes municipal e estadual (Rego, 2012). Pela narrativa da interlocutora, conheceremos o território de Coroa Vermelha no período de sua chegada:

E... lá vamos nós... Viver numa pequena casa, como que era a casa? [pensando] parece que tinha uma sala, dois quartos e eu recordo que do lado de fora tinha um poço artesiano que a gente pegava água. Sim, tinha. E... adelante, a frente da casa tinha uma nascente. Eu lembro que tinha uma nascente de rio. Então pra você ver: chegamos ainda à terra estava sendo remexida. A floresta estava sendo destruída. Nós vivíamos em um período de desmatamento em Coroa Vermelha, quando chegamos. Período de... fechamento das nascentes que tinham ali... e... eu recordo que tinha muito papagaio, muita preguiça, muito desses animaizinhos assim silvestres. Oh gente... os macaquinhos, quando começavam a desmatar, eles vinham pra perto da gente, pra árvore que tava no quintal ou a que tava na frente da casa. Então chegamos neste período de muito desmatamento mesmo. Ainda existia a cruz de madeira em Coroa Vermelha, não sei se a primeira, não sei. Mas, existia ainda o marco do cristianismo em Coroa Vermelha, a praia ainda era... ainda parecia aquela praia virgem, distante. Eu lembro que tinha um banco de areia grande, até a gente chegar nas águas... porque Coroa Vermelha, se você nunca foi ou já viu em imagens, ela fecha um banco de areia como se fosse uma lagoa e tem abertura pro mar aberto. Por isso Coroa, porque segundo dizem que de longe avistaram, né? Quando veio as naus... Uma ilha em forma de coroa em que ao redor brilhava como uma coroa, porque a areia de longe brilha ao refletir o sol, então por isso chamaram o nome de Coroa Vermelha. Então quando chegamos lá era... nossa! A praia linda, maravilhosa, parecia a praia ainda virgem, muitos coqueiros. Muita, muita, muita, muita área verde mesmo. Recordo disso... a gente ainda caminhava, ainda tinha árvore pra tudo que é lado, ainda via uma preguiça, um macaquinho e tal. E pouco a pouco a gente foi... quando chegamos... porque chegamos lá no começo do desenvolvimento de Coroa Vermelha. Então vimos aquele lugar ser desmatado, presenciamos os desmatamentos, as construções dos hotéis, a resistência dos povos Pataxós, sempre. E a mudança, a transformação. Vamos dizer assim, é... os Pataxós enfrentando o contemporâneo e se reinventando também, incrível. Porque eu recordo que quando a gente ia na aldeia, eles ainda usavam a tupsay, que era a saia, tipo de palha e os trajés eram

diferentes, não eram coloridos como hoje. Eram uns trajes mais em cor de palha seca, a parte de cima também. O cocar também não tinha tantas cores. Então é isso que eu falo, presenciamos essa mudança junto com o turismo, com o contemporâneo que ia chegando naquela... naquela aldeia. E os Pataxós ali resistindo com essa mudança, porque em nenhum momento eles deixaram suas terras. Em nenhum momento eles deixaram de lutar. Então foram se reinventando a cada ano, a cada década, até hoje. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Por meio das lembranças de Eliana podemos vislumbrar como era área de Coroa Vermelha durante o período de expansão do município ao redor da aldeia. A interlocutora descreve uma região de mata predominante e com muitas belezas naturais, porém, narra também o processo de expansão da cidade, a derrubada da mata e especialmente a resistência do povo Pataxó, que permanecem em seu território e se reinventam a partir do contato com os não indígenas, sem deixar perder sua identidade.

Eliana aponta um ponto forte da região que são as belezas naturais, daí o interesse de donos de hotéis e outras pessoas em construir na região, a área ao redor da aldeia começa a ser ocupada e diante da resistência do povo Pataxó, o prefeito do município de Santa Cruz Cabralia decide:

[...] na ocasião, o prefeito de Santa Cruz Cabralia, vendo na figura do índio outra modalidade de atração turística, concedeu aos Pataxós uma área situada junto ao referido monumento, onde foram construídos estereótipos de casas indígenas. (REGO, 2012, p. 61)

A decisão municipal tem caráter tanto positivo quanto negativo, pois, os Pataxós passaram a ocupar a região de Coroa Vermelha deste a década de setenta, em busca de locais nos quais pudessem se assentar e comercializar as suas produções artesanais, visto que esta área, neste período unida a Porto Seguro, já se desenvolvia no sentido turístico.

Portanto, a decisão do prefeito é positiva no sentido de legitimar a presença indígena, e a comercialização de suas produções em local apropriado e junto ao seu ambiente de morada. Entretanto, Rego (2012) adverte sobre os interesses com fins lucrativos perpassando na decisão do prefeito que “ver na figura do índio” uma atração turística. Ora, objetivo do povo Pataxó era conquistar um espaço para viver, os interesses do prefeito falam sobre o lucro que poderia adquirir. Novamente, ocorre o encontro de objetivos distintos que se encontram em um mesmo desenvolvimento. Porém, dessa vez os indígenas resistem sem abrir mão do seu espaço.

O povo Pataxó ressignifica a ação branca compondo uma área de produção de sua arte, cultura e memória, demonstrando e demarcando seu território e sua importância a nível

municipal e nacional. A região de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália são notavelmente destinos turísticos procurados, sendo Coroa Vermelha um dos pontos que compõem os maiores números de visitas em busca de conhecer as belezas naturais e conhecer a aldeia.

3.4 A arte como via de aproximação da identidade

O percurso em Coroa Vermelha compreende uma parte da história de Eliana marcada por grandes mudanças e novos atravessamentos. Chegamos a fase da adolescência, período de mudanças físicas e psíquicas. Tal como em Itaju do Colônia, Eliana e a família continuam a lutar pela sobrevivência, desta vez mais próximos da aldeia indígena e tendo um contato sob novas perspectivas.

E eu recordo que quando eu comecei trabalhar dentro da aldeia foi com senhor Arlindo e dona Nilda em uma loja de artesanato de madeira. De madeira não; de cerâmica. Foi meu primeiro trabalho. Pai trabalhava na construção da casa do senhor Arlindo e conseguiu um trabalho para mim na loja de artesanato. [...] (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A característica mais marcante de Coroa Vermelha, além das paisagens naturais, são as produções artesanais, Rego (2012) vai apontar essas produções como elemento constitutivo da resistência e da identidade do povo Pataxó. Recordando disso e voltando a Eliana, destacamos que ela detém um talento especial, a pintura, por isso, após finalizar o ensino básico em Itaju do Colônia e mudar para a Coroa Vermelha, começa a trabalhar em uma loja de artesanato, juntando aos seus saberes nova prática: a lida com a cerâmica.

[...] Aí foi quando eu comecei a viver em Coroa Vermelha. E o artesanato de Coroa Vermelha, vou transcrever pra você como é que era o artesanato: não tinha divisão de índios e brancos, todo mundo trabalhava junto. A gente chegava em Coroa, na parte turística, tinham as casinhas de pau a pique e de barro e cobertas de palha, a gente via as pessoas maiores, os anciãos maiores tecendo seu cocar, seu colar na frente das lojas... Passava na passarela cada lado tinha, vamos dizer assim uma oca, né?, uma casa. De barro, cobertinha de palha... era uma aldeia, vamos dizer... uma aldeia, como se diz? Original da época. Tinha suas casas de pau a pique, seu telhado era de palha de piaçava e quando a gente chegava no centro da Coroa Vermelha, perto da praia existia uma maloca bem grande, uma oca, uma maloca bem grande coberta de piaçava, daquela palha, ela era coberta, tinha só... era o telhado e toda aberta, tinha as madeiras ao redor para segurar o telhado e ali acontecia a venda de artesanato, a dança também no centro daquela maloca grande. Eu recordo que todos estavam ali sentados fazendo seus colares, sabe? Pintando seus artesanatos, lixando suas gamelas e trabalhavam brancos e índios. Tanto na passarela quanto dentro da maloca e sabe que

eram todos unidos? um ajudava o outro... porque começaram juntos a venda de artesanato. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

A descrição de Eliana sobre a formação do espaço para venda do artesanato em Coroa Vermelha é o mesmo presente nas pesquisas de Rego (2012), Bomfim (2021), Santos (2017) e Miranda (2009), pesquisadores que em seus trabalhos contemplam também esse âmbito da historicidade do povo Pataxó de Coroa Vermelha. Elencando as informações da interlocutora com estas pesquisas, perceberemos que o artesanato e o turismo foram os pontos de expansão desta localidade. Os indígenas, a partir da sua resistência, desempenham um papel fundamental neste desenvolvimento, ao mesmo tempo em que constroem caminhos de relações entre grupos³⁵, demonstrando que é possível conviver pacificamente. Vamos continuar nosso passeio junto a Eliana:

E acerca mais da praia tinha as cabanas, né? Que vendiam as comidas... Que vendiam as comidas típicas de Porto Seguro: moqueca de peixe, aí todas essas coisas deliciosas...

E do lado eu recordo que tinha uma sorveteria e tinha também a loja de artesanato de seu Arlindo que eu trabalhava lá. Eu pintava a cerâmica. Foi aí quando eu comecei a usar um pouquinho, como diz, dos meus dons de pintura de reformar aquele vaso de barro, que tinha quebrado. Eu já sabia restaurar. Foi quando eu comecei a pintar, eu escrevia com... sabe o espinho do mandacaru?

[...] Aí pra escrever na peça, sim, pra escrever na peça Porto Seguro ou Santa Cruz Cabralia a gente pegava o palito, molhava um pouquinho na tinta e escrevia fininho ali: "Porto Seguro..." "Lembrança de Porto Seguro". Então eu fazia isso, foi um período muito bom pra mim, de aprendizado né? (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

O contato com a comunidade indígena em Coroa Vermelha tem nuances distintas que perceberemos no decorrer da narrativa. O trabalho de Eliana constitui um ponto de aproximação, visto que deste local conseguia ter certa proximidade dos moradores da aldeia e assim adquirir sempre novos conhecimentos. Neste espaço da memória, Eliana já sabia do pertencimento, porém, ainda organizava todas as informações coletadas desde a infância até então. A família morava próxima, mas não na aldeia. Além disso, a constituição da identidade é algo que leva tempo para acontecer.

Essa parte foi quando começamos a interagir mais com os povos indígenas, principalmente eu. Eu e minha irmã Edileusa. Edileusa na época. É aí que

³⁵ Relações interétnicas, de acordo com Cardoso de Oliveira (1976) são os contatos ocorridos entre grupos distintos.

entra a parte da educação, quando... Edileusa já saiu de Itaju professora, né? Foi quando ela conseguiu trabalho na escola, a única escola que existia em Coroa Vermelha, era dentro da aldeia, mas não era uma escola diferenciada, todavia. Era branco e índios todos juntos, porque não tinha outras escolas para os não indígenas, então estudavam todos juntos. E Leu foi uma das primeiras professoras a dar aula, dentro da aldeia e... eu trabalhava no artesanato, Edileusa dava aula. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Além de Eliana, os irmãos também passam a ter maior contato com a cultura e as pessoas que a cultivam, guardam e compartilham. A interlocutora aponta que, durante a fase inicial, o maior acesso a esse espaço foi trilhado por ela e por sua irmã Edileusa que trabalhava na escola dentro da aldeia. De acordo com Rego (2012), a Aldeia Pataxó em Coroa Vermelha é uma reserva diferente das outras, pois, por ser uma aldeia urbana é palco para as relações interétnicas entre indígenas e não indígenas; ao mesmo tempo consegue manter suas práticas culturais e identitárias, preservadas.

Sobre a escola que há dentro da aldeia Pataxó, destacamos o movimento dos professores indígenas, a nível nacional, em busca de poder livremente preservar seus conhecimentos ancestrais e sua identidade étnica por meio de uma educação escolar diferenciada (Bomfim, 2021). A luta empreendida pelos professores indígenas preza por um ensino que leve em consideração as características socioculturais, nesse caso, da etnia Pataxó. E por consequência o reconhecimento de que a educação do branco não contempla a realidade indígena.

Como conquista desta luta, a LDB de 1996, afirma:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-índias. (Brasil, 1996)

A promulgação da LDB de 1996, de acordo com Bomfim (2021) é a seguridade por parte do Estado para que os povos indígenas pudessem ter em seu território ensino diferenciado, voltado para os conhecimentos ancestrais, a prática das atividades de caça, pesca, artesanato e agricultura. E para além disso, o direito roubado pela colonização de falar e preservar a língua materna. No caso da nossa pesquisa, o Patxohã é a revitalização da língua materna do povo

Pataxó, sendo ensinado atualmente na Escola Indígena de Coroa Vermelha³⁶, sobre essa luta pela escola diferenciada Eliana pontua:

Foi quando houve uma reunião dos professores ou das lideranças indígenas. Não sei se foi em Brasília... E que os povos indígenas ficaram meio perdido porque os outros falavam a sua língua e o professor, o diretor da escola não falava a língua Patxohã e aí veio o questionamento: “poxa, todos falam a sua língua e nós não falamos.” Foi quando ele retornou a Coroa Vermelha e fez uma reunião com as lideranças e com os professores, que tinha que fazer o resgate da língua Patxohã. Aí veio um trabalho de pesquisa muito grande, né? Dentro da aldeia e a busca também por divisão da escola ser indígena. Ser diferenciada da escola normal, né, tradicional onde que vai né, os não indígenas. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Esse processo de retomada da língua materna marca um avanço histórico de quebra com os padrões naturalizados em meio a sociedade brasileira. Durante muito tempo os indígenas foram obrigados a abandonar a sua língua mãe, por meio de penalizações, estereótipos, preconceitos, enfim a formação exclusiva da sociedade. Neste contexto, entretanto, retornar as raízes é buscar formas de fazer valer o direito de poder existir e garantir a manutenção da identidade étnica, dessa vez esse direito é garantido também pelas leis.

Nossa interlocutora vive um intercâmbio de informações entre o cotidiano no trabalho e o cotidiano da aldeia, de sua narrativa notamos que aos poucos ela estava se inserindo e se tornando participante, sem notar, construía o próprio pertencimento. No desenrolar deste percurso, Eliana conhece e se aproxima de uma outra irmã, Samara³⁷, filha do segundo casamento de seu pai.

É quando eu tô no artesanato trabalhando, vou conhecendo os povos indígenas, vou conhecendo mais as pessoas, né? Minha tia, as tias que estavam morando em Coroa Vermelha e tal... é... e aí eu vou tendo esse conhecimento com o cacique, com o pajé Itambé, conheço os filhos dele: Ubiraci, Ubiranã... me aproximo também da minha irmã né? Da Samara... e vou tendo mais essa aproximação da cultura indígena. Eu acho que eu fui uma das primeiras a ter mais essa aproximação dentro da cultura de viver mais a cultura. A tá perto de dona Isabel, que era mãe de seu Itambé, uma das anciãs mais conhecidas em Coroa Vermelha, ela vai me contando as histórias, ela vai me ensinando como tecer um colar e tal... conheço o

³⁶ Neste período da narrativa, Eliana discorre sobre a busca pelos mais velhos para recuperar a língua natural dos Pataxós. Uma grande ajudante deste período foi Bahetá, a mesma senhora que citamos alguns tópicos atrás. Em seus pertences foi encontrado uma cartilha com algumas palavras em sua língua materna. Infelizmente na data desta busca, Bahetá já havia falecido.

³⁷ Além de Samara, também há Vanessa e Andressa, irmãs de Eliana. Conheceram-se após a ida da família para Coroa Vermelha.

indígena Capimbará, que me ajudou muito na época do TCC com as suas histórias. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Nesse momento de aproximação Eliana constrói conhecimentos sobre quem são os Pataxós e neste trabalho nos apresenta por meio de suas memórias sobre a formação socioespacial da aldeia de Coroa Vermelha. No contato com os familiares e com as pessoas mais velhas e seus filhos foi apreendendo a cultura, internalizando o conhecimento das sementes, unindo as peças que formam a identidade. Sobre esse processo Eliana afirma:

[..] eu acho que essa questão de você ser reconhecido pela aldeia, pelos parentes é um processo é um processo de você doar-se e permitir. Não é você simplesmente falar “eu quero ser indígena e vou buscar aqui” e já está, não. É um processo de você buscar a si mesmo através dos outros. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

De fato, a construção da identidade requer seu próprio tempo, vai da curiosidade a busca, o compromisso e manutenção. Por isso a interlocutora aponta como esse processo é lento, porque envolve um autoconhecimento e reconhecimento. Entre o trabalho na loja de artesanato, a experiência do primeiro casamento e a aproximação com os mais velhos e as tias que viviam na aldeia, fechamos um ciclo de sete anos.

Para abrir um novo ciclo no qual Eliana já estará vivendo dentro da aldeia de Coroa Vermelha, entramos na fase adulta da nossa interlocutora. Nesse período, ela não estará mais trabalhando na loja de artesanato de seu Arlindo. Agora, Eliana tem seu próprio ponto para venda de suas produções, como artesanato e personalização de bolsas com paisagens locais, pinturas, mandalas, etc. Durante esse espaço de tempo passa a trabalhar ao lado da senhora indígena Jacutinga.

Agora a minha entrada mesmo dentro da Aldeia, o retorno assim de morar dentro foi quando eu casei. [...] Eu não sei quando foi que eu casei com ele no cartório. Mas eu acho que antes disso nós moramos na casa dos Belgas do Alan e da Helman. Pai tinha me dado um terreno dentro da aldeia, foi quando aí começamos a trabalhar e construir essa casa dentro da Aldeia... aí foi quando eu entrei na aldeia. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Eliana viveu experiências matrimoniais que interferem ao seu modo, em seu processo de retomada da identidade. Neste contexto, ela vive mais próxima da cultura e da identidade indígena, continua apreendendo os saberes, mas também experimenta o atravessamento

constante de fronteiras entre dois universos distintos, os saberes e práticas indígenas e o dos brancos, pois neste contexto também trabalha/trabalhou na casa de belgas e alemãs.

Ao findar as experiências matrimoniais, Eliana decide passar um tempo em São Paulo na casa de uma parente. A interlocutora passa três meses em Bragança Paulista. Em seus primeiros dias consegue trabalho na casa de uma renomada advogada, durante esta estadia irá vivenciar outro fenômeno:

[...] eu dizia que ela era uma rica que tinha de tudo, mas era infeliz. Por que ela era infeliz? Porque, ela tratava a gente como escravo, eu e as outras. Cantava aquela música lerê lerê...

- Vamos minha escrava! Eliana é a minha escrava branca, é a minha escrava de dentro e a minha preferida!

Eu falei: meu Deus... como pode? uma advogada? uma mulher de classe, que nunca soube o que é pobreza, sempre teve alguém pra servir ela.

E ela dizia que a gente... que ela tinha três escravas, mas eu era a preferida. Era escrava de dentro.

Cantava:

- lerê... vai, já deu cinco horas, vai, vai amanhã vocês voltam.

Gente, quanto preconceito, né? Quanto preconceito..., mas ela dizia, que apesar da gente ser empregada, a única que entendia ela, que sentava pra conversar, que me achava diferente, era eu. Sentar, conversar... Ela olhava para mim e perguntava

- O que que você faz da vida? Como você entende esses assuntos?

- Eu leio. Eu gosto de ler. Eu gosto de ler tudo, palavras sobre espiritualidade, sobre a vida. (Eliana Pataxó, 02 de fev. de 2023)

Eliana se depara agora de forma mais efetiva com as diferenças de classe e a naturalidade com que uma pessoa branca e rica se porta diante dos seus funcionários, discriminando-os. O tornar o outro em objeto de uso e moldá-lo de acordo com as suas necessidades são ferramentas do pacto da branquitude operacionalizadas pelo racismo e presente em todas as esferas sociais.

Sobretudo nos locais onde a branquitude predomina esse evento ocorre, como dito na narrativa, de modo natural. Para a mulher branca comparar as trabalhadoras com “escravas” é apenas uma forma de tratar. Já para interlocutora que sofre a discriminação o fato causa estranhamento. Não podemos deixar passar que a formação de Eliana deixou embutido em sua mente a ideia da igualdade racial, agora, a interlocutora tem mais uma experiência que demonstra o contrário.

Com isto é importante perceber que estando fora dos lugares de predominância da branquitude (em Coroa Vermelha, por exemplo), existia maior dificuldade em notar os atravessamentos proporcionados pelas diferenças raciais e de classe. Estando imersa no

universo da branquitude, na casa da advogada em São Paulo, é praticamente impossível não perceber e ser atingida por esses eventos.

Três meses após sua ida para São Paulo, Eliana precisa retornar a Coroa Vermelha. Nesse contexto a interlocutora pôs fim ao casamento formalmente. Uma vez divorciada, novamente precisou sair de Coroa Vermelha por orientações que visam sua segurança e daí vem a sua ida para Jequié. Mas, esta etapa estará na próxima parte do trabalho.

Durante a segunda parte da nossa pesquisa perpassamos por diversos fenômenos que atravessam a vida de Eliana e suas ressignificações. Notemos que apesar de se aproximar, Eliana ainda não assumiu, totalmente, a sua identidade étnica, pois, os atravessamentos constituíram, ora elementos de reflexão, ora de bloqueio neste processo. Dito isto, no próximo capítulo perceberemos como o ensino superior vai interferir nesta construção.

Terceira parte

*Entrada por cota:
via de encontro com a Amesca e o nascimento de Eliana Pataxó*



*Identidade que represento
Com clareza na afirmação,
Com orgulho na minha alma,
Resisto à negação.*

*Negação de ser indígena
E assumir a vida na cidade,
No direito de poder vencer,
Convivendo com dignidade.*

Márcia Kambeba

4. *Entre caminhos: a liberdade da escolha*

Estimada/o/e acompanhante de leitura, essa parte da pesquisa é destinada ao percurso universitário de Eliana. A experiência no ensino superior será o caminho para percebermos como a partir dos atravessamentos entrelaçados às relações de alteridade fazem com que a interlocutora ressignifique sua jornada e retome a identidade étnica.

Estamos finalizando o ciclo matrimonial, após o divórcio, Eliana passa alguns dias na cidade de Jequié em companhia de sua irmã Verônica e do seu então esposo/companheiro Hayne. Em primeiro momento a interlocutora da pesquisa tem planos de retornar a São Paulo e continuar o serviço na casa da advogada, que mencionamos no capítulo anterior. Enquanto estava em dúvida de qual caminho escolheria para a sua vida, a família da sua patroa entra em contato pedindo que retorne:

Foi aí, quando eu pensando em voltar pra São Paulo porque dona[...]estava quase enlouquecendo sem a minha presença na vida dela. Os filhos me ligaram:

- Eliana, volta! A gente paga a passagem de avião pra você voltar. Minha mãe não encontra ninguém como você, ela disse que não tem outra pessoa pra entender ela como você.

Falei: não posso.

Me deu faculdade. Me ofereceu... e ela tinha muito dinheiro. Se eu fosse gananciosa eu tinha voltado pra Bragança Paulista, eu tinha escrito outra história. Ela me ofereceu... ela tinha casas alugadas, tinha apartamentos. Me ofereceu: um apartamento, pagar minha faculdade, na Faculdade São Francisco de Bragança Paulista e ela perguntou o que eu queria fazer, eu falei:

- Ah, eu quero fazer artes visuais.

E era artes... de alguma forma era artes... e... ia pagar auto escola pra mim, pra eu aprender a dirigir, porque o carro dela ficava lá... ela não dirigia. E eu falei que não. Que não queria. Falei não. Eu vou viver pra senhora, não vou viver pra mim.

Porque eu ia viver pra ela. Eu ia passar o dia todo na casa dela, a menos que eu tivesse uma casa... falei não. (Eliana Pataxó, 15 de set. de 2023)

A liberdade de escolha deveria ser uma oportunidade dada e garantida a todos os seres humanos, a manutenção do direito de ir e vir, escolher qual caminho seguir. Entretanto, após caminhar junto a Eliana até a chegada a Jequié, é viável destacar como diversas vezes esse pequeno direito sitiado entre o “sim” e o “não” foram diversas vezes desrespeitados durante o percurso da interlocutora.

O direito de escolher confere ao sujeito a dignidade de assumir e resolver sua própria vida, por isso, embora seja subjetivo, o respeito à decisão do outro é fundamental nas relações humanas. Sobretudo, levando em consideração que a interlocutora saiu de um ciclo de abuso,

ter a chance de poder escolher o que fazer da sua vida, assumir essa decisão e ser respeitada é fundamental. Inclusive para se reconstruir, assumir e ter o direito de viver como deseje.

A partir da narrativa, percebemos que Eliana reflete que aceitar todos os benefícios/privilégios oferecidos pela patroa iria de algum modo fazer com que novamente se tornasse cativa de uma situação na qual não poderia viver para si. É importante recordar que a mulher branca que oferece “benefícios” para que Eliana retorne é a mesma que trata as pessoas que trabalham na sua casa pelo termo “escrava”. A interlocutora foi inclusive chamada por “escrava de dentro”, ou seja, aquela a quem seria atribuída algum tipo de apreciação por parte da empregadora, porém, ainda em condição de objeto tal qual as colegas de serviço.

De acordo com Cida Bento (2022) o universo do serviço doméstico é o que mais concentra o percentual de mulheres negras no Brasil. Para corroborar conosco a pesquisa de Araújo (2012) demonstra como neste percentual estão incluídas também uma maioria de mulheres indígenas em especial na região da Amazônia. O serviço doméstico, que atualmente encontra-se alicerçado por leis trabalhistas; outrora constitui-se (e ainda constitui em algumas realidades), reflexo das relações do poder colonial. É importante demonstrar que a grande maioria desse quadro profissional é constituído de mulheres negras e indígenas, justamente para apontar para a realidade brasileira do “lugar social” (Bento, 2022) destinado a essa parcela populacional.

O “lugar social” naturalizado durante a formação social do Brasil atravessa a vida de Eliana desde a infância. Recordemos no capítulo anterior a interlocutora narrando a sua infância e discorrendo sobre o cuidado com a casa, o cuidado com os irmãos, quando pelas “normas sociais” deveria apenas ser criança. O trabalho desde a adolescência para ajudar em casa, para poder sobreviver. A experiência dos casamentos marcadas pela presença do machismo que segue os ditames do patriarcado e vêm repletos do autoritarismo e da violência que roubam aos poucos a sua essência.

4.1 Saindo do lugar: chegando ao ensino superior

A irmã e o cunhado de Eliana foram o elo, o caminho e o intermédio necessário para que a interlocutora chegasse à UESB. Enquanto Eliana pensava se voltava para São Paulo ou ficava na Bahia, sua irmã Verônica resolveu fazer sua inscrição no vestibular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

[...] foi quando Verônica me inscreveu no curso.

- Eliana, tem curso de artes na UESB.

Véu já morava em Jequié. Véu, né? Minha irmã. Morava em Jequié.

- Tem curso de artes, eu vou fazer a tua inscrição. Você quer o quê? Dança ou Teatro?

Eu falei: [...] não tem artes visuais, não?

Ela: não.

Eu falei: então coloca teatro né? Porque dançar eu não sei dançar. [risos] eu falei assim: ah, tá bom. Me inscreve, mas eu sei que não vou conseguir. Eu tenho mais de quatorze anos sem estudar, como é que eu vou entrar na faculdade, Verônica? Tem que fazer vestibular, tem que estudar.

Ela falou: - a gente te ajuda.

Foi quando eu falei “não” pra dona [...] e comecei a estudar, isso foi... eu ia voltar em novembro, parece que o vestibular é em dezembro, não sei... era uma coisa assim. [...] Verônica me inscreveu no vestibular, eu estudei o que pude em Coroa, porque eu tava em Coroa Vermelha... (Eliana Pataxó, 15 de set. de 2023)

A aproximação inicial do Ensino Superior vem recheado de inseguranças e impossibilidades. Entre o desejo de ir e a dúvida em ficar, a escolha do caminho se dá pela ação da irmã de Eliana. Porém, é a interlocutora quem opta por dar espaço a um sonho que há pelo menos sete anos esteve guardado, uma vez que existia antes da experiência matrimonial, quando Eliana já pensava em cursar artes plásticas, um sonho que ficou em segundo plano devido a decisão em se casar.

Antes d’eu entrar na UESB eu ia tentar entrar na faculdade de Salvador, na UFBA. Junto com uma indígena chamada Arissana, que ia fazer artes plásticas, artes visuais... estudar na escola de Belas Artes. Poxa, eu queria tanto fazer Belas Artes... e seria muito bom se eu tivesse ido com ela... mas, aconteceu o casamento [...] e isso interrompe a minha ida a universidade. Acho que sete anos antes, é porque eu vivi sete anos com ele. Foi sete anos antes, sabe? Foi quando... eu adio esse sonho, né? De estudar. Meu propósito era Belas Artes... que eu sempre gostei muito de pintar, mas, isso não... tipo... os anos passaram... tinha que ser vivido com [...] meu segundo marido. E lá em 2011, nesse momento de idas e vindas de São Paulo, acabando de me divorciar... vem essa oportunidade de Verônica me inscrever mais o Hayne na UESB por cota indígena no curso de artes, artes cênicas. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Os atravessamentos que constituem a vida humana contribuem sempre de forma positiva ou negativa para a constituição do sujeito. Para Eliana o segundo casamento interfere na sua vida de modo negativo e traumático, outro dos muitos reflexos negativos está no adiamento de seu sonho em ingressar no ensino superior. Infelizmente, algumas oportunidades são próprias de determinadas fases da vida, entretanto, as oportunidades se renovam e após findar um ciclo, um novo se abre trazendo novos horizontes a serem explorados.

Ao início deste ciclo Eliana escolhe confiar no sonho, embora esteja insegura pelo período que passou fora do ambiente escolar, conta com o apoio da sua irmã Verônica e do Hayne como apoio pedagógico na preparação para a prova. Estimada/o/e acompanhante, junto a interlocutora acompanharemos de modo dialógico como se deu esse processo:

E quando eu fui fazer a primeira... são quatro etapas o curso de Teatro. Quando eu fui fazer a primeira, que era a prova, passei uma semana, duas na casa da Verônica e do Hayne em Jequié, naquela casa maravilhosa com as portas laranjas... aí meu Deus aquela casa... [...] Hayne como ele é professor de Letras, ele me ensinou uma parte de português e eu tive que assistir dois filmes que foi passado para uma das provas que foi: “Romeu e Julieta” e “Eles não usam black-tie”, uma coisa assim... dois filmes, duas peças de teatro, eu falei: oh meu Deus... eu estudando Teatro... e o que acontece, na data certa fui pra Jequié, fui antes pra estudar... (Eliana Pataxó, 15 de set. de 2023)

O processo seletivo para ingressar no curso de Teatro no período em que Eliana buscou entrar na UESB era composto: prova, prova de palco e entrevista. A interlocutora aponta como quatro fases por contabilizar como etapas diferentes a prova de múltipla escolha e a redação. Atualmente o curso não utiliza a mesma forma de entrada. Tal como os demais cursos de graduação da instituição, conta somente com o vestibular (ou ENEM³⁸) como elemento classificatório/desclassificatório.

*Eu lembro que eu fui e enquanto eu estudava, Hayne me dava umas aulas de português também, que eu tava muito afastada sobre a redação. Eu lembro que nós fomos assistir ao espetáculo “me segura qu’eu vou dar um troço”. E eu lembro de escutar aquela voz lá no palco cantando, aí o Hayne falou assim:
– Se você entrar pra Teatro você vai ser aluna daquele professor. Professor Roberto.
E eu me encantei assim de primeira, logo pelo Beto, pela voz... por ele. (Eliana Pataxó, 15 de set. de 2023)*

Um recurso de aproximação utilizada pelos ajudantes do processo de entrada de Eliana é o contato direto. Uma ferramenta positiva, visto que a interlocutora se encantou desde já pela área a qual buscava. O encantamento aqui não é compreendido apenas como algo que esteja no subjetivo de cada sujeito, mas entendemos como uma parte que forma cada ser. É o elo para o qual cada pessoa é chamada e o espaço fértil onde poderá se desenvolver. É também um espaço que somente se pode alcançar gozando de liberdade. Por isso, é fundamental destacar essa fala,

³⁸ Exame Nacional do Ensino Médio

pois, neste momento Eliana está desenvolvendo a sua liberdade em se aproximar, em escolher e por fim em conhecer o estranho e a si.

E aí foi o dia da prova. Eu fiz a prova com muito medo, porque eu não sabia, entrei assim como um bichinho do mato, com medo, né... Poxa, entrar na universidade. [...] E aí depois quando chegou a data, Verônica me liga emocionada.

- Ah, Liu você passou na primeira prova escrita!

E eu fiquei assustada porque eu não esperava. Confesso que eu não esperava passar. E eu passei na prova escrita.

Poxa, eu passei!

E aí, teve a segunda, mais duas fases, que era fase do palco e da entrevista.

E aí veio, reuniu os grupos, tiramos um tema e meu tema era “povo de santo”. Eu lembro como hoje, estávamos: Joadson que era meu colega, acho que tava Everton, Najila... não. Era: eu, Ana, Joadson e Everton. Foram quatro pessoas. Grupo de quatro. Eu não sei se Vicente estava...

E justamente foi o povo de santo e eu fui. Fomos lá dividimos, improvisamos alguma coisa e passamos na prova do palco também. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Alcançar uma vaga no ensino superior para qualquer pessoa é uma conquista. Olhando por uma perspectiva de oriundo da classe baixa, sendo mulher, divorciada, pertencente a determinado grupo étnico, a conquista atinge níveis de satisfação ainda maiores. A expressão utilizada pela interlocutora “*Poxa, eu passei*” expressa a mesma satisfação de inúmeros estudantes vindos de condições semelhantes, ainda que tenham acabado de findar o ensino médio. Pois, as proporções educativas não são igualitárias para quem vem do ensino público e do ensino particular, as desigualdades contribuem para que o processo seletivo (vestibular) seja também exclusivo, por isso, passar por essa fase e entrar no ensino superior se faz uma conquista pessoal e também coletiva.

Coletividade que expressa a dimensão do movimento, que faz sair do lugar para o qual fomos pensados em movimento ascendente ao espaço ao qual almejamos estar. É um momento de conquista e de quebra. Conquista de um objetivo por muito tempo almejado e conquistado com grande esforço. Quebra com o lugar social (Bento, 2022), ao qual historicamente foi naturalizado a determinados grupos. Acessar o ensino superior, portanto, é quebrar um ciclo histórico, é honrar a luta dos que vieram antes, é reconhecer em si e comprovar ao mundo a potencialidade de ser quem é e de poder entrar e estar também neste espaço.

A última prova foi a entrevista que eu lembro, que a banca falou que eu era a primeira indígena a entrar na UESB, né? A UESB de Jequié. Porque o sistema de cotas, ele entrou em 2008 e eu entrei em 2011. A Verônica não entrou por

cotas, porque ela já estava lá há mais tempo. Então, ela entrou antes do sistema de cotas entrar na UESB. Então, eu creio que por isso. Eu não sei se tem outra indígena que entrou na mesma época que eu. Mas, disseram que pelo menos no curso de artes, de Teatro, que era Artes Cênicas, que era Dança e Teatro juntos, que tinha sido eu. Era um prazer muito grande pra eles ter uma aluna indígena no curso de Teatro e Dança. E me fizeram as perguntas que eu não me recordo muito bem. E o que mais? Eu passei também na entrevista. Então, eu estava no curso de Teatro. Licenciatura em Teatro. (Eliana Pataxó, 08 de nov. 23)

Nossa interlocutora finda o processo seletivo com a vitória de poder começar a graduação em Licenciatura em Teatro. Um dado importante dito por Eliana é a entrada por cotas. Tal sistema funciona como meio de corrigir e equalizar as desigualdades educacionais enfrentadas por estudantes pertencentes a grupos historicamente excluídos dos direitos sociais. As cotas atuam dentro de um sistema que chamamos de “ações afirmativas”, que de acordo com Junior *et al.* (2018) pode ser considerado como:

Portanto, parece-nos razoável considerar ação afirmativa todo programa, público ou privado, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social desfavorecido, com vistas a um bem coletivo. Etnia, raça, classe, ocupação, gênero, religião e castas são as categorias mais comuns em tais políticas. Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (Junior *et al.*, 2018, p. 14)

As ações afirmativas são resultado da luta empreendida, no Brasil, pelo Movimento Negro. O MN é o responsável por promover a denúncia pública das práticas discriminatórias e racistas (Silvério, 2003), desde micro agressões cotidianas até os níveis institucionais e estatais³⁹. Como resultado desse movimento, começam a ruir as estruturas do edifício que sustentam (Munanga, 2019) a sociedade brasileira⁴⁰. Diante das reivindicações da minoria, que em realidade compõem a maior parte populacional pobre brasileira (Junior et al. 2018), tornou-se inviável ao poder público não notar as desigualdades raciais.

Como resultado desta reivindicação consolidaram-se, ao seu tempo, políticas redistributivas (Junior *et al.* 2018). Isto é, ações de cunho tanto compensatório como meio de

³⁹ A dificuldade em conseguir vaga de trabalho devido a cor da pele ou traços físicos. Diferenças de salário entre negros e brancos mesmo desenvolvendo a mesma função. Oportunidades educativas diferenciadas para cada grupo, são exemplos das pautas levantadas pelo Movimento Negro.

⁴⁰ Nesse contexto entendemos como sociedade brasileira a branquitude. Durante o processo sócio-histórico brasileiro os direitos e privilégios de tal grupo foram protegidos e preservados. Em contrapartida os demais grupos tinham seus direitos dados e tomados a depender de como isso afetasse os privilégios da branquitude. (Bento, 2022)

erradicar as desigualdades, a exemplo do Programa Bolsa Família e as políticas afirmativas, como as cotas para entrada em instituições de ensino ou em empresas. Atualmente, esses e outros programas oferecem oportunidades de acesso a serviços e espaços que anteriormente dificilmente poderiam ser acessados por determinadas pessoas, a menos que estivessem em funções como a limpeza⁴¹, por exemplo.

A ação afirmativa, conquista da luta promovidas pelos movimentos sociais em especial pelo protagonismo do Movimento Negro, caracteriza-se pelo conjunto de ações que visam conferir direitos a grupos socialmente desfavorecidos. Funcionam como meio de corrigir falhas históricas, que puseram a margem tais sujeitos. Esse conjunto de ações atuam nas diversas áreas que constituem a dignidade da vida humana: saúde, educação, segurança, alimentação e etc. formando uma rede de ações que visam promover a (re)integração⁴² a vida social de membros de grupos historicamente excluídos⁴³.

Levando em consideração o peso histórico e o resultado das lutas que compõem a conquista do sistema de cotas nas Instituições de Ensino Superior, retornamos a narrativa de Eliana para compreender que a interlocutora fez uso, sem perceber a princípio, do resultado da luta promovida por seus mais velhos. Tal qual inúmeros estudantes, a interlocutora não conhecia o sistema de cotas nem sabia que durante este movimento retomaria a sua identidade.

E outra coisa que pra mim foi muito surpresa, Verônica me colocou por cota indígena, não me avisaram que ia me colocar por cota indígena, eu achei que era uma coisa normal. Sei lá, aí veio o meu boo! Como assim? Cota indígena? Qual diferença? Aí começa mesmo sabe? Esse choque. Dessa descoberta de identidade indígena. Eu pensei que era normal. Por quê? Por que eu tinha esse desconhecimento? Eu já vinha de uma, como diz? De uma confusão de identidades, de aceitação desde o meu pai, em Coroa Vermelha, onde tava tudo misturado brancos e índios, vendendo artesanato. E não éramos olhados diferentes, porque estávamos todos juntos e misturados. Ninguém olhava e falava: “ah, você é índio!” “ah, você não é índio!” Ficava todo mundo junto. Não tive esse choque dentro de Coroa Vermelha. Desde o começo já estava ali essa aldeia urbanizada não era tanto assim... de repente, Eliana entra dentro da... vai pra universidade por cota indígena, não esperava que fosse assim... uma coisa quase de outro mundo, no? Eu creio que em 2011, ah... parece que agregou a cota indígena na UESB em 2008, se eu não me engano foi isso em 2008. Verônica não entrou... quando fez a

⁴¹ É válido destacar que não é nosso intuito afirmar que este ou aquele serviço pode ou não ser realizados por pessoas negras, indígenas, mulheres, etc. o que destacamos é que historicamente naturalizou-se a nossa permanência em serviços de limpeza e no trabalho informal, por exemplo. Com as ações afirmativas essa realidade mudou, atualmente a representatividade (negra/feminina/indígena) em espaços de poder aumentou.

⁴² O uso desse termo é para recordar a dívida histórica que a sociedade brasileira tem tanto com os indígenas como com os negros. É importante destacar esta questão inclusive para não esquecer que ações de promoção da igualdade não devem deixar de ser promovidas e defendidas.

⁴³ Apesar de falarmos com maior frequência dos indígenas, quando se fala em ação afirmativa as medidas se voltam também para quilombolas, mulheres (brancas, negras, indígenas), pessoas com deficiência, LGBTQIAP+, etc.

faculdade dela não entrou por cotas. Ainda não estava na UESB, ainda não tinha. Então o que é que ela fez, jogou a irmã por cota indígena. (Eliana Pataxó, 15 de set. de 2023)

Dentre as universidades estaduais baianas (UNEB, UEFS e UESC⁴⁴), a UESB foi a última a instituir as cotas, no ano de 2008. De acordo com dados retirados da página virtual da instituição, o objetivo da UESB, ao implementar o sistema de cotas, é democratizar o acesso ao ensino superior, viabilizado por meio da modalidade reservas de vagas e cotas adicionais. O sistema de reserva de vagas conta com duas modalidades de entrada: étnico-racial e escola pública.

Os vestibulandos que se autodeclarem negros (pretos ou pardos) podem optar pela opção étnico-racial junto a comprovação de ser oriundo da escola pública. Há também a possibilidade de reserva de vagas para alunos oriundos do ensino público, independente da raça. Sendo assim, dos 70% das vagas ofertadas pelo sistema de cotas, 30% são destinados aqueles estudantes que comprovem estudar em escolas públicas sem o critério étnico-racial. A UESB oferece também o sistema de vagas adicionais. Nesta modalidade ficam disponíveis três vagas a mais por curso. Cada uma dessas vagas é destinada a ser preenchida por estudantes que pertençam aos grupos: quilombola, indígena e pessoas com deficiência e pessoas transgênero.

De acordo com Eliana, a sua irmã a inscreveu por “*cotas indígenas*”, que institucionalmente seria o sistema de vagas adicionais em funcionamento durante o ano de 2011. Entrando por cotas, Eliana é a primeira indígena do curso de Teatro. Na UESB, não poderíamos nesse momento comprovar este dado, porém, visto que sua irmã já estudava na instituição é possível perceber que já havia uma indígena naquele espaço. Porém, Verônica, irmã de Eliana, não entrou por cotas por ter iniciado a graduação anterior ao sistema na UESB.

A partir da somatória de experiências que atravessaram a vida da interlocutora e como resultados das suas escolhas e lutas, Eliana começa o curso de Teatro na Universidade do Sudoeste da Bahia – UESB no ano de 2011. Entrando por cotas e apresentando a documentação necessária para comprovar o seu pertencimento, a interlocutora chega a um momento essencial: assumir ou não quem é.

O ensino superior entra na vida de Eliana de um modo particular; embora seja um espaço elitizado, ainda um templo branco (Kilomba, 2019). Com a implementação das cotas, o perfil dos alunos e a perspectiva docente começam a sofrer algumas modificações. E isto se reflete/reproduz na forma como a interlocutora é recebida nesse espaço:

⁴⁴ A Universidade do Estado da Bahia – UNEB instituiu o sistema de cotas no ano de 2002. A Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC no ano de 2006. A Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS em 2007.

Beto me incentivava muito, muito... eu não entendia, todavia o que era ser indígena na faculdade e ele... na primeira aula... acho que na primeira aula, ele cantou um canto indígena em círculo, com o maracá e eu ali meio assustadinha. Eu não entendia a dimensão do que era ser um indígena na faculdade. Nem pra mim mesmo. Todavia eu não tinha assim enraizado em mim essa potência da identidade indígena. De chegar lá na universidade, não... eu não sabia o que era... como ia transformar minha vida entrar por cota indígena. (Eliana Pataxó, 08 de nov. 2023)

O professor Roberto, a quem Eliana chama Beto, aparece diversas vezes durante sua narrativa. A interlocutora sempre enaltece a sua importância durante a jornada acadêmica e o encantamento pelo talento e a dedicação do docente. Diante disso é papel também da pesquisa enaltecer o trabalho do professor que conseguiu despertar em Eliana elementos essenciais para sua jornada acadêmica e pessoal, instigando antes da sua entrada o gosto pelo Teatro e despertando a potência da identidade indígena adormecida até então.

A atitude do professor no primeiro dia de aula em promover a acolhida com um canto junto a outros elementos (como o círculo) próprios da cultura indígena, deixam registrado um tipo de ação que as cotas por si não poderiam abarcar. Trata-se de uma forma de acolhimento e aceitação simbólica, que demonstram como é possível entrar em determinados espaços sem deixar de fora a identidade.

Além disso, o professor desperta outro elemento essencial, que fala sobre a permanência de Eliana: o pertencimento ao espaço acadêmico. O ato de acolher é trazer para perto aquilo ou aquele que estava fora, e, desse ato, emerge o sentimento de pertença a determinados espaços, ao decorrer da caminhada acadêmica esse vínculo pode tanto ser fortalecido como desconstruído. No caso da interlocutora esse sentimento cresce e se torna via para despertar e assumir a identidade étnica, como veremos no decorrer da narrativa.

E aí o que acontece que a arte entra na minha vida com tudo a partir do Teatro. E pra mim como foi importante o Teatro entrar na minha vida. Porque a partir do Teatro eu fui tentar entender essa questão mesmo da identidade indígena. Do olhar do outro sobre o indígena. Que eu mesma tinha o estranhamento de olhar pra mim e dizer: eu sou indígena? O que é ser indígena? Porque até então eu não sabia. Eu convivia aqui... aqui em Coroa Vermelha, eu não tinha esse assumir, eu sou indígena. Eu só fui mesmo assumir a partir da universidade, sabe? (Eliana Pataxó, 08 de nov. 2023)

A universidade constitui para Eliana o espaço do confronto entre o eu e outro (Braga, 2006), nesse sentido a entrada por cotas funcionou como um mecanismo favorável para que

esse processo se realizasse. Diante disso, no próximo tópico perceberemos como nesse espaço de relações interétnicas (Cardoso de Oliveira, 2006) a interlocutora assume o bônus e o ônus da identidade étnica.

4.2 O “boo!” da identidade

Para atendermos e compreendermos o processo identitário de Eliana, iniciaremos analisando a constituição pessoal da identidade da interlocutora. De acordo com Braga (2006), a identidade é construída sempre em processo relacional a partir da interação social. Entretanto, levando em consideração que estamos lidando com a retomada da identidade étnica, esse processo ocorre atravessado pelas questões sócio-históricas, que marginalizam a identidade indígena.

Segundo Braga (2006), no processo de construção social brasileira, concomitante a invasão dos portugueses, ocorre também o princípio da desconstrução da identidade indígena, operacionalizado pela “cristianização, catequização, civilização” (Braga, 2006, p. 174). Como herança colonial, os efeitos desse processo regido pelo poder e violência se alastram pelos séculos e refletem hoje no trabalho que realizamos junto a Eliana.

Perceberemos esse atravessamento quando Eliana discorre:

[...] aqui a gente vivia entre brancos, indígenas e não indígenas e tinha essa questão de pai negar, né? Que não era. Então a gente cresce sem saber que era. E aqui quando chegamos, os nossos parentes indígenas diziam que nós não éramos Pataxós. Só que nós éramos indígenas, então... eu e meus irmãos, a gente se recuou sim. Mas, a partir da universidade isso vem crescendo dentro de mim, esse fortalecimento de pertencer, quando eu afirmo: eu sou. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Entrelaçando dados, no primeiro capítulo perpassamos pela historicidade do povo Pataxó, marcado pelo Massacre de 1951 e conflitos para defender o direito de existir. Continuamos conhecendo a dificuldade do povo pataxó hãhãhãe para sobreviver e reabitar o território da reserva em Itaju do Colônia. Como consequência desses processos expansivos muitos indígenas não retornam a vida comunitária, passando a viver nas cidades (Povo Pataxó, 2011).

Eliana viveu a maior parte da vida fora da comunidade indígena, tendo contato indireto com os parentes. Durante a infância, presenciou sem compreender, a negação do pai em relação a pertença étnica. Na adolescência, morando em Coroa Vermelha, enfrenta a resistência do reconhecimento dos parentes Pataxós. Levando em consideração que a identidade é uma

construção dada pela interação entre o subjetivo e o meio social, naturalmente nestas relações de negação e resistência, a interlocutora passa a ocupar o que Kilomba (2019) chama de “não lugar”⁴⁵, ou seja, não se reconhece pertencente a nenhum grupo. Consequência de uma trajetória histórica e social que fez com o grupo perdesse o saber sobre suas origens.

Entretanto, no decorrer da vida em Coroa Vermelha e mesmo antes em Itaju do Colônia. Eliana já detinha elementos da identidade indígena, tanto que diversas vezes demonstra esses conhecimentos passados entre a família e praticado entre os irmãos de forma natural. Com isto, revelam-se “fragmentos da identidade indígena” (Braga, 2006, p. 176), que persistem apesar do afastamento do coletivo, ou, da vida na diáspora.

Ainda assim, para que o processo identitário se concretize é necessário pôr em contraste o eu e o outro (Cardoso de Oliveira, 2006). Esse contraste é operacionalizado, sobretudo, pelo ensino superior. Pois, a resistência dos parentes relacionados ao pertencimento a etnia Pataxó pode e de fato foi construído pela convivência. Comprovação disso é a casa que a interlocutora possui dentro da aldeia, espaço que somente pode ser ocupado legalmente por indígenas. E o reconhecimento legal pela FUNAI emitido a partir do reconhecimento da comunidade e da liderança local.

[...] e eu lembro de uma vez, assim, no início também que eu cheguei... a professora Marcia... a professora Sônia Matos e as professoras de Teatro, os colegas né? Todos queriam saber quem era a indígena lá da sala, mas eles olhavam pra mim e não viam como indígena. Eu acho que porque carregavam mesmo...

Eu penso que quando você vai num local onde não tem o hábito de ver o indígena, ali naturalmente sem o cocar, sem nada, eles vão deixar na sua mente, nas suas cabeças, a imagem do indígena dos livros de história. A imagem do indígena que passaram pra eles na época da escola deles. Na época do estudo do professor. Na época do estudo dos meus colegas. No ensino primário. É a imagem que plantaram na nossa cabeça. Minha imagem também era assim. Eu estudei ainda, não existia escola indígena diferenciada, aí todos nós estudamos em escolas não indígenas, a imagem que a gente era essa do índio caçador, seminu, cocar. Então eu creio que o olhar do estranhamento deles para mim que não cheguei lá trajada né? Com os trajes indígenas era essa, mas quem é indígena? E a minha colega Rosana tinha traços indígenas, mais que eu, e as pessoas olhavam pra ela e pensavam que era a Rosana com o cabelo liso jogando pra lá e pra cá, com seu olhinho, né? O seu arquétipo, seus traços mais fortes do que eu e aí iam pra ela. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

⁴⁵ Kilomba (2019) usa esse termo para falar sobre a questão das mulheres negras em contexto social, entretanto, ao nosso ver, essa definição nesse momento se enquadra a situação do não reconhecimento de Eliana.

Os primeiros contatos com os colegas nas aulas do curso de Teatro começam a formar uma chamada para que a nossa interlocutora reúna elementos, retome e afirme a identidade étnica. O estranhamento do outro demarcam o primeiro incomodo que permite diferenciar Eliana dos demais. Junto a isso está atrelada as construções coloniais que prevalecem no subjetivo social.

Eliana aponta o estranhamento relacionado ao fato de não estar com os trajes tradicionais e recorda como todos se dirigiam a colega, cujo fenótipo se aproxima mais do que seria o “ser indígena”. Apontamos como um benefício a representatividade promovida pelas cotas. Com a mudança no perfil estudantil é possível quebrar a narrativa colonial que imperou durante anos, sobretudo, no sistema de ensino; segundo a qual os indígenas são “seres incivilizados e violentos”. Ter contato com essas pessoas na universidade possibilita que possamos construir uma nova forma de sociedade brasileira.

Nesse momento eu juro que eu pensei: e agora? Eu nego quem eu sou? Ou eu afirmo?

– Quem é a indígena aqui? Iam pra Rosana e ela falava: não, não sou eu.

E eu falei: eu sou. Eu que sou Eliana. Eu sou indígena.

Aí começaram tipo: a etnia? Pataxó.

Aí começou as perguntas, a curiosidade: aí como vocês andam na aldeia? E como é que é a sua vida lá? Como vocês se vestem? As perguntas pareciam perguntas infantis mesmo, dos meninos que já eram adultos, como se fossem crianças querendo saber como era o índio que eles conheciam na escola.

E aí eu começo refletir muito sobre essa questão de eu me assumir indígena.

E a professora Matos eu lembro dela falando da importância de ter um indígena dentro da universidade. Que ela é de antropologia, então tudo que é referente a cultura indígena sempre se referiam a mim, né? E eu recordo que na época 2011 ainda se chamava muito índio. A índia. Índia! Ainda não me chamavam de Pataxó e eu não me importava em chamar de índia porque era o que a gente ouvia sempre. [...] (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Como resultado dos questionamentos, Eliana afirma ser indígena, entretanto ainda falta “matar a parte do colonizador” (Ribeiro, 2017) na interlocutora. Para assumir o ser indígena, é preciso aceitar o todo que isso remete. Ora, não basta apenas dizer que se reconhece, pois, isso poderia ser visto apenas como uma adulteração da identidade étnica. O processo é muito mais complexo e envolve um processo de separação dos padrões da branquitude, uma imersão de retorno ao contato com a identidade.

Nessa fase da narrativa, por exemplo, Eliana ainda não se importa de ser chamada por “índia”, até porque no período da narrativa o termo indígena não era utilizado

predominantemente como a forma correta/oficial de se referir a essas populações. Entretanto, vejamos o que os atravessamentos de contato com o “outro” podem ocasionar:

[...] e eu recordo de uma vez na universidade que o colega de uma outra turma começou a fazer uma brincadeira. Era uma brincadeira, mas a partir da terceira não era mais brincadeira. Começou a chamar: índia burra.

“Índia burra!”

uma vez... aí gritava lá... eu vindo lá da xerox e ele no portal e ele gritava: “índia burra!”

Aí a coisa já não caiu muito bem, né? Eu tive que chamar ele e falar que ele parasse de me chamar de “índia burra”. Que a mesma capacidade de inteligência que ele tinha, eu também tenho. E aí tinha uma colega que conhecia os direitos, né? Ela trabalhava no cartório com o juiz e ela falou: – Olha, você pare de chamar Eliana de “índia burra”, porque isso é preconceito, é pejorativo. É preconceito, e ela pode levantar um processo contra você.

Aí ele parou. Ele entendeu que não se devia. Também porque é uma brincadeira, mas uma brincadeira que já passou do limite, entendeu? Que tá passando... além de chamar de índia... aí vem o sentido pejorativo da palavra índio. Por que índio é burro? Por que aí vem o índio vagabundo? O índio cachaceiro? E ele colocou ÍNDIA BURRA [dando foco ao termo]. Como se nós não tivéssemos a capacidade de inteligência. Mas ainda bem que ele entendeu e ele parou. Com certeza ele levou isso pro resto da vida dele. Com certeza ele não chama mais nenhum “índio” e não pensa que “índio é burro”. Aprendeu a me respeitar. E essas coisinhas assim, algumas coisinhas ou outra se passava dentro da universidade. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

O termo “índia burra” empregado pelo colega (de outra turma), não é ao nosso ver uma brincadeira. Entendemos esse tratamento como preconceito, regido pelas mesmas fantasias coloniais (Kilomba, 2019 que desapropriam os povos indígenas de sua humanidade. A ideia da incapacidade civil e de entendimento é o argumento utilizado pelo colonizador para justificar a invasão e a colonização dos povos originários (Braga, 2006; Povo Pataxó, 2011), dessa ação resulta a sociedade atual, na qual a luta pela sobrevivência se torna diária.

A própria interlocutora entra em reflexão, enquanto recorda o atravessamento, e concordamos com a sua inferência ao dizer que a origem do termo utilizado pelo colega é a mesma que naturaliza o indígena enquanto “vagabundo” e “beberrão”. A base que forma a mentalidade que se traduz em tais expressões está repleta dos saberes coloniais. Felizmente, uma colega auxiliou Eliana nesse processo, nomeando a violência que a interlocutora classificou como brincadeira.

Mas, até nesse atravessamento do preconceito percebemos o pertencimento de Eliana sendo construído. Ora, se não se reconhecesse como indígena não se incomodaria, afinal ela estaria longe daquele grupo. O reconhecimento subjetivo passa também por esse âmbito, de

lutar e se reconhecer pelo coletivo. Eliana reconhece não somente a própria capacidade cognitiva, mas ela desconstruiu também a ideia que tinha quando criança de que o indígena é beberrão e pedinte. O atravessamento apresentado demonstra o quanto ela já tinha avançado no reconhecimento de si e dos seus.

Outro elemento que aparece durante a narrativa é o uso do termo “índio/índia”. De acordo com Paula Caleffi (2003) este termo foi um erro do navegador genovês Colombo, que chegando a América, pensou estar na Índias Orientais e chamou os povos originários americanos (Braga, 2006) por “índios”, generalizando em uma identidade, uma diversidade de povos. De acordo com Braga (2006), essa atribuição de uma identidade ao outro é relegar o direito que cada um tem de se autodefinir, esse também o marco do processo de desconstrução da identidade desses povos para a construção da hegemonia sob os padrões europeus.

E também no começo acho que foi no terceiro semestre. Mês de abril eu fui pra Coroa Vermelha e eu comecei essa questão de ser pesquisadora da minha própria etnia pra, um fortalecimento de identidade minha também dentro da universidade. Porque tinha coisas que eu confesso que eu vivia aqui e eu não conhecia muitas coisas, eu não conhecia... eu não sabia o significado do grafismo. Eu não conhecia a história realmente dos Pataxós... Como, todavia, ainda estou aprendendo. Agora voltando da Espanha pra cá, eu tô nesse processo novamente. Agora eu tô me sentindo novamente uma pesquisadora voltando a conhecer o que eu achava que conhecia. Eu não conheço. Eu conheço o básico. E foi a partir dessas viagens de vir, indo e vindo, comecei a pesquisar o grafismo, a pesquisar o artesanato, mesmo ali com dona Isabel ali..., mas eu sabia pouco, eu não participava do awê, eu via os mais velhos fazendo, enquanto eu tava trabalhando. Então, eu só fui mesmo valorizar mais isso a partir da universidade. Tá entendendo? A partir da universidade foi quando eu mudei o meu olhar para mim mesmo e para os povos indígenas, né? Para a minha origem também. E aí eu venho para uma festa em abril. Pinto o corpo, faço o grafismo, porque eu já sabia o significado do grafismo masculino e feminino, de casado... Como era feita a tinta, a matéria prima para pintar o corpo, jenipapo, carvão. Passei pelo processo de aprender a fazer também o urucum. Então pra mim era muito, muito aprendizado e eu passei a ter nesse período, era curso de teatro e pra mim cultural também... que é parte da minha etnia. E quando eu volto, eu me recordo que era uma época que estava tendo muito massacre indígena na região de Buerarema. Estavam matando indígenas por nada... se pegassem um carro que tivesse indígena estavam matando e eu estava com o corpo pintado, não pintei o rosto. E aí me falaram assim:

- Use uma blusa de manga comprida.

Isso era verão, né?

– Uma blusa de manga comprida para tapar os seus braços, porque se tiver algum anti-indígena dentro do ônibus, ele pode avisar pra alguém e pedir pra parar o ônibus.

E aí eu vesti a blusa de manga comprida. Cheguei em Jequié, no outro dia de manhã eu tinha que ir na UESB pra refazer a matrícula. E aí eu penso: meu Deus! E agora? A tinta não sai eu não posso sair de braço coberto. E aí eu

falo bom eu vou ter que sair, vou ter que dar um jeito de fazer a minha matrícula. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Há nesta narrativa o marco do encontro entre as dimensões que compõem a identidade e a solidificação do pertencimento étnico. Dos confrontos no ensino superior, Eliana volta para Coroa Vermelha com uma nova perspectiva, agora enquanto pesquisadora e aprendiz da própria etnia. Nesse movimento de imersão no cotidiano da aldeia, Eliana desperta o pertencimento adormecido, que é um elo fundamental na retomada da identidade (Ennes e Marcon, 2014). Notemos que agora há uma relação dialógica entre a interlocutora e a comunidade, não mais baseada na resistência.

Acontece que durante todo o percurso da vida de Eliana em Coroa Vermelha, essa foi a primeira vez que de fato participou das atividades da aldeia. Como a interlocutora não se sentia pertencente ao grupo, sempre se manteve “afastada”. Com isto, queremos evidenciar a importância da construção do pertencimento na retomada da identidade. Observando o contexto, notaremos que o pertencimento despertou a partir das relações de alteridade, em contrapartida, em períodos de resistência e negação ele tende a adormecer, ou, deixar de existir.

No caso da interlocutora, esse pertencimento despertou e foi fortalecido a partir da sua autoafirmação no ensino superior e reconhecimento/acolhimento pela comunidade Pataxó. O grafismo sobre a pele da interlocutora marca o momento da retomada da sua identidade étnica. Por consequência, abre-se também o enfrentamento de novos estranhamentos:

Então, isso foi um fato marcante na minha vida. Aqui tava em festa, eu pinto meu corpo, eu faço esse experimento de sentir. Eu acho que foi a primeira vez que eu tinha feito mesmo, eu pintei meu corpo pra sair. Aqui é normal. Mas, ir pra um local, um lugar onde não se tem muito contato...

Eu falei: bom, é agora, né? Quando eu saí de casa vamos ver. É agora. Agora vamos ver como é a reação do povo de Jequié. Das pessoas de Jequié ao me ver pintada. Falar que eu sou indígena, sem os meus trajes. Eles já olham assim: nossa... indígena? como assim? Vamos ver aquele olhar com o grafismo, o corpo pintado e aí saio eu.

Coloco uma camiseta branca até pra realçar, se é pra não esconder, então vamos mostrar mesmo! Coloquei uma camiseta branca sem mangas, eu lembro, e saí. Desci a escada de casa e passei a rua ali em frente a polícia militar, que eu morava ali na casa amarela. Bem de frente ao ginásio de esportes e desço com o meu braço pintado com o grafismo. E vou passando pelas ruas e percebo os olhares. Muitos olhares... meu Deus. De repente eu sinto o impacto dos olhares, porque os olhares não eram olhar comum. Eram olhar de estranhamento, ou de admiração, ou de desaprovação. Eu digo que eu me senti aquela onça saindo do mato e entrando na cidade. Porque eu tinha que passar. Eu lembro que eu fiz aquele percurso ali: saí da casa que eu morava perto do ginásio de esportes e segui reto ali pelo mercado, a rua que dá direto pra UESB, dá numa praça e vai pra UESB, eu fiz esse percurso.

Mas, justamente nesse dia a rua tava cheia de gente, e aí as pessoas começou a me olhar e tinham uns que diziam:

- Ah, uma tatuagem...

- Ah, já começaram a invadir, vou avisar o meu pai. Você é indígena. Você é índia. Os indígenas começaram a chegar por aqui. Os índios já tão chegando... tenho que avisar meus pais com as terras dele pra tomar cuidado.

Sabe? Porque era época de muita... eles estavam retomando mesmo as terras, os tupinambás estavam nesse processo e as pessoas tinham esse pensamento, né? Que os índios já estavam chegando para tomar as terras... e veio essas palavras... (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Foi a primeira vez que Eliana trouxe para Jequié algo do povo Pataxó, houve o estranhamento por parte do “outro” (Braga, 2006), tudo isso ainda transpõem o processo identitário. Como também compõem a quebra do silenciamento (Ribeiro, 2017), rompimento com os padrões brancos e por fim, ao sair de casa mostrando o sinal da pertença, a interlocutora vai exterminando os resquícios coloniais que ainda persistem em seu subconsciente em forma de medo ou negação.

Outros vinham...

- Ah, que você é indígena. Nossa que bonito, essa pintura, essa tatuagem.

E eu falava: não, não é uma tatuagem não... É um grafismo indígena.

- Ah, e o que significa?

- O triangular é masculino e o com X é o feminino e tal...

- Nossa que bonito e tal...

Até chegar na UESB. E alguns simplesmente só olhavam. Eu passava e os olhares, os olhares... até chegar a UESB. E quando eu chego no portão da UESB, eu recordo que eu encontrei foi Mateus Xavier, meu colega de Teatro. De longe ele olhou assim e veio:

- Liu, rapaz! Que legal! Que é isso?

Sabe? Aquele jeito de Mateus...

- Que massa isso, Liu...

Eu falei: isso aqui é grafismo indígena, ele:

- Nossa! Que maneiro!

E aí foi me perguntar né? Porque até então eu não tinha me apresentado aos meus colegas com algo referente a minha cultura. Foi a primeira vez que eu entro na UESB realmente com o meu corpo... porque o grafismo indígena é uma afirmação. Uma afirmação étnica. Uma afirmação de identidade a qual povo eu pertença. Porque o grafismo indígena Pataxó é dos Pataxós. Cada etnia tem o seu grafismo. Então aquele momento que eu entrei, que eu passei por Jequié eu me afirmo como indígena Pataxó, sabe? Quando eu saio da minha casa e atravesso ali o caminho até a universidade e entro na universidade, ali eu estava entrando Eliana Pataxó. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

As relações interétnicas ocasionam momentos de confronto e de diferenciação entre o “eu” e o “outro”, como também produz espaços dialógicos entre a alteridade. Nesse processo,

o estranhamento é comum e a curiosidade também. Entretanto, o estranhamento pode se tornar rejeição, já a curiosidade permite abrir caminhos de novos conhecimentos e neles construir meios de interação entre o “eu” e o “outro”.

A experiência de Eliana ao atravessar o caminho da casa que morava até a universidade é construída por essa dualidade estranhamento (rejeição/desaprovação), curiosidade (espaço dialógico). Junto a isso, a interlocutora também passa por um processo interno semelhante ao exterior e ao final da travessia finalmente entra na UESB, Eliana Pataxó.

O grafismo que interlocutora traz como marca da retomada da identidade é para o povo Pataxó um símbolo da identidade coletiva. De acordo com Predes (2011) a comunidade Pataxó utiliza a pintura corporal como meio de identificação civil e para manter sua cultura.

Aplicada no corpo, a pintura possui uma função essencialmente social e mágico-religiosa, mas é também a maneira reconhecidamente bonita e correta de apresentar-se, havendo aqui uma correspondência entre o ético e o estético. Em muitas sociedades indígenas, a decoração do corpo confere ao homem a sua dignidade humana, o seu ser social, o seu significado espiritual e identidade grupal. A decoração é concebida para o corpo, mas o corpo só existe através dela. Esta dualidade do corpo - forma plástica e grafismo - comunicação visual - expressa uma dualidade mais profunda, porém essencial, a do indivíduo e da personagem social que deve encarnar. Entendida assim, a decoração é a projeção gráfica de uma realidade de outra ordem, da qual o indivíduo enquanto indivíduo também participa, projetado no cenário social através da pintura que o veste. (Vidal, 1985, p. 15 -16)

Predes (2011) e Vidal (1985) dialogam com a narrativa de Eliana sobre o valor ancestral do grafismo indígena, para além da simples pintura corporal. Quando aplicado sobre o corpo torna-se um mecanismo de autorreconhecimento e também como a forma indígena de se apresentar ao meio social. Dentro da comunidade indígena, saber a importância do grafismo, seu significado e tê-lo sobre o corpo, transfere para o material saberes que habitam o subjetivo. E funcionam também como um mecanismo de luta política.

Dessa forma, quando Eliana traz consigo o grafismo indígena e enfrenta o estranhamento, o preconceito, etc. ela traz consigo um movimento individual e coletivo. A identidade étnica só se realiza quando há o pertencimento interno e externo em relação ao grupo, esse movimento é concretizado a partir dessa imersão da interlocutora e autoafirmação. Desse modo estão finalmente aliados a dimensão pessoal, social, cultural e étnica que constroem a identidade da interlocutora. Naturalmente, o fato de termos transformado em palavras o processo identitário de Eliana não delimita a sua fluidez, pois, a identidade não é fixa, ela se reconstrói, se reinventa. Portanto, nosso intuito é somente elucidar o momento no qual

entrelaçados os atravessamentos entre experiência de vida e ensino superior se uniram para culminar na retomada da identidade étnica de Eliana Pataxó.

Depois disso, nas aulas aí chega um professor Aroldo. Eu lembro que foi o professor Aroldo que chegou e falou assim... ele me chamava de Eli, acho que me chamava Eli, não recordo se era Liu ou Eli.

– Eli, você quer que eu te chame como? A gente não pode ficar te chamando de índia. Porque não é o correto. Você gostaria de ser chamada como?

E eu falei: bom, nós povos indígenas gostamos de ser chamados pelo nome da etnia.

– Ah, então eu posso te chamar de Pataxó.

– Pode. Não passa nada, Eliana Pataxó.

Pataxó, Pataxó, Pataxó. E eu falei, melhor, no? Do que índia! Índia!

E a partir daí que Aroldo começou a me chamar de Pataxó e outros colegas também. Tira o índio que é pejorativo e vamos falar Pataxó. Não é Daniel Munduruku? Não é Ailton Krenak, Sônia Guajajara? E por que não Eliana Pataxó? Então a partir daí começaram a me chamar de Eliana Pataxó. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Ainda caminhando pelo processo identitário e por consequência exterminando os elos coloniais que travavam o pertencimento da interlocutora, Eliana extingue a naturalidade em ser chamada pelo termo “índia”. Interessante que o professor se atente para a forma como o aluno se reconhece e deseja ser tratado, isso indica que o processo de descolonização do espaço acadêmico também está em andamento.

4.3 O entrelaçamento entre saber ancestral e ensino superior: o mito da Amesca

Figura 2: Cena Amesca



Diego Brito, 2015.⁴⁶

⁴⁶ A imagem foi cedida por Eliana para compor essa parte da pesquisa.

Estimada/o/e acompanhante de leitura, a imagem que abre esse tópico marca um episódio que entrelaça os saberes indígenas ao conhecimento eurocêntrico materializado pela apresentação do mito da Amesca na UESB de Jequié. O caminho trilhado até aqui permitiu que acompanhássemos o percurso de Eliana até a retomada da identidade étnica. Seguiremos percebendo como ela continua a reafirmar interna e externamente o sentimento de pertença étnica dentro do ambiente universitário. Por isso, após iniciarmos com a cena da apresentação, trouxemos também o mito utilizado por Eliana para a realização da cena:

A Amesca era uma índia Pataxó que desde criança foi escolhida pelo seu povo para ser uma grande guerreira, por isso ela não podia se casar e ter filhos. Passados muitos anos, Amesca cresceu e se tornou uma jovem muito bonita e logo se apaixonou por um índio que também era Pataxó. Logo Amesca engravidou e até então estava tudo bem, mas com o passar do tempo, Amesca descobriu que estava grávida de gêmeos. Segundo os mais velhos da sua aldeia, quando uma índia ficasse grávida de gêmeos teria que sacrificar um dos dois, pois acreditavam que um deles viria para praticar o bem e o outro para fazer o mal. Amesca não queria que seu filho morresse e então passou os nove meses chorando e pensando no que ela iria fazer para salvar seu filho. No dia do seu parto, Amesca deu à luz aos seus dois filhos e morreu. Assim, os mais velhos acreditaram que a maldição morreu com ela e que seu filho estava livre da maldição. Então o seu povo enterrou Amesca e foi embora daquele lugar. Passou-se muito tempo até que os Pataxós voltaram ao lugar onde tinham enterrado Amesca e em cima do seu túmulo viram que tinha nascido um grande pé de árvore. Eles colocaram o nome dessa árvore de Amesca. Essa árvore soltava uma resina branca parecida com uma lágrima e dava duas frutinhas grudadas e muito doces. Os índios logo observaram que essa resina era as lágrimas da índia e que os frutos eram os seus filhos gêmeos. (Povo Pataxó, 2011, p. 97-98)

Segundo a narrativa de Eliana em acordo com os estudos de Jacupé (2020), tanto a tradição como os ensinamentos indígenas são passados pelos mais velhos da comunidade; sendo o mito, uma das ferramentas utilizadas para esse fim. De acordo com Halbwachs (1990), o contato entre as crianças e os mais velhos a partir do uso da memória permite entrelaçar o passado e o futuro como forma de ensinamentos. Desse modo, percebemos o uso do mito como meio de entrelaçar passado e futuro e também um recurso que mantém vivo os saberes ancestrais e culturais do povo Pataxó.

A Amesca é uma árvore sagrada para o povo Pataxó, o mito permite que as gerações mais novas compreendam o seu valor sagrado regido pela proteção da memória da indígena guerreira que doou a vida pelos filhos e continua a velar pela saúde da aldeia. Por tudo isso, na comunidade de Eliana, essa árvore tem uma função muito importante para a saúde e também para fins rituais:

Amesca: uma árvore muito importante para os Pataxó. A sua seiva é usada nos rituais sagrados do povo Pataxó em forma de incenso, para espantar os maus espíritos e

fortalecer os espíritos dos guerreiros. Também tem importante uso medicinal: a seiva serve para combater dores de cabeça, dor de dente, sinusite, dor de barriga e outros. Seu aroma é bastante agradável. (Povo Pataxó, 2011, negrito do autor)

A aproximação de Eliana com o mito da Amesca se deu por meio da realização de uma atividade do componente curricular Estágio Supervisionado I. A partir dessa motivação, nossa interlocutora começou a buscar um mito Pataxó que pudesse levar para a universidade. Durante a atividade, já em processo de pesquisa e em contato com os mais velhos da comunidade Eliana conheceu a história de Amesca:

E aí busquei... Pesquisei a história da mandioca, pesquisei a história do Uirapuru e... mas nenhum desses era dentro do contexto Pataxó. Por que são histórias soltas, né? De várias etnias, o Uirapuru, [...] a história da mandioca, de Mani... e aí foi quando eu venho pra aldeia e começo a pesquisar com o senhor Amintas a história [...] da índia Inaiá. Ainda pensei em fazer algo referente a índia Inaiá que tá lá no... em Porto Seguro. Uma estátua da índia Inaiá, que se apaixonou pelo português. Aquela história assim, né? O homem branco... O europeu se apaixonando pela indígena.

Eu falei: não... essa não. [...]

Aí eu comecei a conversar com seu Amintas pra saber. Qual era a história mais contada aqui. Local. Pataxó. Foi quando ele me contou a história da árvore Amesca. E aí eu comecei a buscar também com outras pessoas a mesma história pra eu ouvir as versões. Se casava a mesma versão. Aí, quando eu fui na Jaqueira, eu escutei também a mesma versão da história da Amesca. Eu falei: vai ser essa. Vai ser a Amesca. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

O Senhor Amintas é também o já citado Capimbará. Como mais velho da comunidade ele conhece muito sobre a história de seu povo, um saber que o senhor Capimbará compartilha com a interlocutora como passado por seus mais velhos. Esses saberes que acessamos via memória são as bases que permitem que a história aconteça, entrelace e permaneça. Com o trabalho de Eliana essa história registrada na memória passou a ser grafada, digitalizada e fotografada e assim se garante novas formas de continuar a existir.

E aí foi quando eu também comecei a aprender a cantar as músicas pra tá trazendo pra dentro dessa cena curta de 20 minutos. Então, eu tinha que tocar dentro dessa cena. O canto também, eu queria trabalhar o canto... e aí eu trouxe: Pataxó Muká, Mukaú. A oração em Patxohã eu só fui aprender... eu só fui colocar depois. Na verdade, a peça Amesca ela foi se modelando... Modelando de uma forma que se hoje eu for apresentar, ela já vai tá diferente. Porque eu já vou tá colocando algo mais. Melhorando, né?

E eu lembro que para essa apresentação eu chamei o Vônei Nascimento e Najila e a Rosana (a garota que parecia a indígena) e eu ia dirigir essa cena.

Eu não ia estar na cena, eu ia estar fora da cena. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

O processo criativo que reúne os saberes acadêmicos e ancestrais leva Eliana a conhecer novos elementos da sua cultura, entre eles a língua natural retomada do povo Pataxó. Dentre as aprendizagens, a interlocutora destaca o canto, um mantra em Patxohã “*Pataxó Muká, Mukaiú*”, que em português seria: “Pataxó, unir, reunir” (Matalawê in Povo Pataxó, 2011), e é utilizado nas atividades rituais e festivas da aldeia.

O canto e a dança para o povo Pataxó contempla elementos do sagrado, da natureza e a comunhão/comunicação entre passado/presente/futuro, é um meio de ensinar e também de manter o contato com a terra, de onde provém a força ancestral desse povo. De acordo com o Inventário Cultural Pataxó (2011):

[...] a dança e o canto são instrumentos de comunhão entre os Pataxó, pois o canto é a voz dos espíritos, é mensagem entre as pessoas que faz viajar entre histórias, mergulhar em sonhos, viajar por mundos distantes. Na dança, transpira-se energia antiga e recupera-se outras da terra, do ar, da água, do fogo e de todas as energias positivas que formam a natureza.

A dança e o canto Pataxó buscam a harmonia do canto dos pássaros, o barulho das águas, o movimento das nuvens, o silêncio das pedras, o ruído dos ventos, o calor do sol e a pureza da lua... É assim que celebram e revivem com os antepassados tudo o que são, buscando neles a força para continuar lutando e enfrentando os desafios da vida. (Povo Pataxó, 2011, p. 89-90)

Sabendo que a dança e o canto Pataxó compõem elementos da sua identidade enquanto grupo étnico, compreendemos que seu uso remete a saberes ancestrais de tempos imemoriais e celebram, como afirmado pelo Inventário Cultural Pataxó (2011), os momentos ritualísticos do contato entre o homem/mulher indígena, a natureza e o divino. Ao trazer para a universidade esses saberes, Eliana não traz somente o mito da Amesca ela traz a própria aldeia para dentro da universidade.

E aí começa esse meu processo de ir e vir. Trazer elementos, levar... trazer elementos... levar elementos indígenas para a UESB: cocar, brinco de pena, o maracá, apito, pau-de-chuva, né? O que eu pudesse levar pra lá. A Amesca. A Amesca não podia faltar que é a resina quando queima ela incensa. Na verdade, a história da Amesca é: ela é uma resina, retirada de uma árvore e ela é queimada para afastar os maus espíritos e também serve para problemas de sinusite. É medicinal. E eu falei nossa... vai ser a Amesca mesmo... e eu comecei a trabalhar com... a dividir o grupo. Coloquei o Vônei como “Hayôkuã”, acho que era “Hayuã” que eu coloquei o nome dele e... Rosana era Amesca a que parecia a indígena. E Najila era a contadora do mito, era a pajé. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Eliana consegue trazer para a UESB a historicidade do povo Pataxó e também criar um espaço em meio as relações interétnicas para que os colegas e professores conheçam a historicidade de seu povo. Ao mesmo tempo em que Eliana aprende sobre si e os seus, compartilha com os colegas e professores demonstrando que em meio as relações de alteridade, não é necessário abrir mão da identidade para acessar e permanecer. A partir da experiência da interlocutora comprova-se que é possível e saudável compartilhar e aprender uns com os outros.

Nesse campo de comunicação entre realidades distintas, a universidade pública se tornou o palco para que as relações de alteridade pudessem acontecer de forma dialógica. Por meio da apresentação da cena, além dos saberes ancestrais entrarem no âmbito acadêmico ocorre também uma reformulação na forma do ensino ser concebido. Levando em consideração os séculos de luta pelo reconhecimento da humanidade dos povos indígenas, poderíamos marcar esse momento como uma conquista que conseguimos registrar em nível micro, mas, com potência macro.

Nessa primeira versão. Eu não entrava. Eu dirigia. E a partir daí eu começava a usar dentro da dramaturgia... da construção da dramaturgia do texto, as palavras em Patxohã como aquecimento vocal, os jogos de Viola Spolin eu também usava dentro da construção do próprio mito com palavras indígenas, com canto indígenas, sabe? Tudo voltado pra cultura indígena. Porque esse era o foco, trabalhar a cultura indígena ali. Eu lembro que o Vônei e a Najila nunca tinham tido contato com os elementos e pra eles aquilo era maravilhoso tá tocando o maracá. E eu aprendi nesse processo todo ter um respeito muito grande pelo que eu levava pelo que eu tirava da aldeia e levava pra universidade, sabe? (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Além das relações de alteridade presente nas relações sociais, ocorria durante esse processo a junção da experiência de vida, os saberes ancestrais e os conhecimentos acadêmicos (saber do branco/ocidental). Em diálogo com Zahy Guajajara (2021), é necessário pontuar que a narrativa de Eliana deixa registrado a competência de gerir diversos saberes de forma articulada e não somente o conhecimento ocidental ou o ancestral. Eliana enquanto mulher indígena, que foi naturalizada como “incapaz”, por sua narrativa desconstrói a mentalidade racista que desmerece sua capacidade intelectual.

Além disso, aprende uma nova lição da identidade: o respeito pelos elementos indígenas. Todas as peças que a interlocutora leva para a universidade são elementos que remetem a sua ancestralidade, por isso, Eliana afirma:

E eu aprendi sempre quando ia fazer algo referente a cultura indígena aos meus ancestrais, né? Aos ancestrais Pataxó. Porque o maracá é um elemento sagrado. Aquela vestimenta que era retirada de uma árvore, a saia também pra mim tudo tem um valor muito sagrado. O tirar da natureza e eu explicava isso pra eles, pra gente pedir permissão antes de começar, da gente fazer uma oração. Pedir permissão não só aos meus, mas como aos deles também. Porque o povo brasileiro tem o sangue indígena. Tem também um ancestral indígena. De pedir naquele momento inspiração e nesse processo, o que que acontece, temos que apresentar pra professora. Fizemos um ensaio e tínhamos que apresentar para a professora a cena... e na primeira amostra da cena a Rosana não pode ir, a garota que tinha sido elegida pra ser a indígena. Acontece algo e ela não pode mais participar e aí é que eu pergunto a Cris né? Que é a professora Cris Barreto. A professora de Estágio I. O que eu vou fazer? Tenho que colocar outra pessoa? Ela: não. Você como indígena pode ocupar o espaço de Amesca, você é a diretora e você é atriz e além do mais você é indígena. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Ocupar o lugar da Amesca confere a Eliana uma oportunidade importante. Por meio dessa intervenção ancestral a interlocutora tem a oportunidade de subjetivamente reafirmar sua pertença étnica:

É quando entro na peça Amesca, fazendo os dois papéis. E aí que foi, né? Porque... estar no papel da Amesca só me fortalecia ainda mais como indígena. Estar fazendo parte, está cantando, estar usando os trajes também. Porque aqui eu não tinha o hábito de vestir os trajes como eu te falei. Porque nós chegamos, nós viemos ter mais o contato mesmo com os povos indígenas, dos Pataxós aqui em Coroa Vermelha. E aí vem essa formação da Eliana... tanto diretora, atriz e no papel de Amesca né? Fortalecendo ainda mais a minha identidade como tal, quando se vestia a tupsay, quando eu pinto o meu corpo, quando uso o maracá... então... era como se eu tivesse ressurgindo... surgindo como indígena. No papel de Amesca. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

O encontro com Amesca fez um arremate no processo de retomada da identidade de Eliana Pataxó. No tópico anterior discorremos como esse processo ocorreu; é válido perceber esse ciclo até a apresentação da cena somou no mínimo um ano e meio. Para Eliana se conhecer e se construir levou uma vida até a universidade e todo um universo após esse processo. E isso serve para confirmar que a identidade é construída a partir das relações com o meio social (Cardoso de Oliveira, 2006).

Sobre a apresentação da cena, Eliana discorre:

E vamos apresentar Amesca em um dia na sala zero, depois de vários ensaios e tal, vamos apresentar a cena para os colegas na sala zero. E foi muito especial a apresentação, a primeira apresentação. Eu levei a Amesca pra

incensar a UESB, levo a resina pra incensar. E depois de ter feito... da Najila está pronta, do Ivonei, eu fazia a pintura neles também, eu fazia o grafismo neles. Fazia o grafismo em mim, pintar, passar o canto. Ensinar pra eles cantar Muká, Mukáú. Tudo isso lá e a gente nervosa e tudo, a gente ali tentando acender o carvão para queimar a Amesca e incensar...

A UESB nunca tinha visto isso. Nunca tinha acontecido, a gente cruzando de cima pra baixo trajado com os trajes indígenas isso foi um movimento dentro da UESB. E eu ali fora tentando acender a Amesca pra queimar. E Beto tava super assim contente também em saber que eu tava levando algo referente a minha cultura pra dentro da UESB. Eu lembro que a sala zero tava cheia, porque ia ter outras apresentações. Eu lembro que a minha, eu acho que foi a primeira. Aconteceu, tivemos um retorno muito grande do público, de algo... algo novo pra eles. Eles falaram que foi algo novo, algo muito novo pra eles. Ter uma apresentação que ao mesmo tempo era teatral, mas era algo muito real pra eles de ter esse contato com o que não era figurino, figurino para o teatro, mas era algo de uma cultura que se usava na hora de um ritual. Na hora da luta. Era trajes realmente indígenas, não era figurino. Eram nossos trajes originais. O apito, o canto, a riqueza de tá cantando em Patxohã. Pataxó Muká, Mukáú é como um mantra. Ele fica na cabeça e depois as pessoas ficavam:

Pataxó Muká, Mukáú [cantando]. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

Uma vez elencado os saberes ancestrais e o ensino superior temos uma abertura para que cada vez mais novos saberes, indígenas, possam chegar. Esse acontecimento é fundamental para história de Eliana, mas também para o ambiente acadêmico. Naturalmente, isso não faz do ensino superior um lugar absolutamente descolonizado ou decolonial, entretanto, permite perceber alguns sinais de mudança que podem ser ampliados.

De acordo com Fanon (1968) descolonizar é antes de tudo um processo histórico, levando em consideração a construção colonial das relações sociais, culturais e políticas, compreende também um movimento violento. O processo de descolonização não opera apenas na atualidade, ele existe concomitante a colonização e passamos por ele ao narrar a resistência do povo Pataxó, por exemplo.

No cenário da entrada de Eliana no ensino superior, esse movimento detinha um teor político mais forte, como resultado estavam em vigor as cotas, o meio de acesso da interlocutora a universidade. Após acessar, é preciso continuar com esse movimento de resistência e descolonização ou permitir ser aniquilado por ele. A nossa interlocutora preferiu enfrentar esse processo o que gerou ganhos pessoais, coletivos e acadêmicos. Como marca desse encontro trouxemos a seguinte imagem:

Figura 3: Eliana como Amesca



Autoria: Diego Brito, 2015⁴⁷

É importante visualizar o que Eliana narra, como os elementos Pataxós utilizados para a composição da cena Amesca. Segundo Zahy Guajajara (2021), “não é preciso deixar de ser indígena para ser atriz”; da fala de Eliana percebemos que é a partir da Amesca que ela percebe e assume essa certeza. Mas o mais importante é a interlocutora perceber que pode ser indígena, sendo Eliana tal como se construiu.

Segundo Guajajara (2021), os povos indígenas são por natureza artistas. A arte se manifesta para os indígenas baseados em seus saberes, fluindo para a forma como interagem com o meio. Por ser algo inerente ao grupo indígena não há como separar a arte da essência indígena.

E a partir daí pronto não deixei mais de pesquisar e de trazer pros estúgios o tema indígena. E eu continuava com a contação dos mitos indígenas a partir da dramaturgia, usando a mesma ferramenta do teatro né? O teatro é um meio de você levar informações e eu vejo que a cultura indígena ela é bem forte nessa questão do teatro, a partir do teatro a gente transmite tudo em conhecimento. (Eliana Pataxó, 08 de nov. de 2023)

A Amesca foi a porta aberta para que Eliana começasse a espalhar o que aprendia para novas comunidades não indígenas. Deste marco a interlocutora desenvolve novas cenas na UESB; desenvolve o trabalho de conclusão de curso; estende essas ações a algumas escolas do município de Jequié, e desenvolve ações junto ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos de Pesquisa e Extensão em Ciências Sociais e Educação – NEPECSE.

⁴⁷ Imagem cedida por Eliana para compor essa parte da pesquisa.

Depois de passar oito anos em Jequié entre o percurso acadêmico e o trabalho junto ao NEPECSE, Eliana decidiu ir para a Espanha. A interlocutora narrou que sua intenção seria retornar após o casamento de sua amiga, porém, com a chegada da pandemia de Covid-19 seu retorno se tornou inviável. Como afirmamos no início do capítulo, durante esse percurso fora do Brasil, Eliana já havia concluído a graduação, apesar disso, trabalhava como doméstica na Espanha.

Enquanto a interlocutora estava na Espanha, o grupo de pesquisa mudou de nome, atualmente é o Programa de Educação Tutorial Institucional da UESB – PETI, o mesmo que aparece na introdução do trabalho. Não discorreremos sobre essa fase da vida da interlocutora, pois, o foco do nosso trabalho é perceber como Eliana retoma a identidade étnica. Cabe destacar que acreditamos que essa jornada repleta de novos atravessamentos, incluindo o atravessamento desta pesquisa no caminho da interlocutora, servirão como placas indicadoras para novamente despertar a pesquisadora que habita Eliana. Portanto, paramos aqui para que ela mesma escreva sobre si e por si.

Quarta Parte

Ressignificar é a arte de dar novo sentido à própria vida



*Na terra de Vera Cruz
Onde a nação se descobriu
O país dos papagaios
Uma mistura que saiu
Do índio, branco, negro
Brasileiro assim surgiu
A cultura de um povo
Pura miscigenação
Tem reisado, tem toré
Tem culto, adoração
Tem colheita e cultivo
Canturia e diversão
Eliana Pataxó*

5. *O ponto de chegada é a abertura de um novo ciclo*

Estimada/o/e acompanhante de leitura, chegamos ao “destino” em nossa escrita acadêmica. Como resultado do entrelaçamento de caminhos, conseguimos estar junto a Eliana no percurso de sua vida até o ensino superior. Desse tópico em diante, nossos caminhos se separam; não por ser o fim, justamente por ser o início. Nossa interlocutora que ao início da pesquisa estava morando na Espanha retornou ao Brasil, voltando também ao papel de pesquisadora do próprio povo, portanto, a história não acabou, agora será narrada e escrita pela própria Eliana Pataxó.

Quanto ao nosso espaço de diálogo e construção do conhecimento, encerraremos como iniciamos, entrelaçando vozes. Durante nosso percurso destacamos como elementos da ideologia colonial (Almeida, 2021) atravessou e influenciou a vida de Eliana. Conseguimos observar como a interlocutora foi no decorrer desse percurso se descolonizando e ao seu tempo se libertando dos resquícios coloniais (Ribeiro, 2017) em si.

Durante o processo de desconstrução colonial para uma reinvenção decolonial, Eliana ressignificou os atravessamentos e avançou. Não queremos com isso esquecer ou silenciar as marcas que esses atravessamentos deixaram na subjetividade da interlocutora. Entretanto, para nós sujeitos colonizados que tomam consciência desse lugar social (Bento, 2022), a ressignificação é um elemento essencial dentro do processo anticolonial, pois, sem dar novo sentido ao que nos atravessa corremos o risco de desejar vingança ao invés de reparação.

Continuando em nosso percurso, acompanhamos como Eliana passou a dominar o conhecimento ocidental e ao seu tempo compreender os mecanismos que determinam o seu lugar social (Bento, 2022). Nesse caminho a interlocutora se reencontrou consigo e com suas raízes étnicas, e ressignificando a sua pertença transformou o templo branco (Kilomba, 2019) em um espaço de diálogo e interação. Destacamos também o acolhimento decolonial da universidade nesse sentido, pois, o processo de Eliana seria bem mais complexo se encontrasse resistências institucionais.

Por fim, após a análise das narrativas, expressões e reações de Eliana, deixamos para o final a ressignificação que acreditamos ser de suma importância na sua jornada após a retomada da identidade étnica. Durante as diversas entrevistas, observamos que a interlocutora sempre citava e retomava um atravessamento em especial: os questionamentos sobre a sua pertença étnica. Atentamos que Eliana sempre apontava e reagia a tais lembranças, por isso, na última entrevista lançamos a seguinte reflexão:

Eliana, olhando de hoje, depois de todo o percurso: “o que para você é ser indígena, o que é ser Eliana Pataxó?” (Entrevista com Eliana Pataxó, 26 de dez. de 2023)

Levamos em consideração ao fazer essa pergunta a importância de ressignificar, assumir e afirmar a identidade e se autodefinir em meio aos atravessamentos. Por isso, trouxemos na íntegra a resposta da nossa interlocutora:

Falando da Eliana que vivia dentro da aldeia cercada dos mais velhos indígenas e que não se reconhecia como tal, né? Porque eu percebo que ser indígena não é somente, às vezes, viver dentro de uma aldeia. Ser indígena já nasce nesse sentimento de inquietação de pertencimento. Porque eu mesmo convivendo aqui com os povos indígenas, tinha esse sentimento de não se sentir aceita pelos parentes indígenas, mas, a maior inquietação era a minha de sentir que faltava algo em mim.

Então, eu trabalhava do lado de dona Isabel/Zabelê mãe do Pajé; eu presenciei muitas vezes a dança deles, o awê dele no final da tarde, tomava cauim e mesmo assim eu não me sentia tão pertencente a essa etnia. Mas eu sentia a inquietação que algo faltava em mim. Aí eu olhei de dentro, a Eliana que mesmo sabendo que era, não se sentia como, porque havia uma negação, uma rejeição dos meus parentes indígenas. Então eu saio da aldeia e venho para o ambiente universitário. E a universidade, os não indígenas, me cobram o que eu sentia falta, o pertencimento. Interessante essa reflexão Tai que tu me fez pensar, porque quando saio da aldeia e venho pro mundo universitário e eu sou cobrada pelos não indígenas “quem é a indígena?” e eu penso e falo: eu nego que eu sou? Lá dentro eles não me aceitam, mesmo dizendo que eu sou. E aqui eu tenho que afirmar que eu sou. Então eu falo “eu sou a indígena”. [...] e agora? Eu reflito e penso o mundo de fora, não indígena me cobrou essa questão da afirmação étnica. Aí quando eu percebo que não são os meus parentes indígenas que tem que me aceitar como tal, sou eu que tenho que assumir essa identidade étnica. Então eu acho que houve um processo de construção em mim do que é ser indígena, o viver dentro da aldeia. O sair de dentro da aldeia e assumi essa identidade dentro da universidade e eu reflito hoje, que ali foi onde eu fiz o meu processo de crescimento étnico, de construção da identidade indígena a partir da universidade. E aí hoje, incrível, eu saio da universidade, continuo ainda nessa força, me sinto muito forte quando estou em Jequié. Eu me sinto muito reconhecida como indígena nessa cidade que me impulsionou a me encontrar. [...] eu saio do meu país, eu vou pra outra cultura e estar lá naquela outra cultura europeia só me faz sentir mais quem eu sou. Quando eu me sinto perdida eu falo: onde está Eliana Pataxó? onde estou? Porque lá eu me perdi de mim. E quando eu falo que em nenhum momento os meus professores, os meus amigos, pessoas que eu não conheço em nenhum momento largou a minha mão. Me deixou me perder de mim, cara...

Sabe o que é isso? Existe uma linha de ligação tão grande eu e meu país e minhas raízes e a minha ancestralidade que mesmo em outro oceano em nenhum momento vocês me deixaram me perder de quem eu sou. Sempre existe uma força maior me afirmando você é indígena, você se construiu, você se formou, você se modulou a sua identidade e aqui você não vai se perder. Quando eu volto, eu percebo a força de ser indígena. e o que é ser indígena. Afirmar quem eu sou dentro do meu país, dentro das minhas raízes, dentro da

minha força ancestral. É passar sempre esse conhecimento a partir do que eu falo, a partir do que faço, é simples. O meu falar é simples eu não tenho uma fala acadêmica, esse é meu jeito de falar de quem eu sou. Eu sou Eliana Pataxó, hoje eu afirmo pra qualquer um. Eu sou indígena. E ser indígena pra mim é não me perder. Não perder essa força étnica que eu tenho em mim, não perder a minha identidade, mesmo que outros me neguem. É não me perder das minhas raízes. Não me perder do olhar da natureza, não me perder do olhar dos meus parentes indígenas de dentro da mata. Não me perder do olhar dos meus parentes indígenas na aldeia urbanizada. Dos seus sofrimentos, das suas lutas. Dessa luta constante, de olhar os antepassados, de olhar os nossos ancestrais e ver a luta o sofrimento deles, o sangue derramado e me sentir continuidade dos meus ancestrais que sofreram, que derramaram tanto sangue. Eu me sinto a continuação da minha bisavó, da minha vó, do meu pai, do bisavô, do meu avô. Eu penso que eu não tô vivendo tudo isso, indo e voltando por nada; eu tô aqui por eles. Eu tô aqui por eles, pra continuar o que eles, talvez, não conseguiram naquele tempo. Então, através de mim essa força ancestral indígena precisa de mim para continuar. Então eu penso que ser indígena é continuar a luta dos nossos ancestrais. E não se perder no caminho, não se vender por dinheiro, não destruir as matas, não menosprezar aqueles que diz que é indígena e eu não olhar pra ele atravessado... Por quê? Por que ele não tem traços, não tem cabelo? Mas, antes de você falar que não me reconhece, conhece a minha história. Então ser indígena é respeitar, tanto a natureza quanto o meu irmão. Tem gente que fala: ah, mas esses indígenas não são indígenas de verdade. Eu acho que cada um tem que saber o que é ser indígena de verdade dentro de si. (Eliana Pataxó, 26 de dez. de 2023)

A fala de Eliana não carece de análise nessa parte do texto, nesse momento não estamos analisando os efeitos dos atravessamentos. O nosso intuito é permitir que a interlocutora expresse o que para ela é ser indígena, visto que muitas vezes foi questionada, silenciada e confrontada. Esse jogo de resistência/rejeição reconhecemos ser ainda efeitos das fantasias coloniais (Kilomba, 2019) que predeterminam formas de ser para os sujeitos sociais.

Esperamos que durante o percurso da nossa pesquisa tenhamos deixado bem elucidado a pessoa que acompanhou que não há uma forma definida e padronizada de ser indígena, ou, de ser homem (negro, branco), mulher (negra, branca), homossexual, transsexual, pansexual, bissexual, etc. Cada sujeito deve ser livre em sua forma de assumir e afirmar sua identidade. Eliana, enfrentando, resistindo e passando pelos atravessamentos demonstrou como esse processo é difícil, mas possível de ocorrer.

Portanto, estimada/o/e acompanhante de leitura, seguimos na luta pela conquista de espaços sociais que detenham as mesmas perspectivas da nossa interlocutora e prezem pelo respeito às diferenças. Que sejam ambientes anticolonial e descolonizados, onde cada sujeito possa estar e permanecer assumindo e reafirmando a sua identidade em diálogos interétnicos construtivos. Olhando por essa perspectiva, esperamos que o ensino superior seja e/ou continue sendo palco promotor das relações interétnicas dialógicas e respeitadas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2021.

ARAÚJO, Wagner dos Reis Marques. **Trabalho doméstico e servidão: trajetórias, gênero e identidade de mulheres indígenas em Manaus/AM1**. Revista EDUCAmazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá, LAPESAM/GISREA/UFAM/CNPq/EDUA - ISSN 1983-3423 Ano 5, Vol VIII, 2012, 1, jan-jun, pág. 08-25. Disponível em: <file:///C:/Users/Tai%20Cruz/Downloads/Dialnet-TrabalhoDomesticoEServidao-4133138.pdf> acesso em 15 de nov. de 2023

BASILIO-ALVES, Zelia Maria Mendes. **Famílias brasileiras do século XX: os valores e as práticas de educação da criança**. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, São Paulo: Temas em Psicologia, 1997. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300005 acesso em: 20 de jul. de 2023

BRASIL. **Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm Acesso em: 10 de abr. de 2023

BRASIL. **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Lei do Ventre Livre**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: 15 de mai. De 2023

BRASIL. **Lei dos Sexagenários - 1885 Lei de 28 de setembro de 1885**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3270.htm Acesso em: 15 de mai. De 2023

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil**, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm acesso em: 10 de abri. De 2023

BRASIL. [*Constituição (1988)*]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm acesso em: 20 de jul. de 2023

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Lei Maria da Penha.

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2011.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOMFIM, Antonio Ribeiro. **Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: uma comunidade pluriativa, um sítio simbólico de pertencimento**. Tese de doutorado, Programa de Pós-

Graduação Multi-Institucional. Salvador, 2021. Disponível em: https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33131/1/Tese_Antnio_DMMDC.pdf. Acesso em 28 de jul. de 2023

BONIFÁCIO, José. **Apontamentos, para a civilização de índios bravos do império do Brasil**. 1824. Domínio público, Biblioteca Brasileira – USP. Disponível em: https://multirio.rio.rj.gov.br/images/1_Bonifacio_apontamentos_corrigido.jpg acesso em 03 de abr. de 2023

BRAGA, Márcio André. **Identidade étnica e índios no Brasil**. Porto Alegre: Dimensões, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/download/2442/1938/3862> acesso em 10 de nov. de 2023

CABRAL, Paulo Eduardo. **O Negro e a Constituição de 1824**. Data de publicação : 01/1974 ; Fonte : Revista de informação legislativa, v. 11, n. 41, p. 69-74, jan./mar. 1974 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180818> Acesso em: 04 de jan. de 2023

Casa Sueli Carneiro. **Curso Ler o Brasil**. Início: dez. de 2022 – abr. 2023. Disponível em: <https://casasuelicarneiro.org.br/curso/ler-o-brasil/>

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

CUNHA, Maria Luciana Garcia. **A percepção social da violência psicológica contra mulher. Estudo aplicado de um instrumento de pesquisa**. Monografia. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pospesquisa.eca.usp.br/monografias/Maria%20Luciana%20Garcia%20Cunha.pdf> acesso em 03 de jan. de 2024

CALEFFI, Paula. **O que é ser índio hoje? A questão indígena na América Latina/Brasil no início do século XXI**. Revista de Diálogos Latino Americanos, Aarhus, n. 7, pp. 20-42, 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Caminhos da identidade: ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp, Brasília, 2006.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Identidade étnica, identificação e manipulação in Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira Editora, 1976. Disponível em: file:///C:/Users/Tai%20Cruz/Downloads/admin,+secv6n2_1.pdf acesso em 28 de nov. de 2023

CARVALHO, Maria Rosário. **O Monte Pascoal, os Índios Pataxós e a Luta pelo Reconhecimento Étnico**. Caderno CRH, Salvador, vol. 22, n.57, p. 507-521, set/dez 2009.

DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889 – 1930)**. Diálogos Latinoamericanos, Universidade de Aarhus, 2005. Disponível em <https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf> Acesso em: 03 de jun. de 2023

DRUMONT, M. P. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas, São Paulo 1980.

ENNES, Marcelo Alario. MARCON, Frank. **Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder.** Sociologias, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 274-305. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXq5XN7RP3g6wFJqpQqXBTN/abstract/?lang=pt> acesso em: 14 de dez. de 2023

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra.** Editora civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário.** São Paulo, Cortez / Brasília, INEP, 1989.

FUNARTE. Instituto Nacional de Artes Plásticas. **Arte e Corpo: pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros.** - Rio de Janeiro: FUNARTE. INAP, 1985.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo.** Rio de Janeiro: Contra Capa. 2001.

GUAJAJARA, Zahy [et al.]. **Teatro e os Povos Indígenas: janelas abertas para a possibilidade.** São Paulo: N-1 edições, 2021. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnmnibpcajpcglclefindmkaj/https://cdn.ibahia.com/img/attachmentinline/290000/attachmentinline_00291452_00.pdf?xid=1304836 acesso em 26 de dez. de 2023.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil.** 2ª ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** Trad. Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

JACUPÉ, Kaká Werá. **A terra dos mil povos.** Ilustrado por Taisa Borges. – 2. Ed. – São Paulo: Peirópolis, 2020.

JÚNIOR, João Feres [et al.]. **Ação afirmativa: conceito, história e debates.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **O Eterno Retorno do Encontro.** 1999. Disponível em: <http://ailtonkrenak.blogspot.com/2009/12/o-eterno-retorno-do-encontro.html>. Acesso em 10 de jul. de 2023.

LAZZO. Matumbi. **14 de maio.** YouTube, 19 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sQo8gKGdH2U> Acesso em 03 de marc. De 2023.

MARRA, Célia Auxiliadora dos Santos. **Violência escolar: a percepção dos atores escolares e a repercussão no cotidiano da escola.** 1. ed. São Paulo: Annablume, 2007

MIRANDA, Sara Siqueira. **Aprendendo a Ser Pataxó: um olhar etnográfico sobre as habilidades produtivas das crianças de Coroa Vermelha, Bahia**. Dissertação de mestrado. Programa de pós-graduação em antropologia, UFBA. Salvador, 2009. Disponível

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 5 ed. rev. Amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, pp.41 e 92.

PARAÍSO, Maria Hilda. B. **Relatório sobre a História e Situação da Reserva dos Postos Indígenas “Caramuru e Catarina Paraguassu”**. Convênio FUNAI – UFBA. Projeto de Pesquisa sobre as Populações Indígenas da Bahia. Salvador. 1976.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins Santos [et al.]. **Dona Josefa Ferreira Pataxó: Memórias da luta e resistência dos povos indígenas do Nordeste/** [coordenação Felipe Bruno Martins Fernandes; ilustração Daniel Navarro do Nascimento Carvalho] – 1. Ed. – Salvador, BA: Ed. dos Autores, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36689> acesso em 18 de dez. de 2023

PEDREIRA, Hugo Prudente da Silva. **Os Pataxó Hã hã hã e o problema da diferença**. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2017.

POUTIGNAT, Philippe. **Teorias da Etnicidade**. Seguido de Grupos Étnicos e suas Fronteiras de Frederick Barth. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.

POVO PATAXÓ. **Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia**. Bahia: Atxohã/ Instituto Tribos Jovens (ITJ), 2011. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/invent%C3%A1rio%20cultural%20patax%C3%B3.pdf> acesso em 18 de jun. de 2023

PREDES, Ianê de Albuquerque. **Grafismo corporal indígena Pataxó: Um estudo na aldeia de coroa vermelha e reserva da Jaqueira**. Dissertação de mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2011. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/1121> acesso em 26 de dez. de 2023.

REGO, André Gondim do. **“Uma Aldeia Diferenciada”: Conflitos e sua administração em Coroa Vermelha/BA**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/13135> acesso em 28 de jul. de 2023.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Berta G. **O índio na cultura brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991

ROSA, Sadi Nunes da. **Violência nas Escolas da Palmatória às Incivilidade**. PDE, Paraná, 2008. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2524-6.pdf>. acesso em: 20 de jul. 2023

SANTANA, Ramon Ferreira. **Educação Pela Palmatória: os castigos utilizados como ferramentas pedagógicas no Brasil Império**. Educon, Aracaju, Volume 08, n. 01, p.1-9, set/2014 disponível em: www.educonse.com.br/viiiocoloquio acesso em 10 de jul. de 2023

SANTOS, Leandro Braz dos. **História do Ponto de Vista Pataxó: território e violações de direitos indígenas no extremo sul da Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017.

SENADO FEDERAL. **Manual de Comunicação da Secom**. *Online*. Brasília, s.d. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/estilos/indio#:~:text=Os%20nomes%20de%20povos%20ind%C3%ADgenas,%2C%20os%20uaimiris%2C%20os%20xavantes> Acesso em 16 jan. 2023.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Ação Afirmativa: percepções da “casa grande” e “senzala”**. Perspectivas, São Paulo, 26: 57-79, 2003. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/374/258/970> acesso em 06 de set. de 2022

SOUZA, Jurema Machado de Andrade. **Trajetórias femininas indígenas: gênero, memória, identidade e reprodução**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2007.

VIDAL, Lux. **Ornamentação Corporal entre Povos Indígenas**. In: Arte e corpo: pintura sobre a pele e adornos de povos indígenas brasileiros. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1985.

7. ANEXOS

a) Parecer Consubstanciado do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDANTE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA: REFLEXÕES SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS E RELAÇÕES INTERÉTNICAS

Pesquisador: TAILANE SANTOS CRUZ

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 63636222.0.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.695.268

Apresentação do Projeto:

"O intuito desta pesquisa é compreender os reflexos das relações interétnicas e das ações afirmativas a partir da experiência de um estudante indígena egresso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Com isso buscamos perceber de que forma são operacionalizadas as relações entre diferenças e como a instituição de Ensino Superior acolhe este estudante e efetiva a sua vivência e permanência no campus universitário. A metodologia adotada toma por base a etnobiografia somada a abordagem de natureza qualitativa. Espera-se que essa reflexão possa oferecer subsídios para a consolidação das políticas de acesso e permanência na UESB".

Objetivo da Pesquisa:

Primário:

"Compreender os reflexos das relações interétnicas e das ações afirmativas a partir da etnobiografia de um estudante indígena egresso da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia".

Secundários:

"Perceber como a trajetória de vida se interrelaciona com a trajetória acadêmica do estudante indígena; refletir sobre como o conjunto de ações afirmativas propostas pela Universidade do Sudoeste da Bahia repercutem na vida do estudante indígena".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

"Este estudo apresenta risco mínimo, que pode ser minorado com a desistência da entrevista ou a não resposta ao questionário em qualquer momento e/ou com a recusa de falar sobre temas que se sentir desconfortável. Apesar disso, o interlocutor tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa".

Benefícios:

"Os benefícios deste estudo são indiretos e podem contribuir para a compreensão sobre a política de cotas da Universidade do Sudoeste da Bahia. Ele pode vir a servir de subsídio para se pensar, ampliar e aperfeiçoar essa política. Portanto, não há previsão de benefícios diretos aos participantes".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de mestrado, da área das Ciências Humanas, vinculada a um Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados:

- 1.declaracao.pdf (de compromissos) (OK);
- 2.01.pdf (Folha de Rosto) (OK);
- 3.PROJETO.docx (OK);
- 4.instrumento.docx (OK);
- 5.portaria.pdf (OK);
- 6.TCLE.docx (OK) e
- 7.PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2009275.pdf (OK).

Recomendações:

Verificar a última seção deste parecer.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Este CEP orienta que durante a execução do projeto e ao seu final, sejam anexados na Plataforma Brasil os respectivos relatórios parcial e final, de acordo com o que consta na

Resolução CNS 466/12 (itens II.19, II.20, XI.2, alínea d) e Resolução CNS 510/16 (artigo 28, inciso V)

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião realizada no dia 07/10/2022, por videoconferência, autorizada pela CONEP, a plenária deste CEP/UESB acatou o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2009275.pdf	22/09/2022 18:12:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/09/2022 18:09:47	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito
Outros	portaria.pdf	22/09/2022 18:04:40	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito
Outros	instrumento.docx	22/09/2022 18:02:21	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.docx	22/09/2022 18:00:31	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito
Folha de Rosto	01.pdf	22/09/2022 17:18:31	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito
Outros	declaracao.pdf	16/09/2022 21:15:57	TAILANE SANTOS CRUZ	Aceito

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

JEQUIÉ, 10 de outubro de 2022

Assinado por:

Leandra Eugenia Gomes de Oliveira

(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, Módulo CAP, 1º andar (UESB)

Bairro: Jequiezinho

CEP: 45.206-510

UF: BA

Município: JEQUIÉ

Telefone: (73) 3528-9727

Fax: (73)3525-6683

E-mail: cepjq@uesb.edu.br

b) Termo de Consentimento Livre e esclarecido – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

CARO(A) SENHOR(A),

CONVIDAMOS o(a) senhor(a) (ou à pessoa pela qual o(a) Sr.(a) é responsável) para participar de uma pesquisa científica.

Por favor, leia este documento com bastante atenção e, se você estiver de acordo, rubricue as primeiras páginas e assine na linha “Assinatura do participante”, no ponto 8.

1. QUEM SÃO AS PESSOAS RESPONSÁVEIS POR ESTA PESQUISA?

1.1. PESQUISADOR RESPONSÁVEL: *Tailane Santos Cruz.*

1.2. ORIENTADOR/ORIENTANDO: *Danilo César Souza Pinto e Ana Carolina Fialho de Abreu.*

QUAL O NOME DESTA PESQUISA, POR QUE E PARA QUE ELA ESTÁ SENDO FEITA?

2.1. TÍTULO DA PESQUISA

Eliana Pataxó: Experiências e Caminhos Encruzilhados na Retomada da Identidade Étnica.

2.2. POR QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Justificativa):

Evocar uma pesquisa a partir da narrativa de uma mulher indígena é uma oportunidade de trazer ao centro falas historicamente silenciadas, sendo este um campo fértil para perceber e discutir fenômenos como o preconceito, a discriminação e o racismo, tudo isotransposto na forma como o poder se reproduz em relação a você participante da pesquisa por meio da narrativa do seu percurso de vida. Com isto, pretendemos perceber como os atravessamentos sociais e o ensino superior contribuíram no seu processo de retomada da identidade étnica.

2.3. PARA QUE ESTAMOS FAZENDO ESTA PESQUISA (Objetivos):

Especialmente para compreender, analisar e discutir como os entrecruzamento entre o percurso de vida e a experiência no ensino superior contribuíram para a retomada da identidade étnica de Eliana Pataxó.

2. O QUE VOCÊ (OU O INDIVÍDUO SOB SUA RESPONSABILIDADE) TERÁ QUE FAZER? ONDE E QUANDO ISSO ACONTECERÁ? QUANTO TEMPO LEVARÁ? (Procedimentos Metodológicos)

3.1 O QUE SERÁ FEITO:

Você irá responder narrar/responder a alguns pontos sobre a sua trajetória de vida. Não utilizaremos um roteiro de perguntas, apenas apresentaremos alguns direcionamentos, pois, o nosso intuito é conhecer e dialogar com a sua experiência de vida. Justamente por se tratar do seu percurso utilizaremos seu nome ao invés de ocultar sua identidade. Salientamos, entretanto, que tomaremos todos os cuidados necessários para garantir a sua tranquilidade e segurança durante esse processo.

3.2 ONDE E QUANDO FAREMOS ISSO:

A pesquisa será realizada via Google Meet, a data será combinada a partir de sua disponibilidade. O material coletado durante as entrevistas (imagem e som) não serão utilizados durante a pesquisa. Utilizaremos somente a transcrição da sua fala, garantindo fidelidade ao transcrever o que foi narrado durante os encontros e o cuidado ao manusear as informações.

3.3 QUANTO TEMPO DURARÁ CADA SESSÃO:

Cada encontro terá duração média de 30 minutos.

HÁ ALGUM RISCO EM PARTICIPAR DESSA PESQUISA?

Segundo as normas que tratam da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil, sempre há riscos em participar de pesquisas científicas. No caso desta pesquisa, classificamos o risco como sendo

MÍNIMO MODERADO ALTO

4.1 NA VERDADE, O QUE PODE ACONTECER É: (detalhamento dos riscos)

A pesquisa apresenta riscos mínimos, como: desconforto ao narrar alguma parte da história, constrangimento devido a alguma situação vivida que não traga boas recordações; memórias e/ou sentimentos que possam ser desagradáveis, etc.

4.2 MAS PARA EVITAR QUE ISSO ACONTEÇA, FAREMOS O SEGUINTE: (meios de evitar/minimizar os riscos):

Para evitar/ minimizar os riscos da pesquisa trataremos os dados de modo cuidadoso, evitando sua propagação de forma errônea. A transcrição feita será arquivada e manuseada apenas pela pesquisadora. Garantimos a participante acesso a qualquer tempo ao texto de modo que possa conhecer a forma como aparecerá as informações compartilhadas. Garantindo assim, quem mesmo identificada a participante da pesquisa tenha assegurada a liberdade de encerrar/retirar, rever e/ou editar a fala quando achar necessário.

O QUE É QUE ESTA PESQUISA TRARÁ DE BOM? (Benefícios da pesquisa)

5.1 BENEFÍCIOS DIRETOS (aos participantes da pesquisa):

De modo direto não conseguimos prever benefícios a curto prazo a participante.

5.2 BENEFÍCIOS INDIRETOS (à comunidade, sociedade, academia, ciência...):

A pesquisa permitirá a comunidade acadêmica (e demais setores) perceber a importância do ensino superior como palco promotor das relações interétnicas, sendo um espaço propício para o autorreconhecimento, a ressignificação de experiências e também para retomada da identidade étnica.

MAIS ALGUMAS COISAS QUE O(A) SENHOR(A) PODE QUERER SABER (Direitos dos participantes):

6.1. Recebe-se dinheiro ou é necessário pagar para participar da pesquisa?

R: Nenhum dos dois. A participação na pesquisa é voluntária.

6.2. Mas e se você acabar gastando dinheiro só para participar da pesquisa?

R: O pesquisador responsável precisará lhe ressarcir estes custos.

6.3. E se ocorrer algum problema durante ou depois da participação?

R: Você pode solicitar assistência imediata e integral e ainda indenização ao pesquisador e à universidade.

6.4. É obrigatório fazer tudo o que o pesquisador mandar? (Responder questionário, participar de entrevista, dinâmica, exame...)

R: Não. Você só precisa participar daquilo em que se sentir confortável a fazer.

6.5. Dá pra desistir de participar no meio da pesquisa?

R: Sim. Em qualquer momento. É só avisar ao pesquisador.

6.6. Há algum problema ou prejuízo em desistir?

R: Nenhum.

6.7. O que acontecerá com os dados que você fornecer nessa pesquisa?

R: Eles serão reunidos com os dados fornecidos por outras pessoas e analisados para gerar o resultado do estudo. Depois disso, poderão ser apresentados em eventos científicos ou constar em

publicações, como Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações, Teses, artigos em revistas, livros, reportagens, etc.

6.8. Os participantes não ficam expostos publicamente?

R: Em geral, não. O(A) pesquisador(a) tem a obrigação de garantir a sua privacidade e o sigilo dos seus dados. Porém, a depender do tipo de pesquisa, ele(a) pode pedir para te identificar e ligar os dados fornecidos por você ao seu nome, foto, ou até produzir um áudio ou vídeo com você. Nesse caso, a decisão é sua em aceitar ou não. Ele precisará te oferecer um documento chamado "Termo de Autorização para Uso de Imagens e Depoimentos". Se você não aceitar a exposição ou a divulgação das suas informações, não o assine.

6.9. Depois de apresentados ou publicados, o que acontecerá com os dados e com os materiais coletados?

R: Serão arquivadas por 5 anos com o pesquisador e depois destruídas.

6.10. Qual a "lei" que fala sobre os direitos do participante de uma pesquisa?

R.: São, principalmente, duas normas do Conselho Nacional de Saúde: a Resolução CNS 466/2012 e a 510/2016. Há, também uma cartilha específica para tratar sobre os direitos dos participantes.

Todos esses documento podem ser encontrados no nosso site (www2.uesb.br/comitedeetica).

6.11. E se eu precisar tirar dúvidas ou falar com alguém sobre algo acerca da pesquisa?

R: Entre em contato com o(a) pesquisador(a) responsável ou com o Comitê de ética. Os meios de contato estão listados no ponto 7 deste documento.

CONTATOS IMPORTANTES:

Pesquisador(a) Responsável: Tailane Santos Cruz

Endereço: R. Maria Alexandrina, Massaranduba - Ibirataia/BA

Fone: 73 8233-7179 / **E-mail:** taillane.cruz@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da UESB (CEP/UESB)

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9727 / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

Horário de funcionamento: Segunda à sexta-feira, das 08:00 às 17:00

CLÁUSULA DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Concordância do participante ou do seu responsável)

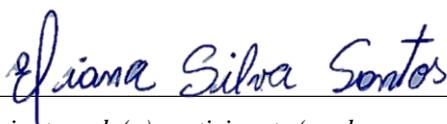
Declaro, para os devidos fins, que estou ciente e concordo

em participar do presente estudo;

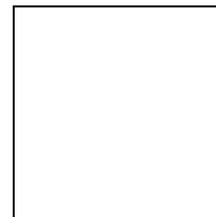
com a participação da pessoa pela qual sou responsável.

Ademais, confirmo ter recebido uma via deste termo de consentimento e asseguro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Jequié, 27 de outubro de 2022



Assinatura do(a) participante (ou da pessoa por ele responsável)



Impressão Digital

(Se for o caso)

CLÁUSULA DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR

Declaro estar ciente de todos os deveres que me competem e de todos os direitos assegurados aos participantes e seus responsáveis, previstos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016, bem como na Norma Operacional 001/2013 do Conselho Nacional de Saúde. Asseguro ter feito todos os esclarecimentos pertinentes aos voluntários de forma prévia à sua participação e ratifico que o início da coleta de dados dar-se-á apenas após prestadas as assinaturas no presente documento e aprovado o projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, competente.

Jequié, 27 de outubro de 2022



Assinatura do(a) pesquisador

c) **Termo de autorização para utilização de imagens e depoimentos**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS E DEPOIMENTOS

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

TÍTULO DA PESQUISA:	Eliana Pataxó: Experiências e Caminhos Encruzilhados na Retomada da Identidade Étnica
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	<i>Tailane Santos Cruz</i>

Estando ciente, esclarecido e assegurado quanto:

- aos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios referentes ao estudo acima apontado, tal como consta nos Termos de Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido (TCLE e/ou TALE);
- a inexistência de custos ou vantagens financeiras a quaisquer das partes envolvidas na pesquisa; e
- o cumprimento das normas pertinentes, leia-se, Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei N.º 8.069/ 1990), Estatuto do Idoso (Lei N.º 10.741/2003) e Estatuto das Pessoas com Deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004),

AUTORIZO, através do presente documento, **e CONSINTO COM A UTILIZAÇÃO**, em favor dos membros e assistentes da pesquisa acima indicada, apenas para fins de estudos científicos (livros, artigos, slides e transparências), a captura e utilização de fotos e de gravações (sons e imagens)

da minha pessoa

do indivíduo pelo qual sou responsável

Jequié, 15 de outubro de 2024



Assinatura do(a) participante (e/ou do seu responsável)